ENTRELUGAR

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD

ANO 7 | número 13 | 2016



ISSN 2176-9559

UFGD editora

ENTRE-LUGAR

v. 7, n. 13



UNIVERSIDADE FEDERAL
DA GRANDE DOURADOS
Coordenadoria Editorial

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Dourados, v. 7, n.13, 2016.

UFGD
Reitora: Liane Maria Calarge
Vice-Reitor: Marcio Eduardo de Barros

COED
Coordenador Editorial: Rodrigo Garófallo Garcia
Técnico de Apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho

FCH
Diretor da Faculdade de Ciências Humanas: Jones Dari Goettert

COMISSÃO CIENTÍFICA DA REVISTA ENTRE-LUGAR
Aldomar Arnaldo Rückert (UFRGS), Adáuto de Oliveira Souza (UFGD), Ana Fani Alessandri Carlos (USP/CNPq), Antonio Thomaz Junior (Unesp – Presidente Prudente), Arlete Moysés Rodrigues (Unicamp), Cássio Eduardo Viana Hissa (UFMG), Carlos Espíndola (UFSC), Celene Cunha Monteiro A. Barreira (UFG – Goiânia), Charlei Aparecido da Silva(UFGD), Dirce Maria Antunes Suertergaray (UFRGS), Douglas Santos (PUC), Edvaldo César Moretti (UFGD), Flaviana Gasparotti Nunes(UFGD), Francisco de Assis Mendonça (UFPR/ANPEGE), Francisco Sergio Ladeira (Unicamp), João Edmilson Fabrini (Unioeste – Rondon), Lia Osório Machado (UFRJ), Lisandra Pereira Lamoso (UFGD), Marcelino Andrade Gonçalves (UFMS), Márcio Cataia (Unicamp), Márcio Pinon de Oliveira (UFF), Márcia Yukari Mizusaki (UFGD), Márcio Rogério Silveira (Unesp – Ourinhos), Marcos Aurélio Saquet (Unioeste – Beltrão), Margareth Cristiane Trindade da Costa Amorim (UNESP), Maria José Martinelli Silva Calixto (UFGD), Rogério Haesbaert da Costa (UFF/CNPq), Silvana de Abreu (UFGD), Silvio Carlos Rodrigues (UFU/CNPq (CA)), Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa (UFMT), Wenceslao Machado de Oliveira Junior (Unicamp)

COMISSÃO INTERNACIONAL
Adriano Rovira (Instituto de Geociências Universidad Austral de Chile), Fabrício Vázquez (Universidade Nacional Asuncion – Paraguai), José Omar Moncada Maya (Universidad Nacional Autônoma do México (UNAN)), Maria Laura Silveira(Conicet- Instituto de Geografía, Universidad de Buenos Aires), Massimo Quaini (Unige/Itália), Xosé Manuel Santos Solla (USC/Espanha)

Entre-Lugar: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD / Universidade Federal da Grande Dourados (v. 7, n.13, 2016)-. Dourados, MS : UFGD, 2016-.

Semestral

ISSN 2176-9559

1. Geografia - Periódicos. I. Universidade Federal da Grande Dourados

ENTRE-LUGAR

v. 7, n. 13



UNIVERSIDADE FEDERAL
DA GRANDE DOURADOS
Coordenadoria Editorial

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Dourados, v. 7, n.13, 2016.

SUMÁRIO

EDITORIAL 6

***FEMMES EN NÉGRITUDE*: INTELECTUAIS NEGRAS SILENCIADAS** 10

Rosânia Oliveira do Nascimento

MANIFESTAÇÕES DA CULTURA E DO SAGRADO EM BARREIRAS E ANGICAL - BAHIA 21

Evanildo Santos Cardoso

AS PROPOSTAS DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL DO INÍCIO DOS ANOS 2000 EM QUESTÃO: AVANÇOS E LIMITES DO "NOVO DISCURSO" 33

Gilson Carlos Visú
Guilherme Marini Perpetua
José Roberto Stein Quast

CONTRIBUIÇÕES DA GEOMORFOLOGIA APLICADA NO PLANEJAMENTO DA DRENAGEM URBANA: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, GOIÁS, BRASIL 50

Joildes Brasil

"CAMINHOS" QUE LEVARAM PARA A ZONA DE FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA: UMA REFLEXÃO SOBRE A GEOPOLÍTICA E OS ESTREITAMENTOS ESTATAIS QUE APROPINQUARAM BOLIVIANOS E BRASILEIROS NO "LIMITE" DO MATO GROSSO DO SUL E DA PROVÍNCIA DE GERMÁN BUSCH 65

Roberto Mauro da Silva Fernandes

RESENHA- ESCOBAR, Arturo. Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014, 184 p 91

Paola Cristina Nicolau

ENTRE AMBIÊNCIAS, MILITÂNCIA E ARTE ENTREVISTA COM O PROF. DR. RICARDO JOSÉ BATISTA NOGUEIRA..... 95

EDITORIAL

O Programa de Pós-graduação em Geografia da UFGD publica seu primeiro número do ano de 2016 da revista *Entre-Lugar*, com periodicidade semestral, no intuito de divulgar contribuições científicas da Geografia e áreas afins. Neste número apresentamos cinco artigos, uma resenha e uma entrevista com Nelson Rego, professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

No primeiro artigo, **Femmes en négritude: intelectuais negras silenciadas**, Rosânia Oliveira do Nascimento analisa, de forma original, as contribuições das intelectuais negras dentro do círculo do Movimento Négritude. Para isso debruça-se sobre o processo de silenciamento das vozes femininas, sobretudo da martinicana Suzanne Roussi-Césaire, dentro do movimento que ficou conhecido pelo nome dos "pais" da négritude, o martinicano Aimé Césaire e o senegalês, Léopold Sédar Senghor. O texto toma como referência as discussões da marfinense Tanella Boni e da norte-americana, Sharpley-Whitting, e com isso tece crítica aos estudos culturais, pós-coloniais e da decolonialidade, que, segundo a autora, "têm fundamentado apenas uma genealogia masculina".

Em **Manifestações da cultura e do sagrado em Barreiras e Angical – Bahia**, Evanildo dos Santos Cardoso analisa manifestações culturais dos municípios de Barreiras e Angical, localizados no Oeste Baiano, no âmbito da religião e de seus simbolismos. Aponta que dentre estas manifestações estão às crenças e lendas, os folguedos e folias, o artesanato, as festas de colheitas e o calendário agrícola. Para o autor, os "territórios onde são expressas as manifestações culturais são concebidos e percebidos como sínteses das resistências de um povo diante de outros valores culturais mais voltados ao consumo e prazer". Considera, assim, que essas manifestações são fonte de fé, ritos e resistências culturais.

Em **As propostas de planejamento governamental do início dos anos 2000 em questão: avanços e limites do "novo discurso"**, Gilson Carlos Visú, Guilherme Marini Perpetua e José Roberto Stein Quast avaliam as mudanças que ocorrem no início do século XXI no modelo de desenvolvimento adotado pelos governos brasileiros, sobretudo, no que diz respeito às ações de planejamento relativas a "desenvolvimento econômico". Para os autores, surgem novos propostas — críticas ao planejamento neoliberal ortodoxo — como aquelas embasadas na economia solidária e popular. Como isso, analisam a efetividade das novas propostas de planejamento estatal.

Em **Contribuições da geomorfologia aplicada no planejamento da drenagem urbana: Estudo de Caso do Município de Goiânia, Goiás, Brasil**, Joildes Brasil discute o papel da chamada Geomorfologia Aplicada para o planejamento da drenagem urbana. Para isso, a autora analisa temas relacionados à Geomorfologia, Geotecnologias e do Planejamento Ambiental, e apresenta exemplos sobre como os produtos SRTM contribuem na análise das condições da drenagem do Município de Goiânia (GO).

No artigo **Caracterização dos empreendimentos executados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Mato Grosso do Sul no eixo da infraestrutura logística**, Roberto Mauro da Silva Fernandes estuda as práticas geopolíticas relacionadas ao

setor de transportes na zona de fronteira do Brasil com a Bolívia, especialmente no estado de Mato Grosso do Sul e no Departamento de Santa Cruz. Para o autor essas práticas geopolíticas ao longo do século XIX e XX entre os Estados "aproximaram as gentes da região fronteiriça".

Por fim, apresentamos uma entrevista com Nelson Rego, professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. ***Entre ambiências, militância e arte***, o professor relata sobre a sua trajetória acadêmico-profissional e pessoal, entrelaçando assuntos como a militância na Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e a atual reforma do ensino no Brasil.

Agradecemos a todos que contribuíram para este número. Boa leitura!

Marcos Mondardo
Editor



ARTIGOS

FEMMES EN NÉGRITUDE: INTELECTUAIS NEGRAS SILENCIADAS

FEMMES IN NÉGRITUDE: INTELLECTUAL BLACK SILENCED

FEMMES EN NÉGRITUDE: INTELLECTUELS NOIRS REDUITS AU SILENCE

Rosânia Oliveira do Nascimento
Ciências Sociais (Habilitação em Antropologia), UnB.
rosaniaoliveira01@gmail.com

Resumo: Este ensaio busca analisar as contribuições das intelectuais negras dentro do círculo do Movimento Négritude. Desse modo, debruçamos sobre as agências, bem como, procuramos entender como se deu o processo de silenciamento das vozes femininas, sobretudo da martinicana Suzanne Roussi-Césaire, dentro do movimento que ficou conhecido pelo nome dos "pais" da négritude, o martinicano Aimé Césaire e o senegalês, Léopold Sédar Senghor. O artigo está pautado nas discussões da marfinense Tanella Boni (2014) e da norte-americana, Sharpley-Whitting (2000), é inédito no Brasil, pois as traduções para o português dos textos da négritude e as discussões do hall dos estudos culturais, pós-coloniais e da decolonialidade, têm fundamentado apenas uma genealogia masculina.

Palavras-Chave: *Négritude*, intelectuais negras, Suzanne Roussi-Césaire, Caribe

Abstract: This article analyzes the contributions of black intellectuals within the circle of the Movement Négritude. In this way, we look at the agencies as well as try to understand how the process of silencing of women's voices, especially the martinique Suzanne Roussi-Césaire, within the movement that became known by the name of the "fathers" of négritude, martinique Aimé Césaire and the senegalese, Léopold Sédar Senghor. The article is based on the discussions of the ivorian Tanella Boni (2014) and the north-american, Sharpley-Whitting (2000), is unpublished in Brazil, since the portuguese translations of the texts of négritude and the discussions of the hall of cultural studies, postcolonial and decoloniality, have based only a masculine genealogy.

Keywords: *Négritude*, black intellectuals, Suzanne Roussi-Césaire, Caribbean.

Résumé: Cet article vise à analyser les contributions des intellectuels noirs dans le cercle de Mouvement Négritude. Ainsi, travaillé par les agences, essayer de comprendre comment était le processus d'extinction de la voix des femmes, en particulier la martiniquaise Suzanne Roussi-Césaire, dans le mouvement qui est devenu connu sous le nom des «pères» de la Négritude, le Martiniquais Aimé Cesaire et les sénégalais, Léopold Sédar Senghor. L'article est basé dans les discussions de la ivoiriense Tanella Boni (2014) et américaine, Sharpley-

Whitting (2000), il est sans précédent au Brésil, pour les traductions en portugais des textes de la Négritude et des discussions de la salle des études culturelles, postcolonial et Decoloniality ont fondé juste une généalogie au masculin.

Mots-clés: *Négritude*, intellectuels noirs, Suzanne Roussi-Césaire, Caraïbes.

INTRODUÇÃO

Este artigo parte das nossas reflexões[1] sobre a importância das intelectuais da Diáspora Negra para entender a tessitura do Movimento *Négritude*, inaugurado por um círculo de autores pan-africanistas, sobremaneira, advindos da tradição francófona, como Frantz Fanon,[2] Aimé Césaire e Léopold Sédar Senghor, os dois primeiros, martinicanos e este último, senegalês. Nossas indagações estão no limiar das reverberações recentes do discurso dos estudos culturais e, principalmente, das proposições dos estudos coloniais e diaspóricos.

Quando ousamos em pensar nas mulheres por detrás da figura de esposa, companheira, colega ou mãe dos autores da *Négritude*, não lográvamos enfrentar os percalços dos calabouços da vida íntima de alguns deles, ou ainda, a dificuldade em acessar referências produzidas em língua vernácula ou obras e escritos traduzidos para o Brasil. Ademais, vale notar dois pontos cruciais para o desdobramento da nossa proposta: o título deste artigo faz menção ao texto escrito por Tanella Boni (2014), intitulado "Femmes en Négritude", no qual a escritora dedica a análise de duas importantes pensadoras da Martinica, contemporâneas dos "pais" do movimento, Suzanne Roussi-Césaire e Paulette Nardal e, de um texto da revista Creoleways (2015), sobre Josie Dublé-Fanon, a esposa de Frantz Fanon, como sugerido no subtítulo: "mulher da qual não falamos".

Outro eixo norteador das nossas reflexões é pensar na categoria Gênero e Raça para além das presunções hegemônicas e acadêmicas, como desvelado pela nigeriana Oyèrónké Oyewùmí (2000; 2004), além das análises tecidas no ensaio da marfinense, Tanella Boni (2008). Quando Soujourner Truth, no seu discurso proferido na *Women's Rights Convention*, em 1851,[3] indagou sobre os privilégios das mulheres brancas no Estados Unidos, ainda no

1 Este artigo resulta também das reflexões advindas dos encontros do componente curricular "Filosofia Africana", ministrada pelo Prof. Wanderson Flor Nascimento, na Universidade de Brasília, assim como, de outros encontros ocorridos recentemente no Grupo de Estudos do Projeto PIBIC, que versa sobre o Achille Mbembe, orientado pelo historiador Leandro Bulhões.

2 Aqui vale fazermos uma breve distinção do pensamento de Frantz Fanon, considerado como um pan-africanista, dos demais intelectuais negros tratados como pertencentes ao Movimento Négritude. Segundo os próprios teóricos de Fanon no Brasil, o psiquiatra negro tinha críticas em relação aos demais pensadores da Négritude, mas foi fortemente influenciado por Aimé Césaire, foi seu aluno na Martinica. Atualmente, a Fundação Frantz Fanon, fundada pela sua filha, Mireille Fanon Mèndes-France, leva o nome de Aimé Césaire como presidente honorário.

3 A versão consultada foi retirada do Portal Geledés, traduzido pelo antropólogo negro, Osmundo Pinho (2015), atualmente, professor da UFRB. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/#gs.syTUwqQ>. Acesso em: 13 nov. 2016.

período escravista, entoou a frase que seria mais tarde o título do livro da bell hooks (2014):[4] "Ain't I a Woman?" (Não sou eu uma mulher?). Essa retórica atravessou não somente o tempo, assim como o Atlântico, e ressoou na Costa do Marfim, tecido pelo punho de Tanella Boni (2008), como afirmado no prefácio daquela obra, "não são elas [africanas] mulheres como as outras?".[5] Essa alusão se faz em relação às mulheres africanas às demais mulheres, que seriam aquelas às quais certos direitos civis e políticos já haviam sido salvaguardados.

No que tange à propagação da campanha dos direitos das mulheres, Angela Davis (2016), assume o discurso de classe e raça a partir de uma perspectiva ferrenha em relação às mulheres brancas estadunidenses:

> Ao repetir sua pergunta, "Não sou eu uma mulher?", nada menos do que quatro vezes, ela expunha o viés de classe e o racismo de novo no movimento de mulheres. Nem todas as mulheres brancas ou desfrutavam do conforto material da classe média e da burguesia. Soujourner Truth era negra- uma ex-escrava-, mas não era mulher do que qualquer uma de suas irmãs brancas da convenção. O fato de sua raça e de sua situação econômica serem diferentes daquelas das demais não anulava sua condição de mulher. E, como mulher negra, sua reivindicação por direitos iguais não era menos legítima do que as mulheres brancas de classe média (DAVIS, 2016, p. 73).

A intenção desta digressão não é cometer anacronismos precipitados em relação ao período vivenciado por Soujourner Truth, ressignificado mais tarde pelo feminismo negro de *bell hooks* (2014), mas que encontra na outra margem, pelas palavras de Tanella Boni (2014), caminhos para um pensamento diaspórico e também, contra-hegemônico, haja vista nossa proposta versa sobre uma fase da articulação pan-africanista, marcado pelo encontro de pensadores africanos e da diáspora negra, sobremaneira, martinicanos.

Como veremos adiante, apesar de se tratar de duas pensadoras e filósofas africanas, os pensamentos de Tanella Boni e Oyèrónké Oyewùmí resguardam discrepâncias, sobremaneira, ao reportar aos conceitos centrais da categoria Gênero. Talvez, o ponto mais conflituoso seja em relação a família nuclear generificada, propagada como universal pelo modelo ocidental, como ressalta Oyèrónké Oyewùmí (2004).

O esforço que se faz neste escrito é pensar nas contribuições das intelectuais negras dentro do círculo da Négritude, a partir das suas agências e protagonismos em relação aos nomes masculinos já consagrados nos estudos da literatura franco-caribenha. Sharpley-Whiting (2000), ao escrever sobre o *Pan-Noirisme* das irmãs, Paulette e Jane Nardal e seus posicionamentos em relação aos "pais" do movimento, traz à baila a afirmação contundente de Paulette: "Nós não éramos apenas mulheres — verdadeiras pioneiras — vamos dizer que

4 O livro Ain't I a woman: black women and feminism, de autoria de bell hooks foi traduzido recentemente e, de forma livre e sem apoio editorial, pela "Plataforma Gueto: sem justiça não há paz". Todas as vezes que referirmos à obra, será na versão traduzida. A opção se deu pelo apoio às ações de apoderamento do povo preto que, haja vista corroboram o racismo epistêmico enfrentado por autoria negra, sobretudo, de intelectuais negras, pois o original foi lançado no início da década de 1980 e ainda hoje persiste o silenciamento da sua produção no Brasil

5 "ne sont-elles [africaines] pas femmes autant que les autres?", excerto retirado do prefácio da obra de Tanella Boni (2008. p. 5)

montamos o trilho para eles (Senghor, Césaire e Damas)" (NARDAL, apud SHARPLEY-WHITING, 2000, p. 10, tradução livre).[6]

NÉGRITUDE: A DIFÍCIL INTERSEÇÃO ENTRE DIÁSPORA, RAÇA E GÊNERO

Nossa incursão pela temática abordada neste escrito, seguiu o limiar das obras do martinicano, Frantz Fanon (2008 e 1968), respectivamente, *Pele Negra, Máscaras Brancas e Os Condenados da Terra*. Mais tarde, no rastro da influência que Aimé Césaire exerceu sobre os ensaios de Fanon, chegamos às seguintes obras: *Aimé Césaire: écrivain martiniquais*, uma série lançada em parceria com a revista *Présence Africaine*, em 1967 e à obra, *O Teatro Negro de Aimé Césaire*, escrito pela sua tradutora no Brasil, Lilian Pestre de Almeida (1978).

Para continuarmos nossas reflexões, faz-se necessário explicar que a *Négritude* pode ser pensada como um movimento literário, político, ideológico, mas também possui um valor semântico no *hall* dos estudos francófonos, pois foi um termo, um neologismo, forjado pelo martinicano, Aimé Césaire, na década de 1930-40.

> O conceito *négritude* deve ser diferenciado do movimento da *Négritude*. Enquanto o primeiro é plural e encontra ainda hoje inúmeras definições, o movimento teve um lugar específico no tempo e no espaço, o que representava uma importante contribuição para o cânone das ciências humanas, seja para filosofia, a sociologia, a história, ou mesmo para as relações internacionais (DURÃO, 2016, p. 40).

Frantz Fanon tem sido um daqueles nomes trazidos à baila no cenário acadêmico no que se refere aos estudos pós-coloniais. Atualmente, o sociólogo Faustino Nkosi (2013 e 2015) tem se dedicado ao trabalho exegético a partir da recepção de Frantz Fanon no Brasil e, estudado como os fanonismos constituem-se áreas conflituosas e contraditórias entre o movimento negro brasileiro e a tradição da esquerda marxista.

E foi justamente a figura deste martinicano que nos chamou a atenção, particularmente, por ser o autor da tradição pan-africanista mais difundido nos círculos de militância negra brasileira, assim como, pela robustez da sua obra escrita entre os anos da sua juventude até a sua morte, aos trinta e seis anos decorrente de uma leucemia. Questionávamos sobre seus filhos, a sua possível companheira, informação raramente difundida, haja vista o autor destacara-se por analisar o quadro entre a mulher negra e o homem branco e, por conseguinte, a relação do homem negro com a mulher branca, em "Pele Negra, Máscaras Brancas" (FANON, 2008).

Nos poucos relances que Marie-Josèphe Dublé aparece na tese de Faustino Nkosi (2013, p. 35), é pelo epíteto de "uma francesa que conhecera em Lyon", conforme informações que os biógrafos de Frantz Fanon reuniram. Além disso, o sociólogo continua a afirmar que Josie Fanon foi uma importante colaboradora deste psiquiatra, ajudou-o a revisar alguns ensaios e também a digitá-los. Josie Fanon é definida como uma francesa, mas não-racializada pelo autor.

6 Nardal wrote: "we are but women, real pioneers- let's say that we blazed the trail for them". Nesta nota, a tradução foi realizada por Gleyciane Reis

Numa entrevista concedida a Christian Filostrat, no Centro Afro-Americano da Universidade de Howard em 1978, Josie Fanon relata como conheceu Frantz Fanon e aborda fatos, principalmente, da sua relação com o martinicano, sobretudo, nos anos que se seguiram até a Revolução Argelina. Eles se conheceram em Lyon, quando ainda eram estudantes, Frantz Fanon cursava medicina à época e Josie, Artes. O que pouco ainda é dito sobre a atuação de Josie Fanon, é que ela foi uma jornalista que atuou no front pela libertação nacional argelina. E, mesmo depois da morte de Frantz Fanon, continuou a trabalhar numa revista pan-africanista, publicada mensalmente em Paris na década de 1970.

Conforme salientado por Faustino Nkosi (2013), Josie Fanon também foi responsável por organizar a coletânea de *Pour la révolution africaine* (2006). Na nota do editor, na edição consultada neste ensaio, não há referências a Josie. Mas, os textos políticos que compõem a obra são advindos do período de maior atividade da vida de Frantz Fanon, desde a publicação de *Pele Negra, Máscaras Brancas*, originalmente, publicada em 1952, até *Os Condenados da Terra*, em 1961, também ano da sua morte (FANON, 2006; 008). Esse lapso de tempo compreende, principalmente, textos inéditos, mas na sua maior parte, são publicações reunidas de diversos periódicos, sobremaneira, o El Moudjahid, que não são mais acessíveis e, também, porque à época, Fanon publicava anonimamente. Como sabido, durante algum tempo o martinicano exercia papel de psiquiatra do governo francês, paralelamente, às suas atividades revolucionárias pela libertação argelina.

Questionada por Christian Filostrat em relação a polêmica sobre a retirada de Jean Paul Sartre das edições posteriores ao lançamento de "Os Condenados da Terra", Josie Fanon responde veementemente. O prefácio da obra em voga, talvez seja mais conhecido em círculos acadêmicos, pois, o racismo patenteado pela academia atribui ao francês Jean-Paul Sartre o protagonismo, afinal o autor do existencialismo é reconhecido pelos seus pares como um dos grandes arautos do século XX:

> É por minha a iniciativa de afastar Jean Paul Sartre do prefácio de "Os Condenados da Terra". Digamos que numa perspectiva ocidental, é um bom prefácio. Sartre compreendeu a proposta de "Os Condenados da Terra". Mas em junho de 1967, quando Israel declarou guerra aos países árabes, houve um grande movimento pró-sionista para Israel entre os intelectuais ocidentais (franceses). Sartre participou neste movimento. Ele assinou as petições para Israel. Eu julguei que as atitudes pró-sionista eram incompatíveis com a obra de Fanon. (FANON, Josie: entrevista [novembro, 1978]. Entrevistador: Christian Filostrat). (tradução nossa)[7]

Outra questão instigada pelo entrevistador e, da qual Josie Fanon não titubeia na resposta, foi sua relação inter-racial com Frantz Fanon e, sobremaneira, a repercussão das críticas sofridas pelo casal, pelo seu enlace matrimonial, supostamente, não corresponder com as premissas teorizadas na obra fanoniana. Ela já havia mencionado a situação colonial

7 C'est par mon initiative que la préface de Sartre pour Les Damnés de la Terre a été enlevée. Disons que d'un point de vue occidental, c'est une bonne préface. Sartre a comprit le sujet dans Les Damnés de la Terre. Mais en Juin 1967, quand Israël a déclaré la guerre aux pays arabes, il ya eu un grand mouvement prosioniste en faveur d'Israël parmi les occidentaux (français) intellectuels. Sartre a pris part à ce mouvement. Il a signé les pétitions favorables à Israël. J'ai jugé que ses atitudes prosionistes étaient incompatibles avec le travail de Fanon

e racializada da Martinica, Guadalupe e Guiana Francesa, que embora estejam na América Latina e Caribe, até hoje estão sob a égide francesa, embora tenhamos a vida de Fanon e do círculo pan-africanista, como propostas políticas para vencer o jugo da colonialidade. Ademais, o enfoque da indagação seriam os supostos rumores, não apenas por Josie tratar-se de uma francesa, mas sim, por ser uma mulher branca: [8]

> É minha opinião, e acredito que também seria a dele- caso contrário, ele não seria contratado, nem teria permanecido neste casamento inter-racial que não havia contradição. Em suas obras, ele afirma claramente que é através de um processo revolucionário que nós podemos compreender e resolver problemas raciais. Caso contrário, vamos acabar em situações sem saídas, impossíveis de se resolver. Por exemplo, críticos podem culpar um negro americano por desposar uma mulher árabe, porque sua pele é menos escura do que a sua e assim por diante, e assim por diante. (FANON, Josie: entrevista [novembro, 1978]. Entrevistador: Christian Filostrat). (tradução nossa) [9]

Para Almeida (1978), Aimé Césaire posiciona-se na literatura negro-africana de expressão francesa. Como corroborado pela autora, Césaire nasce juridicamente francês, entretanto, é um dos fundadores modernos na *Négritude*, saudado por André Breton, Léopold S. Senghor e Jean-Paul Sartre. Ademais, Césaire é o ponto de intersecção entre a Europa, América e África, o martinicano é herdeiro da tradição francesa shakespeariana, assim como, dos contos populares antilhanos. Está na confluência do surrealismo e da négritude.

Não obstante, os estudos sobre a *négritude* cingem apenas a tríade Césaire-Senghor-Damas, como "pais" dessa corrente de pensamento, ainda hoje, não se abriu espaço para mulheres negras, sejam críticas — filósofas, antropólogas, sociólogas —, sejam as intelectuais negras antilhanas e africanas que também fizeram parte das discussões na Cidade Universitária de Paris, no mesmo período dos estudantes senegaleses, guianeses e martinicanos. A marfinense Tanella Boni (2014, p. 3) indaga: "é uma coincidência que três estudantes negros de diversas origens, reuniram-se em Paris na década de trinta e tornaram-se "amigos"?". Ainda no ensejo, por que tal movimento é pensando apenas para/pelos homens?

Segundo Gustavo Durão (2016), a vida em Paris dos antilhanos e africanos que seguiam para dar continuidade aos estudos superiores, foi marcada pelo choque de identificar-se enquanto um homem negro, mesmo sendo juridicamente francês. Além de dificuldades financeiras, enfrentadas, inclusive, por Césaire e Senghor, os "fundadores" do movimento

8 Marie-Josèphe Dublé dite «Josie», femme Blanche née française, était l'épouse de l'homme Noir (né en Martinique) Frantz Fanon. Ils se marièrent en 1953, après la sortie de Peau noire, masques blancs, qu'elle écrivit sous sa dictée. Josie Fanon se suicidera à Alger le 13 juillet 1989, peu après la fête d'indépendance. Depuis le balcon de son appartement du district d'El Biar, en voyant la police mitrailler les jeunes qui brûlaient des voitures durant la répression des émeutes de la faim par le FLN, elle dira à son amie Assia Djebar «Oh Frantz, les colonisés… Ça recommence !» (CREOLEWAYS, 2015).

9 C'est mon opinion, et je crois que c'était aussi le sien sinon il n'aurait ni contracté ni ne serait restée dans ce mariage interracial qu'il n'y avait aucune co ntradiction. Dans ses oeuvres, il affirme clairement que c'est par un procédé révolutionnaire que nous pouvons comprendre et résoudre les problèmes raciaux. Sinon, nous nous retrouvons dans des situations sans issue qui sont impossibles à résoudre. Par exemple, les critiques peuvent reprocher à un noir américain d'avoir épousé une femme arabe parce que sa peau est moins noire que le sien et ainsi de suite, et ainsi de suite.

tinham que lidar com o enfrentamento identitário e político no que tange às concepções de identidade negra, nacionalismo africano e, ainda, as teorias acadêmicas em voga, como o surrealismo e o marxismo.

Apesar de tudo isso, quando se pensa na genealogia da *Négritude*, só nomes de homens aparecem na lista, como bem ressaltado por Tanella Boni (2014, p. 71) "A história das ideias retém somente a genealogia masculina da *Négritude*. O que aconteceu? Elas escrevem, elas pensam, mas elas não são ouvidas?".

> Seria de se esperar que outros nomes, incluindo os de Paulette, Jane e Andrée Nardal, autoras, tradutoras e musicistas martinicanas. Seria de se esperar talvez o nome de Nancy Cunard, inglesa radicada na França em 1920, que em 1934 publicou uma antologia de escritores famosos, poetas e pensadores negros: "Negro: uma antologia". Teríamos esperado, especialmente, o nome de Suzanne Roussi-Césaire, que tinha se casado com Aimé Césaire, em Paris em julho de 1937, que entre 1941-1945, publicou a maioria do seu trabalho na revista Tropiques (BONI, 2014, p. 69). [tradução nossa]

Suzanne Roussi-Césaire teve um papel ativo como uma das co-fundadoras da revista *Tropiques* (1941-1945) ao lado de René Ménil e do seu esposo, o poeta, escritor e político, Aimé Césaire (BONI, 2014, TORRES, 2013, SHARPLEY-WHITING, 2000). Para Torres (2013), trata-se de uma grande pensadora, cujas reflexões estão reunidas em sete artigos sobre identidades e fenômenos culturais durante a década de 1940.

Almeida (1978), demarca o pensamento de Aimé Césaire como uma tomada de consciência negro-africana. Em contrapartida, Torres (2013) destaca o contexto de efervescência cultural caribenho, haja vista as novas criações dos intelectuais, poetas, escritores, dramaturgos, consolidaram as literaturas nacionais. Suzanne segue para França para cursar filosofia em Toulouse na década de 1930. A martinicana insere-se no círculo de escritores, artistas e políticos da diáspora africana em Paris, participando ativamente das discussões e intercâmbio de ideias acerca do comunismo, do surrealismo e do movimento do Renascença do Harlem.

Apesar de notarmos uma mulher, uma estudante ativista da Diáspora Negra, há ainda lacunas sobre a produção literária desta martinicana e, aliás, nas entrelinhas do trabalho de Torres (2013), persistem indagações inaudíveis: como uma pensadora da relevância Suzanne Roussi-Césaire passou despercebida pelos críticos do Movimento Négritude? Dada a sua importância como editora e co-fundadora de duas prestigiadas revistas entre as décadas de 1920 a 1940, qual a razão da sua pouca produção? E, por que parou de escrever no auge de suas reflexões?

Nas duas principais obras consultadas, sobre a trajetória de Aimé Césaire (ALMEIDA, 1978; CÉSAIRE, 1967), pouco se percebe em relação Suzanne. Na coletânea dedicada ao poeta, produzida em parceria com um periódico pan-africanista, a filósofa é descrita como uma excelente estudante martinicana, de tez clara, que Césaire conhecera na juventude, apresentada, pelo seu amigo senegalês, também considerado um dos "pais" da *Négritude*, Léopold Sédar Senghor (CÉSAIRE, 1967).

Nas referências que se seguem, Césaire é exaltado pelo seu brilhantismo, um poeta inigualável, elogiado como um dos principais intelectuais da *Négritude*, no entanto, é

comparado e mencionado sempre ao lado de Senghor, Birago Diop, Ousmane Socé e Sainville (CÉSAIRE, 1967). O nome de Suzanne é mencionado noutra nota, quando Césaire retorna como professor do Liceu Schœlcher, na Martinica, período em que é deflagrada a guerra de 1939, mas não pelo seu prenome, e sim, como a "mulher" do grande político e intelectual.

Como bem enfatizado pela marfinense Tanella Boni (2014), a cartografia da *Négritude*, produzida entre as décadas de 1920 a 1930 não é homogênea. Como interrogado pela autora: "quem são as outras personagens ofuscadas pela proximidade e/ou pela onipotência dos "pais"? E ainda segue questionando, pois a genealogia da Négritude é pensada tão-somente a partir dos designados "pais fundadores" (BONI, 2014, p. 62). Curiosamente, Suzanne Roussi-Césaire não publicou nenhum escrito na revista *L' Etudiant Noir* mesmo sendo uma das co-fundadoras e principais ativistas. Torres (2013), também afirma que Suzanne participava do círculo de intelectuais do "Salón Clamart", um espaço de comunicação literário e musical que ocorria no apartamento de outras três estudantes negras e martinicanas, as irmãs Nardal (Jeanne, Paulette e Andrée).

O Movimento *Négritude* deve, em grande medida, o seu sucesso a essas importantes pensadoras que, além da vanguarda, travavam lutas políticas para galgar notoriedade, ora no círculo pan-africanista, ora também nas discussões feministas, protagonizado pelo domínio da burguesia branca e eurocêntrica. A Paris daquele início das primeiras décadas do século XX, definitivamente, sentiu a fúria dessas intelectuais negras caribenhas, pensadoras da Diáspora, marcadamente, de expressão francófona. Segundo Torres (2013), os salões onde se reuniam essas intelectuais foram ambientes propícios ao florescimento e à difusão dos debates em torno das desigualdades de raça, assim como, de gênero e de classes na França, na África, nos Estados Unidos e no Caribe.

> A voz de Suzanne Césaire, definitivamente, se une as vozes que se levantaram em um período em que se ativa a consciência da diáspora africana; se trata de uma época em que os negros de todo o mundo levantam suas vozes para reapropriar-se da sua trajetória, para recontar sua história, reestabelecer o valor da sua herança cultural e o que eles chamam de "despertar da consciência de ser negro no mundo", desde os sofrimentos do tráfico de escravos, até os estragos da colonização e a "assimilação" (TORRES, 2013, p. 231).

Há algo por detrás da genealogia masculina que precisa ser desvelada: "a palavra *Négritude* não foi inventada fortuitamente, em língua francesa, por Aimé Césaire", como afirma categoricamente Tanella Boni (2014, p. 63). O Movimento *Négritude* sofreu também fortes influências de pensadoras negras da Martinica, como bem ressalta Torres (2013). Em contrapartida, outra faceta desvelada por Boni (2014) é o quadro de efervescência da diáspora africana, haja vista o movimento da Renascença do Harlem repercutiu na dimensão da identidade negra, protagonizada pela tradição francófona.

Além disso, como bem ressalta Almeida (1978), a emergência dos estudos literários - de expressão negro-africana - parece auspicioso, pois se desenvolve numa profícua produção literária-poesia, romance, teatro, ensaios, dramaturgia. E, Boni (2014), corrobora essa premissa, afinal, a Paris daquela época concentrava o brio de importantes figuras, desde poetas surrealistas, filósofos, pintores, lócus fecundo para o intercâmbio de ideias, também,

patenteada por intelectuais negros, sejam antilhanos, norte-americanos ou africanos, que pelo jugo colonial e/ou imperialista, migravam para as capitais europeias a fim de prosseguir no ensino superior, lê-se as elites e/ou burguesia negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das dificuldades inerentes ao acesso direto às obras das intelectuais negras abordadas neste ensaio, logramos perscrutar um horizonte ainda pouco explorado, no que tange, principalmente, os estudos sobre o Movimento *Négritude* no Brasil. Os argumentos aqui pautados visam questionar a ausência de referências às contribuições femininas à *Négritude*.

Atualmente, há uma miríada fecunda no que se refere ao campo dos estudos pós-coloniais, identidade e diáspora negra, estudos sobre o Caribe, cultura e hibridismo. Mas, como definido por Sharpley-Whitting (2000), a genealogia da *Négritude* é masculinizada, seja pelos filósofos africanistas, críticos e principais componentes deste círculo, muitas vezes, a presença e contribuições das mulheres negras são minimizadas e nomeadas tão-somente a partir de Aimé Césaire e Léopold Sédar Senghor e seus, respectivos, textos fundadores do movimento.

Outra grande contribuição das intelectuais negras, sobretudo, das martinicanas, Suzanne, Paulette, Jeanne e Andrée Nardal ao Movimento *Négritude* circunscreve-se na tão proclamada intersecção entre raça, classe e gênero. Nesse baluarte, identificamos um pensamento de vanguarda que atinge às concepções do conceito gênero, patenteado pelas mulheres anglófonas e francesas, ambas advindas da burguesia branca, como um preceito universalizante e único, como bem ressalta Oyèronkẹ Oyěwùmí (2004).

Recebido para publicação em 16 de Janeiro de 2017
Aceito para publicação em 17 de Março de 2017

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lilian Pestre. **O Teatro Negro de Aimé Césaire.** Rio de Janeiro: UFF-CEUFF, 1978.

BONI, Tanella. **Que vivente les femmes d'Afrique**. Paris: Du Panama, 2008. (Coll. Cyclo)

_____. Femmes em Négritude: Paulette Nardal et Suzanne Césaire. **Rue Descartes**, v. 4, n. 83, p. 62-76. 2014.

CÉSAIRE, Aimé. **Aimé Césaire:** ecrivain martiniquais. Paris: Fernand Nathan, 1967 (Littérature Africaine).

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Pele negra, Máscaras Brancas.** Salvador: EdUFBA, 2008.

_____. **Pour la révolution africaine:** écrits politiques. Paris: La Découverte, 2006.

FAUTINO NKOSI, D. **Colonialismo, racismo e luta de classes:** a atualidade de Frantz Fanon. In: INFORMAR ORG OU ORGS. (Org.). SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 5. 2013. pp. 216-232.

_____. **Por que Fanon; por que agora**? Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil.. (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade de São Carlos, UFSCar, 2015.

HOOKS, Bell. **Sem Justiça, não há paz.**Tradução: Plataforma Gueto, 2014. Tradução de: Ain't I a Woman: black women and feminism [1980].

OYĚWÙMÍ, Oyèronkẹ. **Conceituando o gênero:** os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução:_____. African Gender Scholarship: concepts, methodologies and paradigms. CODESIA Dakar: CODESRIA, 2004. por Juliana Araújo Lopes. (Gender Series, v. 1, pp. 1-8) Tradução de: Conceptualizing Gender: the eurocentric foundations of feminist concepts and the challenge of africanepistemologies.

_____. **Family bonds/conceptual binds:** african notes on feminist epistemologies. Tradução: Aline matos da Rocha. Signs, v. 25, n. 4, pp. 1093-1098, 2000. Feminims at a Millennium (summer)

SHARPLEY, WHITING, Tracy. **Femme Négritude:** Jane Nardal, La Dépêche africaine, and the Francophone New negro. In: Souls, fall 2000, pp. 8-17

TORRES, Frances J. Santiago. **Suzanne Césaire:** um legado de vanguardía. Caribbean Studies, v. 41, n. 2, pp. 227-243, Jul.-Dec., 2013,.

CREOLEWAYS. **Josie Fanon, épouse de Frantz Fanon, fanm doubout dont on ne parle jamais**, 2015. Disponível em: <https://www.creoleways.com/2015/04/02/josie-fanon-epouse-de-frantz-fanon-fanm-doubout-dont-on-ne-parle-jamais/amp/?>. Acesso em: 13 nov. 2016.

FANON-DUBLÉ, J**osie. Josie Fanon-Dublé:** depoimento. Entrevistador: Christian Filostrat. Nova York: Universidade de Howard, nov. 1978 (em francês e inglês). Disponível em: <https://mailattachment.googleusercontent.com/attachment/u/0/?ui=2&ik=afe8198e67&view=att&th=1574e7f3cc6abf63&attid=0.1&disp=inline&realattid=f_itddpinr0&safe=1&zw&saddbat= >. Acesso em: 08 out. 2016.

MANIFESTAÇÕES DA CULTURA E DO SAGRADO EM BARREIRAS E ANGICAL - BAHIA

MANIFESTATIONS OF CULTURE AND THE SACRED IN BARREIRAS AND ANGICAL, BAHIA

MANIFESTACIONES DE LA CULTURA Y DELE SAGRADO EN BARREIRAS Y ANGICAL, BAHIA

Evanildo Santos Cardoso
Universidade Federal do Oeste do Oeste da Bahia
evanildo@ufob.edu.br

Resumo: Este texto destaca as principais manifestações culturais dos municípios de Barreiras e Angical, localizados no Oeste Baiano, no âmbito da religião e de seus simbolismos. Dentre as várias manifestações culturais vivenciadas, estão as crenças e lendas, os folguedos e folias, o artesanato, as festas de colheitas, e o calendário agrícola. O projeto de iniciação científica em questão contou com apoio financeiro do PIBIC/Fapesb. Trata-se de uma investigação cultural que visa inventariar seis municípios do Oeste da Bahia. Para tanto, foram realizadas entrevistas com líderes e coordenadores de cultura. Para a elaboração do inventário que prevê o reconhecimento do papel que a cultura exerce em um determinado espaço geográfico e nele se territorializa, optamos por discutir o tema a partir da descrição de símbolos materiais e imateriais. Os territórios, onde são expressas as manifestações culturais, são concebidos e percebidos como sínteses das resistências de um povo diante de outros valores culturais mais voltados ao consumo e prazer. Nesse intuito, salientamos a importância da permanência do sagrado como fonte de fé, rito, encontro e resistência cultural.

Palavras-chave: inventário cultural; território; festa; Barreiras.

Abstract: This text highlights the main cultural manifestations in the cities of Barreiras and Angical, located in West Bahia, within the scope of religion and its symbolisms. Among the several cultural manifestations experienced, there are beliefs and legends, whoopee, handicraft, harvest feasts, and the agricultural calendar. The scientific initiation project has PIBIC/Fapesb financial support. It is about a cultural investigation that aims to inventory six cities from West Bahia. To this end, interviews were conducted with leaders and culture coordinators. To elaborate the inventory, that foresees the acknowledgement of the role culture plays in a determined geographic space and is territorialized in it, we chose to discuss the theme from description of material and immaterial symbols. The territories, where

the cultural manifestations are expressed, are conceived and perceived as synthesis of the resistance of a people against other cultural values aimed at consumption and pleasure. We emphasize the importance of the permanence of sacred as a source of faith, rite, encounter and cultural resistance.

Keywords: Cultural inventory; territory; feast; Barreiras.

Resumen: Este texto destaca las principales manifestaciones culturales de los municipios de Barreiras y Angical localizados en la región del Oeste del estado de Bahía - Brasil, en el ámbito de la religión y de sus simbolismos. Se trata de una investigación cultural que busca inventariar seis municipios del Oeste de Bahía. El proyecto de iniciación científica en cuestión cuenta con apoyo financiero del PIBIC/Fapesb. Dentro de las varias manifestaciones culturales vivenciadas están las creencias y leyendas, los folguedos (fiestas populares) e folias (bailes y juegos), el artesanato, las fiestas de las cosechas, y el calendario agrícola. Para tanto, fueron realizadas entrevistas con líderes y coordinadores de cultura. Optamos por discutir el tema a partir de la descripción de símbolos materiales e inmateriales para la elaboración de inventario que prevé el reconocimiento del papel que la cultura ejerce en un determinado espacio geográfico y dentro de ella se territorializa. Los territorios donde son expresadas las manifestaciones culturales son concebidos y percibidos como síntesis de las resistencias de un pueblo frente a otros valores culturales pero direccionados al consumo y placer hedonista. Con ese intuito, resaltamos la importancia de la permanencia de lo sagrado como fuente de fe, rito, encuentro y resistencia cultural.

Palabras-clave: inventario cultural; territorios; fiesta; Barreiras.

INTRODUÇÃO

A cultura no Oeste Baiano é caracterizada por inúmeras manifestações em temas variados que vão da religião à culinária. A variedade de elementos constituintes da cultura regional realça a importância de estudos investigativos com o propósito de valorizar o patrimônio material e imaterial existente e estabelecer marcos identitários nos territórios. Mais do que temas que são comemorados com sentido folclórico as manifestações culturais dão sinais do sentimento de comunhão, devoção e celebração em festas religiosas, além do talento de artistas no artesanato e culinária bem como nas músicas e festas populares.

Neste texto, apresentamos uma aproximação do significado das manifestações culturais identificadas em dois municípios (Barreiras e Angical), e o que elas representam do ponto de vista do simbólico a partir dos contatos com seus mestres e coordenadores. Na verdade, essa separação é apenas metodológica e não representa com fidelidade o entrelaçamento das vertentes simbólicas nos dois municípios mesmo porque são interligadas e compõem um mosaico de significados complexos.

É notável que tanto a espontaneidade dos grupos culturais quanto o financiamento particular ou público resgatam a tradição seja ela constituída de elementos novos ou antigos. Apresentamos algumas experiências proporcionadas pela investigação do desenvolvimento

do conceito de cultura que dão subsídios à elaboração de um inventário das manifestações culturais existentes.

SOBRE CULTURA E FESTAS RELIGIOSAS

O tratamento dedicado à questão cultural tem seu apogeu ao final do século XIX e primeira metade do século XX quando os modos diferenciados de viver dos grupos humanos com o seu meio possuem relevado destaque nas pesquisas sociais. Claval (2003) apresenta abordagens sobre cultura na Geografia a partir de três grupos: I. Vidal de La Blache e os geógrafos vidalianos; II. Os especialistas da geografia histórica; III. Uma personalidade forte e original, mas que permanecia isolada, Eric Dardel.

A ESCOLA FRANCESA DE PAUL VIDAL DE LA BLACHE

Essa Escola considerava a cultura como o resultado entre o homem e o meio, caracterizada pelos gêneros de vida: caça, pesca, criação de bovinos, ovelhas, suínos, cavalos, agricultura, etc. A adaptação do ser humano, dependia de:

I) das técnicas produtivas e da possibilidade de inventar novas técnicas;

II) das técnicas de transporte e da possibilidade de desenvolver trocas com grupos vivendo em outros meios ambientes; III - dos hábitos do grupo.

Nota-se que a técnica e a força do hábito são fatores destacáveis na ideia de cultura de La Blache embora o mesmo não tenha desenvolvido conceitos e teorias sobre o tema. Mesmo assim a influência que essas ideias produziram teve êxito nos países tropicais cujas sociedades encontravam-se menos industrializadas.

No contexto de uma Geografia que se propunha a estudar a cultura, a metodologia de Sauer (2003), cuja primeira publicação *The Morfology Landscape* data de 1925, lança um olhar às diferenciações de modos de vida e de manejo das técnicas como responsáveis por criarem regiões funcionais. Além disso, possibilitou o surgimento da paisagem cultural, pautada na materialidade da cultura, ou seja, a paisagem vista pela cultura material.

Nela, surgem ainda os termos: história cultural, ecologia cultural sob forte influência antropogeográfica (história), econômica (geografia da indústria, e dos transportes) e ambiental (geologia e geomorfologia).

A cultura, nesse entendimento, foi discutida do ponto de vista material sem levar em conta as diferenças de classes e a desigualdade social vigente que originou diferentes formas de apropriação das paisagens, territórios e lugares.

A GEOGRAFIA HISTÓRICA

A abordagem de cultura nos estudos de Vidal de La Blache pouco tinha de profundidade. Tal situação possibilitou que geógrafos franceses se dedicassem à história dos fenômenos espaciais desde as evoluções lentas a de analfabetos na sociedade. Destacam-se os trabalhos de Roger Dion e Xavier de Planhol o primeiro se dedicou a explicitar o papel simbólico do vinho na civilização francesa. Por exemplo, oferecer uma taça de vinho seria uma prática de

boas-vindas e que conferia uma qualidade simbólica ao rito ao mesmo tempo que revelava a existência de classes sociais ricas. Xavier de Planhol, teve interesse, além das paisagens rurais, pela Geografia do mundo Muçulmano e a distribuição dos mercadores nas ruas centrais.

As distribuições geográficas nessas duas concepções são pautadas pelas preferências de ordem universal e/ou local e se explicam pela compreensão do domínio econômico para entender os fenômenos da Geografia.

A GEOGRAFIA MÍTICA DE ERIC DARDEL

Eric Dardel explorou uma Geografia que dá sentido à presença humana na Terra. Pode-se dizer que trouxe uma visão onde a vida mora. Historiador, em clássico livro, denominado *L´Homme et la Terre,* aborda o pertencimento do homem à Terra e que revela sua admiração e respeito pelas águas, solos, relevos e forças sobrenaturais. O homem, para ele, constrói por si só uma Geografia mítica, ou seja:

> Visto que a Terra é mãe de tudo que vive, de tudo que é, um laço de parentesco une o homem a tudo que o cerca, às árvores, aos animais, até às pedras. A montanha, o vale, a floresta não são simplesmente um quadro, um "exterior", mesmo que familiar. Eles são o próprio homem. (DARDEL, 2011, p. 49).

Os sentidos e sentimentos que esse homem possui fortalece estudos da dimensão simbólica que se contrapõe às concepções puramente econômicas e abre perspectivas de novas análises geográficas nos anos de 1970 e 1980. O sentimento religioso, os mitos, a dimensão imanente ou transcendente de alhures, de onde a vida é julgada, tornaram-se aspectos centrais na análise geográfica (CLAVAL, 2003).

As percepções que surgem da perspectiva de estudos geográficos da cultura abrem um leque de possibilidades de investigações dos signos e significados presentes nas manifestações como pontos de iluminação para a percepção solidária e comunitária nos rituais das celebrações sagradas e profanas.

A GEOGRAFIA HUMANISTA E CULTURAL

Na Geografia Cultural, especialmente desenvolvida nas décadas de 1960 e 1970, o indivíduo possuidor de saberes próprios se sobressai sobre uma paisagem descritiva numa perspectiva mais crítica e humanista da cultura. Tuan (1983), nesse período, desenvolve uma investigação dotando a Geografia Humanista de uma identidade singular, tanto que publica em 1974 o livro Topofilia, abrangendo conceitos espaciais e de ambiente com forte característica da fenomenologia.

Para os autores da Geografia Cultural Renovada um novo caminho para o exercício de leituras sobre as paisagens, lugares e territórios é estabelecido, visto que considerar apenas o indivíduo e suas percepções de mundo não colaboraria suficientemente para a compreensão dos problemas de ordem sociohistórica. Nessa ótica, o mundo não é o retrato visível da realidade. O mundo é infiel à realidade das formas e dos conteúdos apreendidos pelo olhar.

Duncan (2004) compreende criticamente o tema quando contrapõe os valores e conteúdos definidos pelos geógrafos da Geografia Cultural da seguinte maneira:

> Os geógrafos culturais, que ironicamente pouco se interessaram pela cultura, voltaram sua atenção quase que exclusivamente para os artefatos. Através dos anos, inúmeros artigos em periódicos se dedicaram ao tópico da distribuição regional — e, ocasionalmente, da difusão de celeiros, de cercas, ou "conjuntos" de paisagens, dos quais se dizia que revelavam regiões culturais ou focos culturais. (DUNCAN, 2004, p. 92).

Nessas concepções, a cultura é mais do que a herança genética e o espaço em que se inscreve a vida dos homens constitui-se de diversos aspectos materiais, de valores simbólicos e de consciência do papel transformador crítico nas paisagens. No bojo dessa questão as práticas religiosas são incluídas como manifestações culturais que marcam uma determinada paisagem, espaço ou um lugar sagrado.

O Geógrafo tropicalista Joel Bonnemaison refere-se ao espaço geossimbólico, dotado de muitas interpretações políticas, sociais, ecológicas, mas sobretudo: "Um lugar, um itinerário, um acidente geográfico, que por razões políticas, religiosas, históricas ou culturais possuem aos olhos de certos grupos sociais ou povos uma dimensão simbólica que alimenta e conforta sua identidade" (BONNEMAISON, 2001, p. 109).

Nesse sentido, os rituais, as peregrinações, os objetos e ritos fazem parte de um sistema complexo de signos e significados a luz de homens e mulheres participativos em seu espaço. Está, como salienta Costa (2010), relacionado com a valorização do espaço vivido. Para Rosendahl (2013) sagrado, profano e território contribuem para que o grupo religioso reforce o sentido de pertencimento à instituição religiosa.

O exercício de poder religioso ocorre na vivência da fé, nesse caso, a igreja católica, com forte peso da dimensão política. Tal como a autora chama atenção há uma partilha de uma identidade comum entre os membros que realizam tarefas ativas e atuais comandados por uma instituição religiosa.

A festa, portanto, tal como consideramos aqui, reduz a distância social existente entre grupos e permite a solidariedade e a afirmação da condição humana frente ao isolamento na sociedade. Por isso apresentamos o Divino Espírito Santo, as Festas de Reis, o Congado e as Festas juninas como territórios de fé e de união entre os homens.

As festas não são separadas das demais atividades exercidas ao longo da vida. Elas são a complementação obrigatória para que os laços possam ser revitalizados, enquanto revelam homens e mulheres por completo, corpo e alma, mente e coração. Sendo assim, as marcas, como as festas, se fazem latentes na vida dos grupos culturais e ocupam a memória dos mais velhos que viveram outros momentos importantes da história local. São essas condições que viabilizam a compreensão de uma cultura fruto das experiências no lugar e no território.

A CULTURA NOS MUNICÍPIOS

BARREIRAS

O Município de Barreiras, emancipado em 1891 de Angical, tem sua história marcada por influências sertanejas, de imigrantes, indígenas e quilombolas. Essa condição faz do

município um detentor de rica diversidade cultural que se expressa nas feiras livres, nos espaços festivos e nas comunidades tradicionais.

No calendário festivo dos municípios de Barreiras e Angical é indispensável a presença das festas de padroeiros e os rituais de celebração católica como forças potenciais da cultura regional por meio da organização comunitária e da devoção. Nessas manifestações se destacam o Reisado, o Divino Espírito Santo e o São João.

O REISADO

O Reisado, Folia de Reis ou de Santos Reis se constitui em uma celebração pelo nascimento do menino Jesus. Em Barreiras há muitos anos se comemora essa manifestação católica no Bairro de Santa Luzia e Barreirinhas onde devotos preservam essa manifestação e dão apoio aos demais participantes em suas casas para organizarem a festa. É tradição cada família organizar a lapinha e o presépio e no dia 6 de janeiro, dia de santos Reis, acontece a festa alusiva à peregrinação dos três reis magos que presentearam o menino Jesus.

Os reis magos na representação nos grupos culturais se organizam nos meses de janeiro e início de janeiro e visitam as casas tocando instrumento de cordas e percussão ao mesmo tempo em que dançam com vestimenta e adereços que mesclam cores douradas, vermelhas, brancas e azuis. As orações e cantorias são acompanhadas com a bandeira da Sagrada Família quando os mais velhos ditam o ritmo e abrem o cortejo que adentra as casas para abençoar e solicitar doações para a Festa de Reis.

Percebe-se o colorido dos Reisados que conta com a participação de crianças, jovens e adultos. (Figura 1).

Figura 1: Apresentação do Reisado no SESC em Barreiras – BA.



Fonte: CARDOSO, E. S. jan. 2015.

Dona Zefa é a principal divulgadora do Divino Espírito Santo e do Reisado. Em sua moradia construiu uma capela particular para eventos religiosos e demais festividades através de recursos próprios, doações da comunidade e de participantes das festividades. O Reisado de Santa Luzia que ocorre há mais de vinte anos em Barreiras tem prática iniciada com a construção de uma Lapinha (Presépio) e manutenção dos enfeites natalinos, acompanhado por uma série de reuniões para orações.

No dia primeiro de janeiro dá-se início às festividades de Santo Reis, com vestimenta uniformizada e detalhes artesanais e incremento de material industrializado. O grupo se desloca nas proximidades do bairro Santa Luzia entoando cantigas e dançando nas casas dos fiéis católicos que permitem sua entrada. Na ocasião, as moradias dos devotos são pontos de apoio e descanso e contam com a colaboração de um cozinheiro designado somente para essa época, no caso, até o dia seis de janeiro quando ocorre o encerramento das comemorações.

Devido às experiências e participações de alguns dos mais antigos membros em festividades em outras localidades o Reisado tem assimilado adaptações na dança e música posto que qualifica o grupo como praticante de diversas cantigas nas festividades existentes ao longo do ano. Transmitidas por meio verbal e familiar o Reisado conta com a participação de crianças pequenas e membros com idades superiores a sessenta anos os quais comandam o ritmo dos mais novos. Apesar da dificuldade em repassar as práticas para os mais jovens o pouco investimento financeiro tem sido a maior barreira para a continuidade da manifestação do Reisado.

FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

A Festa do Divino é uma das tradições mais antigas do catolicismo popular e ocorre no domingo de Pentecostes, ao celebrar a descida do Espírito Santo sobre os doze apóstolos. De origem portuguesa, a festa remonta ao início do século XIV, quando a Rainha Isabel de Portugal (1270-1336) introduziu a celebração na Vila de Alenquer, dedicando uma igreja ao Divino Espírito Santo e assistindo às celebrações anuais (BAHIA, 2010).

A festa chegou ao Brasil e passou por modificações com a tradição de escolher um casal para representar os imperadores. A manifestação possui uma expressão folclórica, porém, sua realização e significado se dá pela intermediação das igrejas católicas. Na celebração eucarística é destinado um lugar junto ao altar para que o imperador ou imperatriz possam, após coroação, receber as bênçãos do Divino Espírito Santo e, a partir de então, exercer o seu reinado.

Em Barreiras os fiéis católicos peregrinam pelas ruas da cidade e nos povoados com a bandeira do Divino e com acompanhamento de pandeiros e tambores. Seus integrantes, cerca de vinte a trinta, fazem o pedido de esmolas, ou seja, pedem doações para custear a festa no final do mês de maio. Ao adentrar as casas e/ou estabelecimentos comerciais oram, cantam e abençoam o local.

Essa manifestação religiosa corrobora com o que diz BAHIA (2010) quando descreve que a manifestação, incelências e ladainhas são entoadas com acompanhamentos de tambores. O grupo tem o hábito de sortear, no final do auto, um integrante que será o imperador ou imperatriz da próxima festa e guardará a coroa de prata em sua casa.

O imperador ou imperatriz é responsável em ofertar um almoço aos participantes do Divino e comandar a festa no dia destinado à descida do Espírito Santo sobre os apóstolos após a celebração da missa. Os imperadores ficam durante um ano responsáveis em zelar pela tradição e no ano seguinte organizar a passagem para nova coroação. Constatou-se, nessa celebração, que há uma mobilidade do espaço sagrado e a existência do circuito sagrado tal como entende Rosendahl (2013), na medida em que vários membros da comunidade podem participar como organizadores da Festa do Divino.

AS FESTAS JUNINAS

As festas juninas têm origem nas festas de santo da Europa. O São João nos dois municípios é uma das manifestações culturais mais esperadas no ano. Em Barreiras, inúmeros grupos de quadrilha se apresentam em festivais na cidade e em outros distritos e povoados. Também ocorrem apresentações em Luís Eduardo Magalhães, município emancipado de Barreiras.

O São João se inicia bem antes do dia 24 de junho, dia do santo, quando acontecem os ensaios em escolas, ginásios, ruas e praças públicas. Em Barreiras, na praça Landulfo Alves ou no Parque de Exposição as quadrilhas se apresentam com temas, vestuário e cenários variados com temáticas alusivas ao sertão nordestino (Figura 4). O enredo traduz a festa caipira e antes é apresentada toda a história da moça que engravidou do noivo e o mesmo se recusa a casar. Na ocasião participam outros personagens como o delegado, o padre, o sacristão, os padrinhos e madrinhas. Após o casamento sacramentado dá-se início à festa.

As festas de São Pedro e de Santo Antônio complementam a de São João pois no mês de junho acontecem as missas, quermesses e vendas de comidas típicas: a canjica, mingau de milho, o milho verde e o quentão. Os pratos e bebidas são vendidos nas barracas organizadas pelas igrejas e seus fiéis católicos. Comemora-se em vinte e nove de junho o dia de São Pedro, e no dia treze o de Santo Antônio, o santo casamenteiro. Como a tradição define, o dia desse último santo, ainda é celebrado com devoção, muito embora tenha perdido um pouco a crença das moças nas simpatias para conseguir um marido.

Figura 2: Apresentação de Quadrilhas na Festa de São João em Barreiras - 2014 - BA.



Fonte: CARDOSO, E. S. jun. 2014.

As quadrilhas possuem diferentes coreografias e indumentárias. Os cenários onde são realizados os casamentos caipiras contam com produção artística segundo o enredo definido para aquele ano. A encenação conta com apoio de equipes que montam igrejas, bares, casas e outros ambientes.

Sobre as festas e outras celebrações Chaveiro (2005) resgata a importância dos símbolos nas paisagens sertanejas que ajudam a compor o universo cultural das simbologias presentes nas festas juninas. Chama atenção o autor:

> Procedimentos religiosos como o terço de casa, a novena da comunidade, as festas juninas, as rezas-para-a-alma, o voto, a promessa e outros eventos semelhantes cumpriam diferentes funções: além de costurar a feição simbólica da subjetividade, poderia indicar encontros, festejamentos, ritos de comunicação, ou mesmo lugares para conhecer a pessoa com quem se pretendia casar. (CHAVEIRO, 2005, p. 57).

A crença nas simpatias faz parte de um sistema cultural que está fortemente ligado a uma paisagem e a um tempo acompanhados de danças, leilões, casamentos, promessas, orações. O universo cultural que tem por base essas tradições define o homem como ser simbólico que necessita da festa, do afeto, da comunhão, da força divina e sobrenatural. Mais do que a devoção aos santos e santas, as festas e celebrações "emocionam" quem dela participa, como bem nos lembra Maia (2013), ao nos apresentar o migrante e seu retorno real ou imaginativo às festividades do seu lugar de origem.

As festas juninas assim como as demais celebrações aqui identificadas fazem parte das relações humanas e míticas, como necessidades do homem sobreviver, agradecer e comemorar as graças alcançadas no trabalho e na família. Apesar do forte apelo comercial que destoa do real sentido da festa são comuns o agradecimento à Deus, à natureza, ao trabalho e ao descanso expresso em letras das músicas, indumentárias e danças.

ANGICAL

Município rico em expressões culturais principalmente na música e em festas populares. Participam dessa riqueza festa do boi Jaú, sambadeiras, Divino Espirito Santo, Apresentações da Lira Angicalense e o Congado.

O CONGADO

O Congado de Angical possui semelhantes características com os demais realizados no Estado da Bahia. Apesar de não se ter uma comprovação de registros escritos e de imagens, a oralidade prevalece nos relatos das gerações mais antigas de que o Congado se originou numa fazenda da Família Almeida, uma das fundadoras de Angical por volta de 1880[10]. A família adquiriu escravos para mão de obra em suas plantações de arroz, feijão, milho e algodão no povoado de Ouriçangas.

10 Entrevista semi-estruturada realizada em seis de janeiro de 2015 com coordenadores do Congado de Angical quando da apresentação no Serviço Social do Comércio (SESC) em Barreiras.

Dessa forma, os escravos trouxeram consigo essa tradição que foi proibida, porém, mantida e praticada em horários em que os senhores iam para a missa. Na ocasião, um escravo ficava responsável em vigiar o retorno do patrão e avisar aos demais. Por falta de registro, não se tem conhecimento de como iniciaram as adesões dos escravos ao cristianismo ou quais foram os primeiros Reis.

A manifestação inicia-se no dia primeiro de janeiro e as visitas às casas até o dia seis do mesmo mês. O Congado é composto somente por homens cujas funções são diferenciadas. O caixeiro dá o tom das cantigas e o rei comanda a festa e toca pandeiro, os membros dançam entre si na roda, inclusive o caixeiro e o rei. O Congado, ao mesmo tempo que faz referência à coroação dos reis do Congo também homenageia Nossa Senhora do Rosário. No dia de reis, o Congado visita as lapinhas e os presépios com indumentárias compostas por chapéus com fitas coloridas, xale e coroa.

Além dos elementos integrados por parte do cristianismo, com o passar das décadas e a disposição de novas matérias-primas e formas de produção de vestimenta, o único elemento que se mantém artesanal é o tambor manuseado pelo membro conhecido como caixeiro. Além desse elemento o Congado reúne a bandeira da santa e os "capacetes" (chapéus enfeitados em forma pontiaguda) como é possível ser visto na Figura 3. O xale é usado somente em um ombro por todos eles, de forma que, ao se organizarem em duas fileiras os membros se posicionam na fileira esquerda usam o xale no ombro esquerdo de uma cor específica e os da outra fileira usam o xale no ombro direito em uma cor diferente. Outros elementos são a coroa, o pandeiro, a capa do rei na qual contém uma imagem da Santa.

O engajamento dos mais jovens ainda tem sido difícil, porém, percebe-se que os filhos e netos dos antigos brincantes vêm adquirindo maior conhecimento da importância da manifestação quando convidados para apresentações em diferentes lugares da cidade e da região. Apesar das dificuldades em repassar aos mais jovens a tradição do dia de Reis e do Congado é ainda possível encontrar crianças e adolescentes cantando e dançando na roda com alegria e respeito pelo dia. Ambas as festas necessitam de maior apoio e destaque no calendário municipal para que possam ser celebradas por toda a comunidade quer sejam crianças, jovens, adultos, barreirenses, angicalenses ou moradores de outros municípios.

Figura 3: Apresentação do Congado de Angical (BA).



Fonte: CARDOSO, E. S. 2015.

O estilo de dança e música tem como base em cantigas ancestrais com mistura de expressões da língua original africana com o português antigo, participação de instrumentos são menos expressivos que outros reisados, com apenas um fundo musical para marcar as cantigas e os passos de dança. Tais danças tem uma forma específica e diferenciada já que dançam somente dois por vez.

Devido à distância temporal de suas origens africanas, perde-se o conhecimento do significado de certos termos presentes em suas cantigas, porém, diante da organização e interesse dos pais para o repasse aos filhos pode-se projetar uma maior participação de novos membros. Por fim, a esperança na continuidade da manifestação está depositada no Congado mirim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O significado cultural das manifestações nos municípios de Barreiras e Angical é expressivo da realidade material e imaterial. Envolve organização, tradição, fé e comunhão. Os devotos, brincantes e fiéis depositam suas crenças na vida a partir de uma estreita ligação espiritual com os santos, orações e cantigas. Nas manifestações culturais do Divino Espirito Santo, Reis, Quadrilhas e o Congado é latente a participação dos mais velhos como partícipes de uma história que envolve resistência com adaptações e dificuldades, porém, pautada na solidariedade e no respeito aos santos e santas.

Apresentamos apenas um pouco dessa diversidade cultural que se expressa por diversos meios sejam eles simbólicos ou materiais e que adquire valor substancial à identidade territorial e cultural de um povo. Acreditamos que o projeto irá contribuir sobremaneira para a valorização da cultura e sua resistência. São nesses espaços geossimbólicos que se mantém vivas as experiências humanas onde o espírito de elaboração das festas é tão ou mais importante do que o produto final em si. É passível, a cultura em Barreiras e Angical, de ser lida sobre diversos ângulos, como um texto, sem perder a noção de protagonismo de comunidades rurais e urbanas quando se apropriam de espaços e territórios para evidenciarem sua cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA (Estado). **Catálogo Culturas Populares & Identitárias da Bahia.** Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2010.

_____. **Espaço, ambiente e cultura.** In: FURLAN, Sueli Angelo. (Org.). São Paulo: Geodinâmica, 2012.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Geografia cultural:** um século. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. Símbolos das Paisagens do Cerrado Goiano. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. (Org.). **Tantos Cerrados:** múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade cultural. Goiânia: Vieira, 2005. 348 p. il.

CLAVAL, Paul. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Matrizes da Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. 146 p.

COSTA, Otávio Lemos. Hierópolis: o significado dos lugares sagrados no sertão cearense. In: ROSENDAHL, Zeny. **Trilhas do Sagrado**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. 192 p.

MAIA, Carlos Eduardo Santos. O retorno para a festa e a transformação mágica do mundo: nos caminhos da emoção. In: _____; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia cultural**: uma antologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. v. 2, 296 p.

ROSENDAHL, Zeny. Território e Territorialidade: uma proposta geográfica para o estudo da religião. In: _____; _____. **Geografia cultural:** uma antologia, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. v. 2, 296 p.

_____. Os caminhos da construção teórica: ratificando e exemplificando as relações entre espaço e religião. In: _____; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia cultural:** uma antologia, volume II. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. 296 p.

Recebido para publicação em 16 de Janeiro de 2017.
Aceito para publicação em 17 de Março de 2017.

AS PROPOSTAS DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL DO INÍCIO DOS ANOS 2000 EM QUESTÃO: AVANÇOS E LIMITES DO "NOVO DISCURSO"[11]

THE PROPOSALS OF GOVERNMENT PLANNING FROM THE BEGINNING OF THE YEAR 2000 IN QUESTION: ADVANCES AND LIMITS OF "NEW SPEECH"

PROPUESTAS DE LA PLANIFICACIÓN DEL GOBIERNO A PRINCIPIOS DE 2000 EN CUESTIÓN: AVANCES Y LÍMITES "NUEVA DIRECCIÓN"

Gilson Carlos Visú
Doutorando em Geografia pela UFGD. Membro do Grupo de Pesquisa Teoria e Método da Produção do Discurso Geográfico.
E-mail: gilsonvisu@gmail.com

Guilherme Marini Perpetua
Doutor em Geografia pela UNESP. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e do Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS).
E-mail: geomarini@yahoo.com.br

José Roberto Stein Quast
Graduado em Geografia pela UFGD.
E-mail: jquast@gmail.com

Resumo: O alvorecer do século XXI foi marcado por mudanças significativas em relação ao modelo de desenvolvimento adotado pelos governos brasileiros e, por conseguinte, às ações do planejamento voltadas para a promoção do desenvolvimento. Fundadas nas críticas em relação ao planejamento neoliberal ortodoxo, surgem novas propostas, como, por exemplo, aquelas pautadas pela economia solidária ou popular. O objetivo do presente artigo é

11 Este artigo foi elaborado a partir das discussões realizadas no âmbito da disciplina "Planejamento, políticas de integração e desenvolvimento: aspectos da produção do espaço regional", ministrada no segundo semestre de 2011 pela Profª. Drª. Silvana de Abreu, a quem agradecemos pela oportunidade, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGG/UFGD).

apresentar e analisar tais proposituras, à luz dos elementos compositivos do planejamento estatal predominante no período anterior, buscando avaliar em que medida elas realmente são capazes de promover sua real superação ou tão somente sua manutenção e readaptação para o novo contexto interno e externo.

Palavras-chave: planejamento governamental**;** neoliberalismo; eixos de integração e desenvolvimento (EIDs); economia solidária; economia popular.

Abstract: The arising of the 21st century was marked by significant changes toward the development policy adopted by the Brazilian governments and, consequently, to the actions of planning aimed at promoting development. Based on the criticism of neoliberal orthodox planning, new proposals emerge, such as those based on solidarity or popular economy. The objective of this article is to present and analyze these proposals in light of the compositional elements of the state planning prevailing in the previous period, trying to evaluate to what extent they are really capable of promoting their real overcoming or just their maintenance and readaptation to the new internal and externalcontext**.**

Keywords: state planning; neoliberalism; integration and development axes; solidarity economy; popular economy.

Resumen: El amanecer del siglo XXI se caracteriza por cambios significativos en relación con el modelo de desarrollo adoptado por el gobierno brasileño y, por lo tanto, las acciones de planificación para promover el desarrollo. Fundamentada en la base de la crítica de planificación neoliberal ortodoxa, surgen nuevas propuestas, por ejemplo, guiadas por la economia de solidaridad o la economía popular. El objetivo de este trabajo es pres entar y analizar dichas propuestas a la luz de los elementos de la composición de la planificación estatal prevaleciente en el periodo anterior, buscando evaluar en qué medida son realmente capaces de promover su verdadera superación o por lo que sólo el mantenimiento y la actualización al nuevo contexto interna y externa.

Palabras-clave: planificación del gobierno; integración y desarrollo; economia solidaria; economia popular.

INTRODUÇÃO

O início deste século trouxe à tona questionamentos quanto à eficácia do modelo neoliberal proposto e aplicado no planejamento governamental durante os anos 1990 no Brasil. Dentre as inúmeras críticas a esse modelo, ganham destaque as que se voltam para o agravamento de problemas sociais, como a extrema concentração de riqueza e renda, a redução dos postos de trabalho e sua precarização, bem como a financeirização da economia nacional, apontados como corolário direto de sua adoção. A partir delas, no alvorecer do terceiro milênio, em pleno contexto de crise da ortodoxia neoliberal e ascensão do que,

posteriormente, ficaria conhecido como "Novo desenvolvimentismo",[12] diversos autores colocaram-se a apresentar propostas alternativas para o planejamento, fundamentadas, por exemplo, nos princípios da economia solidária ou popular.

O presente artigo objetiva apresentar e analisar tais propostas, à luz dos elementos compositivos do planejamento estatal predominante no período anterior, buscando avaliar em que medida há a sua real superação ou tão somente sua manutenção e readaptação para o novo contexto. De certa forma, o texto já nasceu envelhecido pelas recentes reviravoltas da política nacional, inauguradas pela crise do pacto de poder que conduziu ao impedimento de Dilma Rousseff (agosto de 2016) e à trágica defenestração do Partido dos Trabalhadores. Estes fatos, todavia, longe de desabilitá-lo, reafirmam a pertinência do seu conteúdo ante ao iminente e franco ressurgimento da ortodoxia neoliberal.

Para tanto, o texto está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira volta-se para a exposição dos principais elementos constituintes do planejamento de perfil neoliberal predominantemente adotado na década de 1990, a partir de uma perspectiva histórica de sua consubstanciação. A segunda expõe as críticas ao referido modelo e as alternativas propostas para superá-lo, centradas, fundamentalmente, nas questões sociais. Por fim, na terceira seção é feita uma análise geral das proposituras apresentadas, em que se destacam os avanços e permanências presentes, os limites e contradições inerentes ao discurso em questão.

O PLANEJAMENTO ESTATAL NA DÉCADA DE 1990

Ao longo da história, e principalmente a partir da década de 1930, o Estado exerceu um papel central de organização na formação sócio-espacial brasileira, tendo como foco em seu planejamento o empuxo para o desenvolvimento[13] através de ações de dotação de infraestrutura e, atrelado a isso, de atração e potencialização do grande capital estrangeiro, com destaque para sua fração industrial.

No referido contexto histórico, o Estado brasileiro esteve intrinsecamente consorciado às oligarquias rurais, o que, de algum modo, forjou o caráter centralizador e autoritário na história da evolução política brasileira, de maneira que suas intervenções quase sempre foram baseadas nos interesses das classes dominantes, em detrimento das classes menos favorecidas. Nesse sentido, o Estado teve uma função primária, a de promover o desenvolvimento e consolidar o processo de industrialização nacional.

A partir dos anos 70 começam a se desenhar os sinais de uma crise que teve seu ápice nos

12 Segundo seu propositor (BRESSER PEREIRA, 19 set. 2004), o novo desenvolvimentismo seria a adequação necessária do antigo desenvolvimentismo, o chamado "nacional-desenvolvimentismo", cujos traços mais acabados se fizeram enxergar entre as décadas de 1950 e 1980, ao atual contexto econômico interno e externo. Cf.: Sicsú, De Paula e Michel (2007), Castelo (2012), Boito Junior (2012), entre outros.

13 Para definirmos este termo recorremos a Castoriadis (1987, p. 140), que afirma que o "desenvolvimento" começou a ser empregado quando se tornou evidente que o "progresso", a expansão, o crescimento não eram virtualidades intrínsecas, inerentes a todas as sociedades humanas cuja efetivação se pudesse considerar como inevitável, mas propriedades específicas das sociedades ocidentais (capitalistas).

anos 80. Neste período o governo federal sente os problemas causados pelo caráter das ações intervencionistas realizadas no país, o que de fato gerou um endividamento catastrófico para a estabilidade financeira nacional.

Segundo Araújo (2000, p. 12):

> A crise brasileira instala-se nos anos oitentas, quando o "choque dos juros" atinge de frente o Estado brasileiro, patrocinador principal do "crescimento em meio à crise", promovida nos anos setentas. A dívida externa havia mais do que quadruplicado, passando dos US$ 12 bi para US$ 54 bi, no período Geisel, e seu principal tomador — o setor público — é quem vai receber o impacto principal do "choque dos juros". Os encargos dessa dívida explodem e instala-se a crise financeira do setor público brasileiro. Crise, aliás, que só se tendeu a se agravar, na década seguinte.

Assim, para os críticos do modelo vigente, a estrutura estatal intervencionista torna-se, nesse momento, o principal entrave para o avanço econômico e social, além de por em xeque o modelo governamental proposto até então. Tal situação conduziu o Estado a um processo de reforma estendido entre as décadas de 80 e 90.

A década de oitenta ficou conhecida como a "década perdida", a partir do ponto de vista do capital, uma vez que o país amargava uma profunda crise financeira, porém, em relação aos aspectos sociais foi uma década de ganhos, uma vez que o país passou pelo processo de redemocratização e os movimentos sociais voltaram à baila, conquistando alguma representatividade.

A reforma buscou limitar o caráter paternalista do Estado e caracterizou-se pela aposta na competitividade, isto é, os sujeitos estão mais "livres", porém a mercê da sua própria "capacidade" de ascensão social e financeira. Obviamente, contribui para esse movimento o fato de haver, principalmente nos países periféricos, a pressão imposta pela globalização. Segundo Mattoso (1995), no plano mundial o objetivo do decálogo neoliberal, contraposto ao Estado de bem-estar social (*Welfare State*), era implementar uma espécie de "Estado mínimo" com seu receituário de desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e do papel do Estado na economia, especialmente no tocante à promoção do bem-estar social.

O Brasil, nesse sentido, caminhava *pari passu* ao novo modelo econômico apresentado e expressamente recomendado pelos países centrais. A situação de endividamento externo e o papel tradicionalmente exercido pelo Brasil na divisão internacional do trabalho — fornecedor de matéria-prima e importador de tecnologias — fez com que o país abrisse o seu mercado para os produtos e o capital estrangeiro, aumentando ainda mais a dependência econômica internacional.

Deste modo, a partir de 1990 o Estado nacional brasileiro passa por um processo de desmonte estrutural. Há, nesse momento, não só a necessidade de rever a crise financeira instalada no país, mas também a formulação de um "novo" Estado Regulador, caracterizado pela criação de agências reguladoras independentes, pelas privatizações de empresas estatais, por terceirizações de funções administrativas do Estado e pela regulação da economia visando

à correção das chamadas "falhas de mercado" em substituição as políticas de planejamento industrial.

De acordo com Cano (2010, p. 2) "se na década de 1980 a maior parte dos economistas se omitiu para os problemas do longo prazo e do desenvolvimento, ou seja, do futuro do país, fez pior a partir da de 1990, ao declarar seu credo ao neoliberalismo". Este momento inaugura o processo de descentralização do poder na figura do presidente da república, atenuando a atuação decisória centralizadora do Estado na economia e nas decisões políticas de planejamento estatal e, de acordo com Araújo (2000, p. 13), marca também a escolha de novas e importantes estratégias como, por exemplo, a já mencionada abertura financeira e comercial impulsionadas pelo Governo Collor (1990-1992) e aprofundadas pelo Governo Fernando Henrique (1995-2002). Paralelamente, houve a diminuição substancial da participação social no planejamento das políticas de governo e, não obstante, asseverou-se o caráter empresarial/gerencial nas políticas de planejamento, fundamentalmente impostas pelos agentes econômicos externos em face da diminuição da autonomia do Estado em seu papel planejador.

Assim, o Governo de Fernando Henrique Cardoso consolidou este novo processo de abertura de mercado — globalização — e da "terceirização" do aparelho estatal. Tal ação se justificava através do discurso de que o Estado necessitava "desburocratizar" sua estrutura. E nesse sentido, o alinhamento entre capital estrangeiro e o governo FHC facilitaria todo o processo, uma vez que, argumentava-se, as empresas estatais não eram financeiramente viáveis, sendo consideradas os grandes gargalos para o desenvolvimento econômico do país. Ideologicamente, entretanto, o discurso de integração, fortemente empregado durante os governos do período ditatorial (1964-1985), permaneceu, porém sob uma nova roupagem: da integração nacional passou-se à integração competitiva. Se no passado ressaltava-se a necessidade de ligar entre si não só o mercado, mas, principalmente, as áreas tidas como polos de desenvolvimento, a partir de então a integração passou a ser dirigida pela necessidade de espraiamento do capital, sendo fundamental dar fluidez ao mercado interno com vistas a atender ao capital estrangeiro, consolidado na figura das empresas multinacionais instaladas no território brasileiro. De fato, como salientam Santos e Silveira (2006), a partir de então tornaram-se mais evidentes os traços de um território nacional controlado pela economia internacional no qual

> […] cada ponto do território modernizado é chamado a oferecer aptidões específicas à produção. É uma nova divisão territorial, fundada na ocupação de áreas até então periféricas e na remodelação de regiões já ocupadas (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 105).

O novo modelo de planejamento propõe um Brasil integrado, não mais pelos polos, mas sim por "eixos de desenvolvimento" e, apesar de tecer críticas ao modelo anteriormente instalado, pelo fato das ações serem pontuais, também aponta na mesma direção, isto é, para alavancar o desenvolvimento econômico brasileiro, o Estado atua primordialmente na dotação de infraestrutura, por exemplo, construindo rodovias, hidrovias, ferrovias e portos que sirvam como corredores de exportação para o escoamento de *commodities* agrominerais.

De fato, fica patente a mudança na estrutura discursiva, a qual passa a ter sua fundamentação em uma base territorial contigua, porém, as ações de planejamento estatal continuam, em larga medida sendo pontuais e direcionadas à infraestrutura, servindo de base territorial para o espraiamento do capital transnacional aqui aportado.

AS *NOVAS* PERSPECTIVAS PARA O PLANEJAMENTO

> As políticas de abertura comercial e financeira inauguradas na administração Collor e radicalizadas pelo governo FHC, cujos efeitos foram ampliados pela sobrevalorização da taxa de câmbio no período 1994/1998, agravaram extraordinariamente a crônica dependência da economia brasileira com relação ao capital estrangeiro. (MERCADANTE; TAVARES, 2001, p. 11).

Após a "desertificação neoliberal" dos anos noventa (ANTUNES, 2004), surgem apontamentos para novas perspectivas de planejamento econômico legitimadas por discursos voltados à dimensão social. As carências humanas básicas que, ainda hoje, assolam grande parte dos brasileiros ganharam centralidade como meio de legitimar a necessidade de um novo modelo. Assim, passa-se a questionar o fato de que "da modernização conservadora impulsionada pelo regime militar à destruição não criadora do neoliberalismo periférico contemporâneo, os modelos de política econômica aplicados no país sempre relegaram o social a um plano secundário e residual" (MERCADANTE; TAVARES, 2001, p. 10).

Na década de 1990, a política econômica estabelecida comprometeu-se, em primeiro plano, com os agentes financeiros, o fortalecimento do mercado e os índices macroeconômicos que divulgam a economia do país internacionalmente, convidando e abrindo totalmente às portas para que o capital estrangeiro se instalasse com segurança e garantia da manutenção das altas taxas de lucro.

Para Mercadante e Tavares (2001, p. 10) o resultado da política neoliberal reflete no aumento da "pobreza e desigualdade na distribuição de renda e da riqueza, que têm tendido a agravar-se nos anos recentes com a internacionalização, associada ao processo de globalização, de novos vetores de exclusão social". Deste modo, não basta controlar a inflação e dinamizar o crescimento do PIB, sendo necessário buscar soluções para problemas estruturais como as relações de propriedade.

A política economia adotada no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), de cunho neoliberal, pregava que, com o "enxugamento" do Estado e o estimulo ao crescimento do mercado, o desenvolvimento se distribuiria para a sociedade através da criação de empregos. No entanto, esta política demonstrou que não deu conta de alastrar o desenvolvimento como havia prometido. Assim, no início da década passada, surgem propostas para um planejamento político e econômico que contemple a sociedade e que eleve o desenvolvimento social à condição de prioridade no lugar de um estreito olhar econômico-financeiro do desenvolvimento.

Definindo os traços principais e advogando o "novo" modelo, Mercadante e Tavares (2001, p. 11) afirmam:

> […] a transformação do social no eixo do desenvolvimento não significa somente revalorizar, nos planos de governo, os chamados aspectos sociais — combate à fome, a educação, a saúde, o saneamento básico, a habitação e a cultura. Significa conceber os programas de investimento nesses setores como verdadeiros vetores de crescimento e transformação da economia e, fundamentalmente, subordinar toda a dinâmica econômica aos objetivos e prioridades macro-sociais.

Percebemos que ao discurso de inclusão estão conectados elementos econômicos para além dos argumentos da esquerda ortodoxa, fazendo parte das prioridades as questões que os autores denominam como "macrossociais", ou seja, a ideia de que o mercado ser reestruturado sem deixar de ser capitalista ou deixar de acumular lucros, contanto que a prioridade seja o social. Assim, os autores propugnar o novo paradigma, ainda vinculado à lógica de mercado vigente, porém, com a condição de que os aspectos sociais sejam questões centrais, mesmo porque estes aspectos prometem retornar à economia os benefícios a eles dispendidos em forma de novos postos de trabalho, novos negócios, empreendedorismo e fluxos de capitais mais dinâmicos, que envolvam e dinamizem a economia.

Depois de alguns anos da efetivação da política do Partido dos Trabalhadores,[14] Cano (2010, p. 6), em uma reflexão mais atual, defende também uma alteração do modelo vigente, empregado até o início de 2010, que em seu dizer promoveu

> […] trinta anos de atraso em investimentos, tecnologia, reformas sociais e outras questões, que constituem um novelo embaraçado de problemas complexos que exigem muita reflexão para seu mais completo entendimento. Por outro lado, é preciso repor algumas idéias que foram afastadas, como a do Planejamento e do necessário papel ativo do Estado.

A diferença entre as críticas de Mercadante e Tavares (2001) e a de Cano (2010) é que este último autor inclui o Governo Lula (2003-2010) como uma continuação de um modelo de mercado em que o financeiro dita as regras, mesmo tendo considerado as questões sociais. Para Cano (2010), as reformas sociais não foram suficientes para solucionar o problema do subdesenvolvimento brasileiro e o Estado deve planejar a superação da crise.

Quando Mercadante e Tavares (2001, p. 11) fazem a crítica do modelo vigente, vale lembrar que o Partido dos Trabalhadores ainda não havia assumido a Presidência da República, de modo que indicam que, para tornar as questões sociais prioritárias, seria necessário:

> […] enorme e continuado esforço de crescimento econômico e de ampliação da capacidade de geração de emprego, de expansão e redirecionamento do gasto

14 David Samuels (2004, p. 222) afirma que o Partido dos Trabalhadores tornou-se, em outubro de 2002, "o maior partido do fragmentado Congresso brasileiro, conquistando 18,4% dos votos. A vitória de Lula na eleição presidencial realizada na mesma data levou o PT ao poder na esfera federal, após ter sido, por mais de vinte anos, o partido mais atuante da oposição. O crescimento, a transformação e a conquista do poder pelo PT numa época de predominância neoliberal e de colapso de numerosos partidos em toda a América Latina merecem atenção". O principal papel do PT no cenário político brasileiro até 2002 era de fazer a oposição, assumindo uma característica parlamentar de fazer a crítica, de opinar e indicar correções, mas não de atuar efetivamente no executivo, embora na década de 1990 o partido tivesse avançado politicamente, conseguindo assumir algumas prefeituras importantes em nível nacional. A primeira grande conquista foi em 1986, quando o Partido dos Trabalhadores conquistou a prefeitura de São Paulo pela primeira vez, com Luíza Erundina.

> público e de democratização dos direitos de propriedade e utilização da terra e do capital, no campo e nas cidades, inclusive por meio do fomento da economia solidária e outras formas criativas de associação de trabalhadores e pequenos produtores independentes.

Os autores apontam ainda para a necessidade de uma "desprivatização" do Estado, afirmando que

> […] um novo padrão de intervenção do Estado na economia inclui formas de coordenação público-privada diferentes tanto do modelo da fase desenvolvimentista quanto da atual situação de descoordenação e intervenção *ad hoc*". O primeiro ponto da ação do Estado refere-se ao ataque à pobreza e ao desemprego, e à busca efetiva de uma melhor distribuição de renda e da riqueza, tarefa para o qual o mercado é reconhecidamente incapaz. O compromisso fundamental do Estado é com o desenvolvimento, o resgate da dívida social e a universalização dos serviços básicos. O Estado deverá desempenhar também um papel estratégico nas atividades de infraestrutura, financiamento, e ciência e tecnologia, centrais para a criação de externalidades e aumento da eficiência sistêmica. (MERCADANTE; TAVARES, 2001, p. 14)

O Estado, segundo os autores, deve atuar direcionando o desenvolvimento para a sociedade, e não um desenvolvimento meramente financeiro, de mercado, que beneficie alguns setores deixando uma multidão de excluídos[15] pelo país. Dessa forma, o modelo pretendido não seria desenvolvimentista, mas também não seria neoliberal.

Segundo Pomar (2000), na última década do século XX os governos de vários estados foram conquistados pela esquerda, especialmente pelo PT. Com este panorama político houve uma disseminação de governos populares, ou seja, voltados para o aspecto social, primando pela participação popular e, no dizer de Pomar (2000, p. 28), guiados pelo objetivo de priorizar

> […] a educação e a qualificação dos recursos humanos, a criação e difusão tecnológica, a modernização da infra-estrutura e da qualidade de vida e a cooperação capital-trabalho para favorecer a inovação e os ganhos de produtividade.

No entanto, apesar de a maioria da população de alguns estados eleger governos ditos "populares", isso, por si só, não foi suficiente para expandir o modelo para o restante do

15 Alguns dos autores abordados neste texto discutem a exclusão social intensificada pelo neoliberalismo. Wladimir Pomar (2001, p. 28) afirma que "a privatização, desnacionalização e quebra de empresas, o incremento do desemprego e da exclusão, a destruição da agricultura familiar, a compressão do mercado doméstico e a transformação da nação em mercado emergente, promovidos pela reestruturação econômica das corporações, sob a gerência do governo federal, causaram um profundo estrado no país". Nesta mesma linha de raciocínio, Mercadante e Tavares (2001, p. 10) defendem que "a modernização conservadora impulsionada pelo regime militar à destruição não criadora do neoliberalismo periférico contemporâneo, os modelos de política econômica aplicados no país sempre relegaram o social a um plano secundário e residual. Isso reflete na permanência de índices inaceitáveis de pobreza e de desigualdade na distribuição de renda e da riqueza, que têm tendido a agravar-se nos anos recentes com a internalização, associada ao processo de globalização, de novos vetores de exclusão social". Os excluídos para estes autores, surgiram com políticas (de governo) neoliberais que ignoraram o social em seus planejamentos em prol do mercado.

país — e, diga-se de passagem, tampouco bastou para solucionar todos os problemas sociais brasileiros. Houve, na verdade, um amálgama entre o modelo dos Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) adotado e o antigo modelo dos Polos de Desenvolvimento, o qual também não possibilitou a integração prometida.

Tal política conduziu à exclusão sumária de extensas áreas definidas de antemão como não prioritárias, por não auferirem lucros aos principais interessados e gestores dos eixos. Associado a isso, outro grave problema foi o agravamento da informalidade no mercado de trabalho, lançando uma miríade de sujeitos sem garantias e direitos trabalhistas. Segundo Adáuto de Oliveira Souza (2008), o discurso em defesa dos EIDs previa a dinamização econômica com a criação de empregos, o que promoveria a inclusão social. Nas palavras do autor, "a respeito da questão ideológica presente por ocasião da delimitação dos Eixos, pode-se afirmar que todo o processo é permeado por um discurso eficaz sobre o desenvolvimento e a criação de empregos. Oculta-se, por exemplo, a automação industrial que nascem modernas nesses pólos/eixos de desenvolvimento" (SOUZA, 2008, pp. 29-30).

Desta forma, a lógica dos Eixos ampliou os trabalhadores informais[16], ou seja, a "economia popular"[17] e não a criação de empregos. Os trabalhadores informais excluídos da possibilidade de emprego e marginalizados, para sobreviver, buscam alternativas criativas, caseiras, simples, mas próximas de ações empreendedoras que podem tornar-se campos de trabalhos férteis, gerando inclusive empregos.

As soluções encontradas são as mais diversas, a exemplo daquelas que transformam desempregados em sacoleiras, vendedores ambulantes, camelôs, donos de lanchonetes ambulantes, costureiras, salgadeiras, comerciantes de produtos rurais etc. Este setor da economia popular movimenta milhões, uma possibilidade de dinamizar a economia interna, ampliar as relações de produção e focar essas forças no rumo de uma economia solidária, de forma cooperativa, na qual o elo entre associações de trabalhos implique desenvolvimento social sustentado. Para que se consubstancie este perfil empreendedor, proveniente da informalidade, e que pode ser transformado e direcionado no sentido da economia solidária, Pomar (2000, p. 29) afirma:

> […] as medidas para fortalecer a vasta camada de pequenos capitalistas "informais" e recriar uma camada ainda mais vasta de trabalhadores assalariados precisam ter caráter massivo, sem o que não se forjam forças sociais poderosas, que apóiem os governos populares e criem condições para mudar a correlação de forças entre as classes dominantes e as populares.

16 Segundo Arroyo (2003), este termo é carregado de preconceito. O autor defende a nomenclatura: Economia Popular para designar o que se convencionou chamar de forma pejorativa economia informal principalmente pelo governo, já que estes não aparecem nos dados "oficiais" da economia.

17 Para o autor supracitado, "a ideia da economia 'informal' tem como referência a legalidade. Toda atividade que não é registrada na Junta Comercial, que não tem CNPJ, é informal. E daí se chegam a conclusões como "a economia informal não contribui com a sociedade porque não paga impostos'" (ARROYO, 2003, p. 49). O autor defende a formação de associações e cooperativas na economia popular e, além disso, a necessidade do micro-crédito para estes pequenos empreendedores.

A criação de medidas para ampliar o trabalho passa por uma readequação do que tem sido considerado informal. Uma das estratégias seria aproveitar a "informalidade", transformando-a em cooperativas solidárias. Sobre esse assunto, cabe um pequeno parêntese. A ideia do cooperativismo solidário advogada por Pomar (2001) é proveniente do que se convencionou chamar de "economia solidária", uma antiga alternativa para as mazelas do capitalismo que, segundo Paul Singer (2001, p. 42), "foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão "desregulamentada" das máquinas-ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX".

Os operários deste século visualizaram uma maneira de juntar forças e solucionar o problema da falta de trabalho agravado pela automatização do processo produtivo. Encontraram a solução na junção de forças produtivas, do pouco que cada um tinha para somarem, formando cooperativas que geravam trabalho e renda, garantindo a subsistência. A partir desta ideia surge a empresa solidária, que no dizer de Singer (2001, p. 42) "nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo".

Da exposição do autor supracitado, é possível concluir que a economia solidária se apresenta como uma saída para que as classes dominadas consigam trabalhar, ou seja, ter acesso a uma atividade fundamental à sobrevivência e condições de suprirem necessidades humanas legítimas, como a alimentação, a cultura, o consumo, a educação, o lazer, a segurança etc. São ações simples que deveriam ser naturais, mas que não acontecem se não houver um apontamento de políticas públicas que sinalizem e impulsionem para movimentos solidários. Assim, a economia solidária surge como uma medida para que os sujeitos das classes ditas "subalternas" ascendam a um desenvolvimento básico, que satisfaça minimamente a natureza biológica e social do homem.

Ainda segundo Singer (2001), podemos distinguir entre três modalidades de empresas solidárias. A primeira delas é a que congrega produtores para a própria execução de seu trabalho em grupo, a chamada "cooperativa de produção"; a segunda modalidade é composta por produtores autônomos que se unem apenas com a finalidade de comercializar seus produtos: a "cooperativa de comercialização", e a terceira é aquela que surge da união entre os consumidores dos seus produtos ou serviços: a "cooperativa de consumo". Além dessas três, uma modalidade recente de economia solidária é a do "clube de trocas".

Retomando o pensamento de Pomar (2000, p. 29), muito além da economia solidária, é preciso também "desconcentrar a riqueza, democratizar a política, relacionar-se independentemente com todos os países, defender sua soberania, aproveitar as realizações do atual modelo e, em oposição a ele, construir um novo modelo de geração e distribuição de riqueza". Neste caso, a solução apresentada pelo autor é aproveitar o que há no atual modelo, ou seja, não romper de forma abrupta com o modelo vigente, mas, centrar os esforços na construção de um novo modelo capaz de promover a desconcentração da riqueza e a erradicação da pobreza.

Outro autor que propõe um novo modelo de desenvolvimento é João Cláudio Tupinambá Arroyo (2003), o qual atribui à Economia Popular — entendida pelo Estado como economia informal — uma força capaz de revolucionar as relações de trabalho e produção. Esse modelo é bem similar ao da economia solidária, no entanto, o autor não

faz nenhuma crítica à acumulação do capital. Há, na verdade, uma intenção em promover as relações econômicas deste setor, tido como informal, mas que é fundamental para o funcionamento macroeconômico. Arroyo (2003, p. 51) defende que é necessário:

> […] o resgate da cultura da solidariedade, que não se confunda com caridade, é central para construirmos as condições fundamentais do novo modelo de desenvolvimento, estimulando os formatos associativos […]. A constituição de um sistema de finanças solidárias, que combine diversos produtos financeiros dirigidos aos empreendedores populares, como crédito popular/microcrédito […]. É preciso investir em pesquisa que gere tecnologias adequadas à natureza e à escala dos negócios populares […]. A adaptação do instrumental mercadológico também é fundamental para que se tenham parâmetros científicos para dialogar com a cultura de consumo […]. A identificação de cadeias e a compreensão da interação destas em arranjos econômicos locais precisam ser desenvolvidas através de metodologias que considerem o empreendedor popular como protagonista do processo organizativo econômico e social.

O autor fala em um resgate da cultura solidária e de um foco do sistema financeiro ao pequeno produtor, através da facilitação de créditos que impulsionem as atividades empreendedoras; preocupa-se com o desenvolvimento de tecnologias que sirvam ao modelo popular; defende que o marketing deve buscar uma consolidação dos produtos populares na sociedade e que os arranjos produtivos locais devem ser desenvolvidos a partir do foco no empreendedor.

O modelo proposto por Arroyo (2003), da Economia Popular, parece ser a chave para os problemas das desigualdades sociais. Entretanto, o autor faz apenas considerações hipotéticas, não aponta os caminhos efetivos para alcançá-las objetivamente.

O QUE HÁ DE "NOVO" E O QUE HÁ DE "ADAPTADO" NAS PROPOSTAS PÓS-NEOLIBERAIS

Como vimos, a crise do Estado neoliberal e de seu planejamento, deflagrada após a década de 1990, como resultado direto do seu corolário insidioso para a sociedade e o território brasileiro, conduziu à emergência de novas perspectivas para o planejamento governamental. Diante dessas novas abordagens e de suas propostas para o planejamento, cabem, pois, algumas indagações que julgamos fundamentais. Em que medida elas superam os antigos modelos de desenvolvimento que embasaram o planejamento (dito) tradicional e aquele de cariz neoliberal? Quais são as contradições nelas contidas?

Ora, não é equivocado afirmarmos que, em certa medida, apresentam avanços significativos para o planejamento governamental, principalmente do ponto de vista social. Por outro lado, uma leitura atenta nos revela a existência de um desejo implícito de adequação às novas demandas, além da combinação de elementos provenientes de antigos paradigmas às necessidades atuais, com maior ou menor intensidade de acordo com cada uma das

propostas, num exercício no qual se propõe que progressismo e conservadorismo caminhem *pari passu*. Vejamos como isso se dá em cada uma delas.

A partir da leitura de Mercadante e Tavares (2001), e observando a realidade brasileira uma década mais tarde — isto é, passados dez anos de sua elaboração e proposição - podemos afirmar que suas diretrizes de fato resultaram em transformações na estrutura social que não devem ser ignoradas, como a inserção de milhões de brasileiros e brasileiras no consumo através de programas sociais como, por exemplo, o Bolsa Família, a valorização do salário mínimo real e a política de expansão do crédito, sobretudo, do crédito para as camadas mais pobres da população. A nosso ver, são avanços também os fatos de que, diferentemente do modelo anterior, na proposta desses autores o fortalecimento do mercado interno foi elevado novamente à condição de objeto das ações de planejamento do Estado e, ao menos no plano discursivo, foram retomados temas como a autonomia e soberania do país frente à ordem global.

Contudo, malgrado afirmar categoricamente ter como eixos prioritários "os objetivos e prioridades macro-sociais", prevê, de maneira não menos enfática, o crescimento sustentado e a maximização das taxas de crescimento do PIB, propondo como uma das dimensões de projeção das políticas, a recuperação do saldo comercial e a redução do déficit de serviços (MERCADANTE; TAVARES, 2001, p. 12). Sobre este último ponto importa observar que isso tem implicado, frequentemente, o apoio continuado a alguns setores extremamente conservadores e excludentes da economia brasileira — como, por exemplo, o agronegócio e o grande capital monopolista nacional e estrangeiro — através de subsídios, incentivos fiscais e vultuosas inversões em infraestrutura, além de reforçar a manutenção da base teórica dos Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) como proposta de planejamento, voltada, majoritariamente, para as ações de infraestrutura e para a conformação dos corredores de exportação que em nada favorecem a real integração do mercado interno e a redução das disparidades regionais, como bem nos alertaram Araújo (2000) e Leme (1999).

O plano prevê também a "reconstrução da capacidade estatal de regulação e suporte ao desenvolvimento" (MERCADANTE; TAVARES, 2001, p. 14). Note-se que o texto fala em *regulação* e *suporte* e não em *intervenção*, o que nos autoriza a deduzir que em verdade não há um rompimento profundo com a concepção neoliberal acerca do "novo" papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico e social.

Em última análise, cabe mencionarmos que, apesar da inegável melhoria nas condições de vida da população mais pobre proveniente da efetivação dessas novas diretrizes, o crescimento econômico continuou sendo a pedra de toque do discurso proposto. O que mudou foi a inserção das classes menos favorecidas, não havendo, pois, qualquer ruptura com as dinâmicas de mercado, mas tão somente a inclusão social sistemática em um modelo já estabelecido política e economicamente.

Por tudo isso somos levados a concordar parcialmente com Machado quando, em sua contundente crítica endereçada ao programa de que derivou o texto de Mercadante e Tavares (2001, 2001 , p. 17), esse autor afirma:

> […] ao longo da leitura vamos percebendo que seu verdadeiro eixo é a crença de que é possível conseguir "mudanças profundas" a partir de uma situação que é

> corretamente descrita como catastrófica, sem grandes enfrentamentos, nem com o grande capital externo, nem com o grande capital interno.

Já a "agenda para o desenvolvimento" elaborada por Cano (2010), pelo fato de ter sido pensada nove anos após a elaboração da proposta do *Instituto Cidadania*, e depois de concluídos dois mandatos completos do PT (2003-2010) na Presidência da República, pôde assentar-se num balanço bastante amplo dos resultados das políticas governamentais ao longo desse período. Nesse sentido, nos parecem acertadas as arguições do autor quando indica que o crescimento econômico experimentado entre 2003 e 2007 e a implementação das políticas sociais de renda mínima e seus respectivos desdobramentos, não foram efeitos ligados tão somente à vontade política do Governo, mas, igualmente, à conjuntura internacional favorável, marcada pelo aumento no volume e no valor das exportações devido à forte demanda e, por conseguinte, à valorização dos produtos primários pelo mercado chinês — o que ficou conhecido como "efeito China".

Por outro lado, Cano (2010), que se auto-diferencia dos tecnocratas desenvolvimentistas do Período Militar e dos planejadores de orientação neoliberal, mantém a tradicional dicotomia desenvolvimento/subdesenvolvimento como fulcro das suas análises, ratificando dessa forma a crença na existência de um ponto de chegada por cuja incansável busca histórica pagamos tão caro até os dias atuais. Dentre tantos outros pontos questionáveis em sua análise, propõe também a junção dos dois (macro)modelos de desenvolvimento historicamente adotados no Brasil, quais sejam, o do *drive exportador* (até o início da década de 2000) e o do *consumo de massas* (após 2003), alegando que "[…] o crescimento possível com qualquer um deles, isoladamente, é insuficiente para dar conta do problema do emprego e, muito menos, de nossa crise social" (CANO, 2010, p. 30), concluindo, pois, que a estratégia deve combinar modelos e contemplar vários setores ao mesmo tempo. Com isso, o autor parece sugerir, mais uma vez e em coro com tantos outros, a possibilidade quimérica da conciliação de classes, com a harmonização das contradições e dos antagonismos sociais, não cogitando em momento algum a possibilidade de superação dessas antigas vias.

No tocante à abordagem de Pomar (2000), devemos destacar suas brilhantes contribuições no sentido de nos oferecer um diagnóstico preciso e muito válido acerca das conseqüências do planejamento neoliberal e de seu enfoque a partir dos EIDs, sobretudo, no tocante à potencialização do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no Brasil, tanto em termos das relações entre o capital e o trabalho, quanto no que se refere à sua dimensão espacial, a exacerbação da desigualdade regional brasileira. Igualmente válidas e sóbrias são suas considerações sobre a necessidade de se buscar entre os trabalhadores e pequenos capitalistas em processo de desintegração os novos sujeitos sociais capazes de opor resistência à hegemonia da globalização monopolista e financeira.

Todavia, Pomar (2000, p. 28) acena para a possibilidade de "expansão de um vasto capitalismo democrático", que se oponha a influência hegemônica burguesa e promova o enfrentamento com o capital monopolista e seu Estado. Cabe indagarmos: capitalismo e democracia, no sentido mais radical deste último conceito, são termos e realidades compatíveis? A nosso ver, o que o movimento histórico tem demonstrado é que o ímpeto incontrolável da acumulação (reprodução ampliada do capital) — que não custa dizer, faz parte

da própria lógica de funcionamento do modo de produção capitalista (MÉSZÁROS, 2007; 2011) — e, a partir dele, a necessidade de superação das crises através de ajustes temporais e espaciais (HARVEY, 2005) que há muito tem engendrado conseqüências nefastas para a classe trabalhadora, faz passar cada vez mais ao largo a possibilidade de alcançarmos uma democracia substantiva na sociedade do capital, especialmente no período atual.

Em sentido semelhante estão dispostas também as abordagens centradas na economia solidária e popular. A economia solidária, tal como advogada por Singer (2001), parece sintetizar a esperança de um intelectual experimentado e com reconhecida contribuição na crítica do capitalismo e dos modelos de desenvolvimento implementados no Brasil. Por esses motivos, é preciso reconhecer a coerência impecável das análises do autor, que nem mesmo chega a propor este modo de produção (é assim que ele o define) como alternativa para a suplantação do capitalismo ou para o desenvolvimento brasileiro. Julgamos que seria pertinente, portanto, apenas formular algumas questões mais gerais a seu respeito.

Em primeiro lugar, inquirimos, enquanto modo de produção não-hegemônico inserido na formação social capitalista (SINGER, 2001), não estaria a economia solidária fadada a ser sempre subalterna ao grande capital, orbitando inevitavelmente e cada vez mais em torno do grande capital nacional e transnacional? Dito de outro modo, teria a economia solidária condições de representar uma alternativa plausível à destrutividade do capital em sua fase monopolista e financeira?

Ainda que tomemos para análise escalas mais próximas de nós e menos abrangentes, como a da própria vida cotidiana, o que constatamos com relação à economia solidária são iniciativas parcas, bastante pontuais e muito limitadas, das quais as grandes referências em termos de êxito são, na verdade, constituídas por cooperativas que, como admite o próprio autor, iniciaram-se como solidárias, mas foram aos poucos se tornando capitalistas.

Finalmente, a proposta de Arroyo (2003), pautada no que o autor chama de "economia popular", possui o mérito de lançar luzes sobre a crônica informalidade no mercado de trabalho brasileiro, uma realidade não tão recente e cada vez mais presente, pensando em ações concretas para os trabalhadores que dela fazem parte. Contudo, a nosso ver, sua explanação possui certas inconsistências que devem ser objeto de crítica.

Primeiramente o autor assevera que na economia popular "[…] a riqueza é fortemente gerada na circulação", o que, em sua análise, revelaria um caráter intrinsecamente distributivo. Ora, considerando que toda riqueza na sociedade capitalista é proveniente do trabalho humano incorporado às mercadorias e não pago aos seus produtores (os trabalhadores), seria possível a geração de riqueza no processo de circulação, que a rigor é constituído pelas etapas de distribuição e consumo? Em segundo lugar, e a partir desta primeira premissa, o autor propõe a compreensão da economia a partir da troca, "sua unidade atômica"[18], afirmando que sua motivação original seria a solidariedade, a partir do estabelecimento de objetivos comuns e confiança entre quem vende e quem compra. No entanto, como sabemos, a motivação original da troca não é a solidariedade, mas sim a satisfação de necessidades em

18 Id. Ibid.

uma economia de mercado que tem como pressuposto a divisão social, técnica e territorial do trabalho e, por conseguinte, seu processo de alienação e o fetichismo da mercadoria, como há muito nos explicou Marx (2011). Portanto, a essência do problema não pode estar em distorções neste suposto fundamento da troca (a solidariedade), como argumenta o autor, mas sim no âmago do próprio modo de produção capitalista, perpassando os quatro momentos indissociáveis do seu processo produtivo, a saber, produção, distribuição, troca e consumo.

Uma última crítica refere-se à sua proposta de enfocar prioritariamente as micro e pequenas empresas, tomando-as como objeto privilegiado do planejamento governamental. Apesar de bem-intencionada, a proposta parece um tanto ingênua num contexto em que se mantém a opção pela inserção na reestruturação produtiva do capital, o que, de acordo com Pomar, faz com que os pequenos empreendimentos acabem (2000, p. 28) "[…] sendo assimilados pela órbita das corporações, ou destruídos", como ainda hoje tem acontecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos ser possível tecer, partindo dos elementos expostos e de sua análise, algumas considerações não conclusivas, porém de fundamental importância para o debate. Inicialmente, como acima defendido, seria injusto deixar de reconhecer os diversos avanços contidos nas novas propostas para o planejamento governamental, especialmente com relação ao aumento da preocupação com a inclusão social real e as reticências à globalização indiscriminada da economia nacional. Quanto a esse último ponto, é importante frisarmos o retorno das preocupações voltadas para a consolidação do mercado interno e a integração regional latino-americana.

Por outro lado, seria equivocado não perceber que alguns aspectos fundamentais nas perspectivas do planejamento que serviu de base para políticas governamentais predominantes ao longo da década de 1990, perpetuam-se nas políticas (ditas) pós-neoliberais, na medida em que não são questionadas algumas das prioridades mais relevantes, como a sustentação do crescimento econômico e a relação entre a modernização do processo produtivo, a precarização do trabalho e a exclusão social.

Para compreendermos essas antinomias é importante observar a relação existente entre a emergência de novas temáticas e perspectivas teóricas e o próprio movimento contraditório da sociedade e de seu modo de produção.[19] Não menos importante se faz a compreensão de que as novas formulações e suas diretrizes para o planejamento, no intuito de se tornarem aplicáveis, precisam contemplar interesses muitas vezes antagônicos entre si porque provenientes de frações de distintas classes compositivas do bloco que está no poder.

19 A esse respeito, veja-se, por exemplo, a análise de Lencioni (1989) acerca da decadência da temática regional na Geografia após a década de 1980. Para a autora (LENCIONI, 1989, p. 119), "a ascensão e a queda de um tema vai além da exigência de uma elaboração intelectual. Esta faz parte do processo de legitimação de forças políticas vivas, cuja ação social consegue institucionalizar alguns temas como resposta a demandas culturais e ideológicas de uma época".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). Campinas: Autores Associados, 2004.

ARAÚJO, T. B. de. Brasil nos anos noventa: opções estratégicas e dinâmica regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, ANPUR, v. 1, n. 2, pp. 9-24, mar. 2000.

ARROYO, J. C. T. Desenvolvimento solidário. In: **Teoria e debate:** revista trimestral da fundação Perseu Abramo, São Paulo, ano 16, n. 55. set.-nov. 2003.

BOITO JUNIOR, A. As bases políticas do Neodesenvolvimentismo. In: FÓRUM ECONÔMICO DA FGV. São Paulo. **Anais…** São Paulo: FGV, 2012.

BRESSER PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo. **Folha de São Paulo**, 19 set. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1909200411.htm> Acesso em 22 mar. 2015.

CANO, W. **Uma agenda nacional para o desenvolvimento**. Texto para Discussão. IE/ UNICAMP, Campinas, n. 183, ago. 2010.

CASTELO, R. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro**. Serv. Soc. Soc. , São Paulo, n. 112, pp. 613-636, out.-dez. 2012.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto II:** os domínios do Homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LEME, H. J. C. **Centro-Oeste:** dilemas do desenvolvimento. In:ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DO CENTRO-OESTE, **,** Anápolis (GO), **Anais…**, 1999.

LENCIONI, S. A mudança do discurso desenvolvimentista face a crise da economia. A falência das políticas de desenvolvimento regional. In: **INFORMAR ORG.** ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 3. **Anais…** Águas de São Pedro, 1989. v. 1, p.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013. (Livro I: processo de produção do capital).

MATTOSO, J. E. L. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta, 1995.

MERCADANTE, A.; TAVARES, M. da C. Eixos de um novo modelo. **Teoria e debate:** revista trimestral da fundação Perseu Abramo, São Paulo, n. 49. out.-dez. 2001.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico:** o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

POMAR, W. **Reflexões sobre o desenvolvimento**. **Teoria e debate:** revista trimestral da fundação Perseu Abramo, São Paulo, n. 46, nov.-dez., 2006.

SAMUELS, D. As bases do Petismo. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 10, n. 2, pp. 221-241, out. 2004.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SICSÚ, J.; DE PAULA, L. F. de; MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 4 (108), pp. 507-524. out.-dez. 2007.

SINGER, P. A economia solidária. **Teoria e debate:** revista trimestral da fundação Perseu Abramo, São Paulo, n. 47, fev.-abr., 2001.

SOUZA, A. O. **Mato Grosso do Sul no contexto dos novos paradigmas de integração e desenvolvimento nacional.** Dourados: UFGD editora, 2008.

Recebido para publicação em 15 de Janeiro de 2017.
Aceito para publicação em 12 de Março de 2017.

CONTRIBUIÇÕES DA GEOMORFOLOGIA APLICADA NO PLANEJAMENTO DA DRENAGEM URBANA: Estudo de Caso do Município de Goiânia, Goiás, Brasil

GEOMORPHOLOGY ASSISTANCE APPLIED IN URBAN PLANNING DRAINAGE: Case Study of the Municipality of Goiania, Goiás, Brazil

GÉOMORPHOLOGIE ASSISTANCE A APPLIQUER DANS URBANISME DRAINAGE: Étude de cas de la ville de Goiânia, Goiás, Brésil

Joildes Brasil
Universidade Federal de Goiás – UFG
joildesbrasil@yahoo.com.br

Resumo: No cenário atual, diante um aparato tecnológico vasto, ainda persistem os problemas relacionados ao mal uso dos recursos naturais, em especial a água. No ambiente urbano, as alterações da paisagem têm ocorrido de forma mais acelerada, de tal forma que a natureza não consegue voltar com a mesma velocidade ao seu estado natural de equilíbrio dinâmico. Torna-se necessário haver um planejamento físico-territorial-ambiental que respeite as fragilidades naturais do ambiente e ao mesmo tempo esteja de acordo com as condições físicas e sociais que formam o ambiente urbano. Nesse contexto, o presente artigo busca discutir o papel da chamada Geomorfologia Aplicada dentro do planejamento da drenagem urbana. Para isso serão discutidos alguns temas relacionados a Geomorfologia, Geotecnologias e do Planejamento Ambiental, e por trataremos através de um estudo de caso sobre como os produtos SRTM contribuem na análise das condições da drenagem do Município de Goiânia (GO).

Palavras-chave: Geomorfologia, Geotecnologias; Planejamento Ambiental; Drenagem Urbana.

Abstract: In the present scenario, on a vast technological apparatus, there are still problems related to the misuse of natural resources, especially water. In the urban environment, the landscape change has occurred more rapidly, so that nature cannot come back with the same speed to its natural state of dynamic equilibrium. It is necessary to be a physical-territorial and environmental planning that respects the natural environment weaknesses and at the same time is consistent with the physical and social conditions that make up the urban environment. In this context, this article discusses the role of so-called Applied

Geomorphology in the planning of urban drainage. For this we discuss some issues related to geomorphology, Geotechnologies and Environmental Planning, and will deal through a case study on how the SRTM products contribute in the analysis of the conditions of drainage of the city of Goiania (GO).

Keywords: Geomorphology, Geotechnologies, Environmental planning, Urban drainage.

Résumé: Dans le scénario actuel, sur un vaste appareil technologique, il ya encore des problèmes liés à la mauvaise utilisation des ressources naturelles, notamment l'eau. En milieu urbain le changement de paysage a eu lieu plus rapidement, de sorte que la nature ne peut pas revenir à la même vitesse à son état naturel d'équilibre dynamique. Il est nécessaire d'être un aménagement physique-territorial et environnemental qui respecte les faiblesses de l'environnement naturel et en même temps, est compatible avec les conditions physiques et sociales qui composent l'environnement urbain. Dans ce contexte, cet article examine le rôle de ce qu'on appelle appliquée géomorphologie dans la planification du drainage urbain. Pour cela, nous discutons de certaines questions liées à la géomorphologie, géotechnologies et de la planification de l'environnement, et nous allons traiter à travers une étude de cas sur la façon dont les produits contribuent SRTM dans l'analyse des conditions de drainage de la ville de Goiânia (GO).

Mots-clés: Géomorphologie, Géotechnologies, Planification environnementale; Le drainage urbain.

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo discorrer a relevância do conhecimento geomorfológico para um melhor planejamento e gestão dos recursos hídricos no contexto das cidades. Para tanto, serão discutidos ao longo do texto questões consideradas relevantes sobre alguns aspectos conceituais dentro da Geomorfologia, Geotecnologias e do Planejamento Ambiental, assim como serão também apresentados alguns problemas pertinentes que dificultam a efetivação dos projetos e planos ambientais dentro da realidade brasileira.

No contexto da Geografia Física ou Geografia da Natureza, a geomorfologia é um instrumento essencial para compreensão dos fenômenos naturais e dos processos dinâmicos de fluxo de energia e matéria que ocorrem constantemente no extrato geográfico, bem como analisa as inter-relações desses eventos naturais com a sociedade. Entre as vertentes existentes dentro da geomorfologia, trataremos nesse artigo o papel ou as contribuições da chamada Geomorfologia Aplicada. Segundo Gregory apud Ross (2009) "o objetivo da geomorfologia aplicada não é prevenir ou reduzir o desenvolvimento ou o uso dos recursos, mas, em vez disso, otimizar aquele uso, reduzindo tanto os custos quanto os impactos" (ROSS, 2009, p. 17). Ou seja, conhecer as características do espaço geográfico para melhor utiliza-lo, respeitando, portanto, suas potencialidades e fragilidades naturais.

Até então, os estudos da Geomorfologia Aplicada têm se mostrado relevantes não só em termos científicos ou acadêmicos, mas dentro do cenário de políticas urbanas, mais

especificamente como subsídio ao Planejamento Ambiental. Em tese, espera-se que esse planejamento ambiental, através da análise geossistêmica, crie condições de um uso e ocupação racional dos sistemas ambientais — ou variáveis geoambientais, como o substrato rochoso, tipo de solo, formas do relevo e os recursos hídricos.

Conforme mencionado anteriormente, o presente artigo irá discutir, em especial, a aplicação dos estudos geomorfológicos no planejamento ambiental dos recursos hídricos em ambiente urbano. É fato que os recursos hídricos são recursos naturais, e, portanto, fariam parte da análise integrada do planejamento e gestão ambiental. Entretanto, diante o crescimento exponencial das pequenas e médias cidades brasileiras, e com isso o incremento dos conflitos de uso e ocupação dos recursos hídricos, torna-se relevante uma análise particularizada desse componente (MUÑOZ, 2000). Essa assertiva é comprovada com base na própria legislação ambiental brasileira, que reconhece através da lei 9.433/97 a importância e a especificidade dos recursos hídricos, e por isso foi instituído um sistema independente para seu gerenciamento.

No atual meio técnico-científico-informacional, vivemos hoje um momento único na história da humanidade, onde as informações chegam até nós de forma instantânea. Esses avanços tecnológicos refletiram positivamente nos estudos ambientais, de modo geral, mas principalmente nas chamadas Geotecnologias. O uso integrado de ferramentas como Sistema de Informação Geográfica (SIG), Sensoriamento Remoto, Sistema de Posicionamento Global (Global Positioning System – GPS) e softwares de Geoprocessamento, permitem aos usuários a geração de forma rápida e acurada de informações geoespaciais.

Nesse sentido, torna-se cada vez mais relevante a aplicação dos conhecimentos geomorfológicos e das ferramentas de SIG no planejamento e gestão dos recursos hídricos. Ainda que essa análise deva ser compreendida a luz da dinâmica de bacias hidrográficas, uma vez que estas são unidades básicas de planejamento (BRASIL, 1997), deve-se também chamar atenção para o ambiente urbano, criando melhores condições para o planejamento e gestão da drenagem urbana.

METODOLOGIA

Afim de alcançar os objetivos propostos no artigo, incialmente foram realizadas coleta e seleção de referencial teórico sobre os seguintes temas: Drenagem Urbana (POMPÊO, 2000; MUNOZ, 2002), Planejamento Ambiental (ROSS, 1994; ROSS, 2009), Geomorfologia Aplicada (SAADI, 1997; GUERRA, 2003; CASSETI, 2005) e Geotecnologias (ROSA, 2005; GROHMANN et al., 2008; MEDEIROS et al., 2009).

Após realizado o levantamento teórico e metodológico sobre o tema, foi selecionada a área de pesquisa, município de Goiânia (GO), como estudo de caso para discussão dos conceitos abordados, com objetivo de apresentar as contribuições da geomorfologia aplicada, através de produtos SRTM (Shuttle Radar Topography Mission) no estudo da drenagem urbana.

Em ambiente SIG, foram utilizadas imagens SRTM, com resolução espacial de trinta metros, a partir das quais foram gerados os mapas de hispometria, declividade e relevo

sombreado. A delimitação da rede hidrográfica foi realizada manualmente com imagens do satélite RapidEye, com resolução espacial de cinco metros, do ano de 2013. As imagens de radar, de satélite e a rede hidrográfica estavam projetados com o sistema de coordenadas planas Universal Transversa de Mercator (UTM), datum SIRGAS 2000 e fuso 22S. Os produtos utilizados neste trabalho foram disponibilizados gratuitamente pelo Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (LAPIG), da Universidade Federal de Goiás.

DISCUSSÃO

Geomorfologia no Planejamento Ambiental

Hodiernamente, a Geomorfologia é um ramo científico trabalhado enquanto disciplina dentro das grades curriculares de cursos de Geografia, Geologia, Ecologia, Engenharia Ambiental, Ciências Ambientais, entre outros relacionados a chamada Ciências da Terra. Em termos conceituais, como afirma Casseti (2005), a Geomorfologia é um conhecimento específico, sistematizado, que tem como objetivo a análise do relevo terrestre. O relevo, por sua vez, "constitui a expressão física das condições de equilíbrio reinantes na litosfera, ou seja, no substrato de todos os equipamentos implantados pelo homem" (SAADI, 1997, p. 1).

São muitas as aplicações dos conhecimentos geomorfológicos na análise da paisagem, seja para o estudo da gênese e dinâmica do relevo, análise de bacias hidrográficas, uso e ocupação do solo, análise da expansão urbana, impactos ambientais, entre outras finalidades. Mas, como já frisado no artigo, os estudos geomorfológicos quando contextualizados nas suas devidas escalas de análise podem contribuir positivamente para o Planejamento Ambiental.

Guerra (2003) discorre de maneira sucinta o papel da geomorfologia nos recursos hídricos, que se dá hoje principalmente através dos estudos sobre bacias hidrográficas como ferramenta no diagnóstico de áreas degradadas. Conforme o autor, "esse estudo das formas de relevo é útil não só na recuperação de áreas degradadas, mas também, na prevenção da ocorrência de tais processos, que acontecem, em especial, sobre as encostas" (GUERRA, 2003, p. 386).

Tem se observado, que antropização acelerada ocorrida nas últimas décadas nos grandes centros urbanos brasileiros, não veio acompanhada de um planejamento ambiental, ou pelo menos, este não foi aplicado de forma satisfatória. Uma vez que, todos os anos é frequente os casos de catástrofes naturais, como: deslizamento de terra, em função de movimentos de massa provocados por ocupação em área de risco; enchentes, nas áreas de baixadas ou próximas as áreas de planície fluvial e/ou lacustre. Essas catástrofes, por sua vez, estão associadas a problemas preliminares de uso irregular do solo urbano, que altera processos naturais como erosão e assoreamento, e quando não mitigados, podem engendrar os impactos ambientais supracitados.

A partir do exposto, percebe-se que um desconhecimento com relação a geomorfologia urbana ou simplesmente descaso pelo tema, pode resultar no mau uso e ocupação do solo da

cidade, que reflete negativamente tanto para os cidadãos, afetados pelos impactos, quanto para o meio ambiente, que passa a estar em desequilíbrio. Acerca desse assunto, Ross (1994) afirma:

> m função de todos os problemas ambientais decorrentes das práticas econômicas predatórias, que têm marcado a história do país, e que obviamente tem aplicações para a sociedade a médio e longo prazos, face ao desperdício dos recursos naturais e a degradação generalizada com perda de qualidade ambiental e de vida, é que torna-se cada vez mais urgente o Planejamento Físico Territorial não só como perspectiva econômico-social, mas também ambiental (ROSS, 1994, p. 64).

Dentro dessa perspectiva, o autor alerta quanto a necessidade por parte dos tomadores de decisão de criar estratégias de ação sustentáveis as quais não estejam presas ou limitadas única e exclusivamente aos avanços econômicos e tecnológicos, mas que estejam pautadas num desenvolvimento que usufrua racionalmente das potencialidades dos recursos naturais, mas ao mesmo tempo respeitem as fragilidades diante a intervenção humana.

Esse planejamento, seja na esfera federal, estadual, municipal ou a nível de bacia hidrográfica tem como objetivo o ordenamento e uso do território. Como discutido até o momento, os estudos geomorfológicos podem ser ferramentas promissoras dentro desse planejamento, que através da análise multidisciplinar por parte de vários profissionais (Geógrafo, Engenheiro, Arquiteto, Geólogo, entre outros) pode criar cenários atuais e futuros da dinâmica da paisagem.

Drenagem Urbana e os Desafios no Planejamento Ambiental

O crescimento desordenado das cidades brasileiras vem sido acompanhado da alteração da paisagem, principalmente no que se refere a duas variáveis ambientais: solo e água. A mudança do uso e ocupação do solo tem refletido em impactos como erosão acelerada, deslizamento de terra, assoreamento dos cursos d'água, etc. Esses impactos, por sua vez, refletem também noutro componente da paisagem, a água. Em termos de sistema de drenagem urbana, observa-se mais frequentemente impactos ambientais e sociais relacionados ao: encurtamento dos canais, alteração da morfologia natural desses rios, desequilíbrio do ciclo hidrológico, enchentes e doenças de veiculação hídrica. Impactos estes que comprometem tanto quantidade como qualidade da água.

Mais do que uma questão de engenharia, o uso da água deve ser tratado de forma sustentável, seja no meio urbano como no meio rural. Alguns dos impactos supracitados, ainda que sejam fenômenos naturais, como no caso das enchentes, quando ocorrem em áreas urbanas são geralmente de grande magnitude do que normalmente seriam. Isso ocorre principalmente em função de chuvas intensas, que fazem com que ocorra o transbordamento dos cursos d'água, e com isso gere um desequilíbrio no ciclo hidrológico. Esse desequilíbrio tem origem incialmente pela modificação da paisagem pelo desmatamento e substituição da cobertura natural, que "resultam simultaneamente em redução de tempos de concentração e em aumento do volume de escoamento superficial, causando extravasamento de cursos d'água" (POMPÊO, 2000, p. 16).

O estudo da drenagem urbana, por meio de ferramentas como o Plano Diretor de Drenagem Urbana, pode auxiliar no uso racional dos recursos hídricos no meio urbano,

diante da pressão negativa que o processo de urbanização vem provocando a esse recurso natural indispensável para a própria manutenção das cidades e da qualidade de vida dos seus cidadãos. Todavia, um dos grandes desafios da implementação de um sistema de drenagem urbana sustentável é conciliar o planejamento e gerenciamento ambiental dos recursos hídricos com os conflitos de usos e interesses múltiplos por parte dos usuários. Não pode haver planejamento ambiental sem que haja fiscalização ou gestão que faça comprimir os requisitos legais para o uso sustentável na água, tão pouco, os tomadores de decisão não devem apenas apresentar restrições do uso, mas devem analisar a realidade da ocupação da cidade e criar estratégias para que a população, geralmente mais carente (que ocupa áreas irregulares) possam ser realocadas. Nesse ponto, a diversidade social deve ser levada em consideração dentro do planejamento ambiental, salientando a motivação para a participação da comunidade dentro do processo de tomada de decisão.

De acordo com Martins (2012), as premissas da gestão da drenagem urbana estão fundamentadas em três etapas: Planejamento, Procedimento e Preparo. Como já dado ênfase neste artigo, o planejamento refere-se ao aparato técnico. De acordo com o autor

"Planejamento inclui atividades como a elaboração dos planos diretores, projeto e implantação de sistemas de redução de risco e exige o uso maciço de todo o elenco de medidas, estruturais e não estruturais" (MARTINS, 2012, p. 5).

Entende-se então que a gestão da drenagem urbana se dá por meio de medidas ou ações que são divididas em: estruturais e não estruturais (Tabela 1). As medidas estruturais (ou diretas) são as obras de engenharia e construções, enquanto as medidas não estruturais são as ações de controle, monitoramento e fiscalização das fontes, técnicas compensatórias e as medidas instituições e legislativas dos órgãos competentes.

Tabela 1 – Medidas para gestão de drenagem urbana.

MEDIDAS ESTRUTURAIS	MEDIDAS NÃO ESTRUTURAIS
Ampliação, modificação, retificação, revestimento, canalização dos cursos d'água naturais ou execução de galerias	Reserva de área para lazer e atividades compatíveis para os espaços abertos, margens e entorno de lagos e rios
Armazenamento ou desvio das águas a montante da região sujeita a inundações	Controle do uso do solo fora da área de inundação
Diques, muros e floodwalls	Securitização da área de risco de inundação
Alterações em pontes e travessias	Estruturas a prova de inundação e restrições de aproveitamento
Bacias de retenção, detenção e amortecimento	Sistema de Previsão, antecipação e alerta
Bacias de sedimentação, retenção de detritos e lixo	Tratamento das populações em encostas e áreas baixas
Wetlands e áreas de depuração in situ	Programa de manutenção e inspeção do sistema de drenagem
Parques lineares	Programa de ação emergencial
Repermeabilização e permebilização artificial do solo	Manual de Drenagem e de gestão da drenagem
Relocação e demolição de estruturas	Educação Ambiental
Detenção em lotes, quadras, empreendimentos, jardins de chuva, telhado verde	Institucionalização da drenagem urbana como serviço do estado

Fonte: MARTINS, 2012.

A fase do procedimento corresponde a operação e manutenção das medidas estruturais. O preparo é a fase final da gestão, onde é apresentada uma ou mais soluções ao problema, ou seja, ele apresenta a resposta as emergências relacionadas à rede de drenagem. Essa fase é muito importante, porque nela são apresentadas as estratégias de ações preventivas para antecipar possíveis impactos.

Considerando os impactos da urbanização do uso e ocupação do solo e dos recursos hídricos, é preciso antes de qualquer ação ou medida, entender a escala em que esses impactos se manifestam e quais as implicações dessas alterações na dinâmica natural da paisagem. A partir dessa premissa, é que a maioria dos estudos sobre esse tema tem utilizado como recorte espacial a bacia hidrográfica, como unidade básica de planejamento. Nesse sentido, tem se consolidado os Comitês de Bacias Hidrográficas por todo o Brasil, que entre suas competências, estão: aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia; arbitrar conflitos pelo uso da água, em primeira instância administrativa; estabelecer mecanismos e sugerir os valores da cobrança pelo uso da água; entre outros (ANA, 2015).

Ainda que hajam dificuldades quanto a implantação de uma gestão eficiente e sustentável da drenagem urbana, deve-se ater sempre para que o planejamento ambiental das atividades urbanas relacionadas a água estejam alinhadas ou relacionadas de forma integrada ao próprio planejamento urbano, na busca de uma planejamento físico-territorial-ambiental que esteja de acordo com as particularidades do meio ambiente, seja para suas fragilidades como para suas potencialidades. No que se refere a parte metodológica ou as técnicas utilizadas na construção da base de dados espaciais para análise, modelagem e construção dos diagnósticos e prognósticos ambientais, destaca-se as contribuições das Geotecnologias, que será discutida no tópico a seguir.

Contribuições das Geotecnologias

Geotecnologias, Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Sistema de Posicionamento Global e Sistemas de Informação Geográfica são algumas das palavras que se tornaram comuns nas últimas décadas dentro dos estudos ambientais. Os avanços tecnológicos alcançados entre o final do século XX e início do século XXI refletiram em diversas área do conhecimento científico, e a Geografia tem usufruído em seus estudos dessas novas ferramentas tecnológicas.

Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG)[20] correspondem a todo e quaisquer sistemas de banco de dados digitais que estejam vinculados a um sistema de referência espacial. O Geoprocessamento ou as Geotecnologias, por sua vez, é conceituado como um "conjunto de tecnologias para coleta, processamento, análise e oferta de informações com referência geográfica" (ROSA, 2005, p. 81), que através de *hardware*, *software* e *peopleware* constituem atualmente ferramentas importantíssimas dentro dos estudos ambientais e também em pesquisas de recursos humanos. Nesse sentido, entende-se que as Geotecnologias se refere a um conceito mais amplo, que envolve tanto: SIG, Sensoriamento Remoto, Sistema de Posicionamento Global, Cartografia Digital, Topografia, entre outras ferramentas que se utilizam de dados georreferenciados.

20 Geographic Information System (GIS)

No tocante ao tema discutido neste artigo, trataremos sobre as contribuições da geotecnologia para os estudos ambientais, com ênfase aos recursos hídricos. Apresentando algumas técnicas que atualmente tem sido bastante úteis para o monitoramento, análise e modelagem ambiental, partindo de produtos relacionados ao relevo e a rede hidrográfica.

Para introduzir essa discussão, trataremos da missão *Shuttle Radar Topography Mission (SRTM)*, realizada em fevereiro de 2000 pela agência espacial norte-americana,[21] em conjunto com a *National Geospatial-Intellingence Agency* (NGA), com o Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DoD) e com as agências espaciais alemãs *Deustches Zentrum für Luft und Raumfahrt* (*DLG*) e italiana *Agenzia Spaziale Italiana* (*ASI*). Nesta data foi lançado o radar SRTM, que tinha como objetivo inicial obter informações altimétricas da superfície terrestre. As imagens do SRTM tinham trinta metros de resolução espacial para o SRTM 1 e noventa metros para o SRTM 3 (GROHMANN et al., 2008; MEDEIROS et al., 2009).

Os dados originados do radar SRTM revolucionaram os estudos relacionados a Ciência da Terra, diante a rapidez e acurácia dos produtos gerados a partir do SRTM, baseados principalmente no modelo digital de elevação. No Brasil, atualmente, os dados do SRTM são disponibilizados gratuitamente para serem baixados nas páginas virtuais da EMBRAPA RELEVO[22] e, de igual modo, nas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), com o projeto Topodata[23] com resolução espacial de 90 m e 30 m, respectivamente.

A partir das imagens SRTM são produzidos uma diversidade de produtos sobre o relevo, como o modelo digital de elevação, hipsometria, declividade, padrão de formas do relevo, curvatura das vertentes, delimitação de bacias hidrográficas, extração da drenagem, etc. Esses procedimentos são gerados em ambiente SIG através de *softwares* de geoprocessamento. A maioria desses programas de computador onde são manuseadas as imagens SRTM são utilizados por meio de licença privada, mas atualmente observam-se esforços em disponibilizar, gratuitamente, *softwares* livres, como o Quantum GIS, o (GDAL *Geospatial Data Abstraction Library*/OGR (*Simple Feature Library*), Sistema de Processamento de Informações Geográficas (SPRING), entre outros, que vem ganhando espaço entre os usuários de SIG.

Como salientado ao longo do artigo, observa-se que a geomorfologia aplicada a partir do uso de SIG e produtos do geoprocessamento, têm muito a contribuir nos estudos ambientais, mas principalmente para o planejamento físico-territorial ambiental. No tocante a questão da água no meio urbano, trataremos através de um estudo de caso sobre como produtos SRTM contribuem na análise das condições da drenagem do Município de Goiânia (GO).

21 National Aeronautics and Space Administration (NASA)

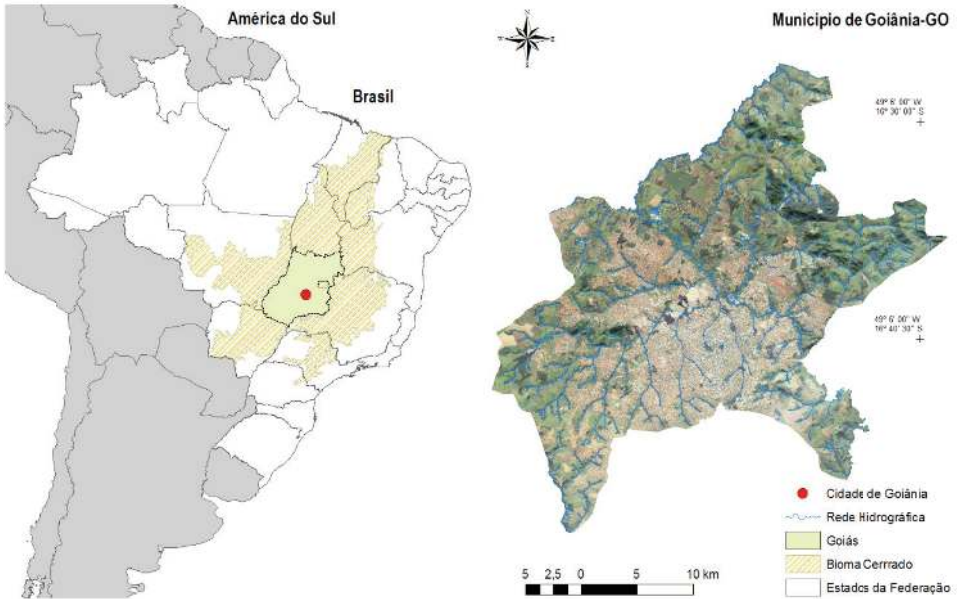
22 Disponível em: <http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br/>

23 Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/topodata/index.php>

O CASO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA (GO)

O artigo tem como recorte espacial o município de Goiânia, capital do Estado de Goiás (Figura 1). Segundo o IBGE (2014), Goiânia conta com uma população de 1.412.364 habitantes, resultado de um intenso processo de urbanização vivido nas últimas décadas. Em termos de recursos hídricos, a nível nacional Goiânia está inserida na Região Hidrográfica do Rio Paraná, fazendo parte da bacia hidrográfica do Rio Meia Ponte, localizada no seu baixo curso. Esta bacia abrange 3,56% da área do Estado, com área de12.180km².

Figura 1 – Localização do município de Goiânia, Goiás.



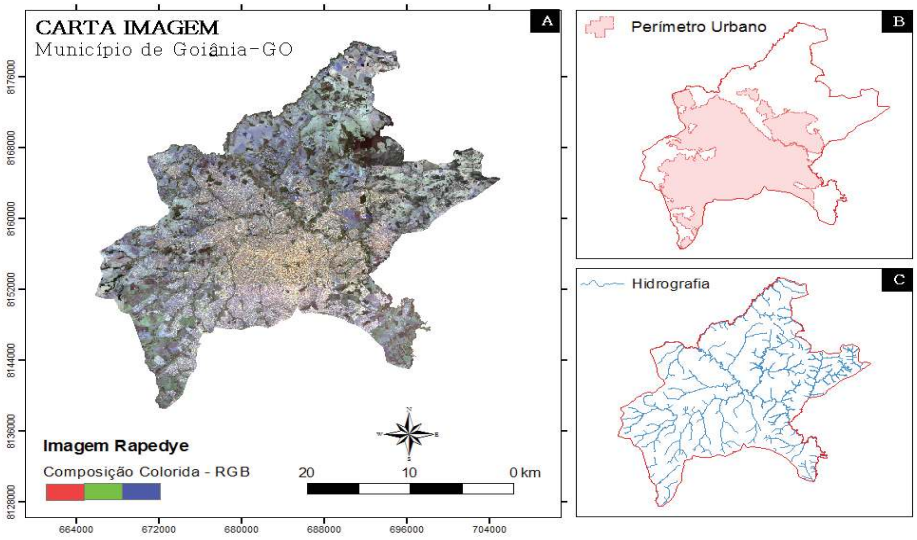
Fonte: BRASIL, 2015 .

O rio Meia Ponte nasce no município de Itauçú (GO) e deságua no rio Paranaíba no município de Cachoeira Dourada (GO). Na sua margem esquerda recebe o ribeirão João Leite e o rio Caldas, e na margem direita tem como seu principal afluente o rio Dourados. Essa bacia é responsável por 70% do abastecimento do município de Goiânia, e concentra na sua área de influência 47,5% da população do Estado. Apesar da sua importância, a bacia está bastante degradada em consequência do intenso processo de urbanização ocorrido na região, desde a transferência da capital do Estado para Goiânia (1935) e com a criação de Brasília (DF) (1950).

A alteração do uso do solo provocou o surgimento de eventos críticos relacionados a chuva nos últimos vinte anos em Goiânia, o que provocou transtorno para os moradores dos bairros afetados, como: Balneário Meia Ponte, Sul, Marista, Jardim América, Vila Roriz, Urias Magalhães, Jaó, Vila Monticeli, Vila Santa Helena, região do Parque Vaca Brava e Avenida T – 9 (MONTES; LEITE , 2009). A ausência de planejamento e gestão da drenagem urbana, associada ao uso indiscriminado do solo, podem aumentar os impactos nos recursos hídricos desse município, mas principalmente para os próprios cidadãos. A partir desse viés, é que os impactos ambientais tornam-se também impactos sociais.

Na figura 2 são apresentadas três informações quanto ao município de Goiânia: carta-imagem, perímetro urbano e rede hidrográfica. A carta-imagem permite um primeiro panorama de ocupação do município. Dos 801km², o perímetro urbano de Goiânia representa 54,7% (389 km²) da área do total do município. Parte considerável dessa ocupação se dá no setor sudoeste, na margem direita do rio Meia Ponte.

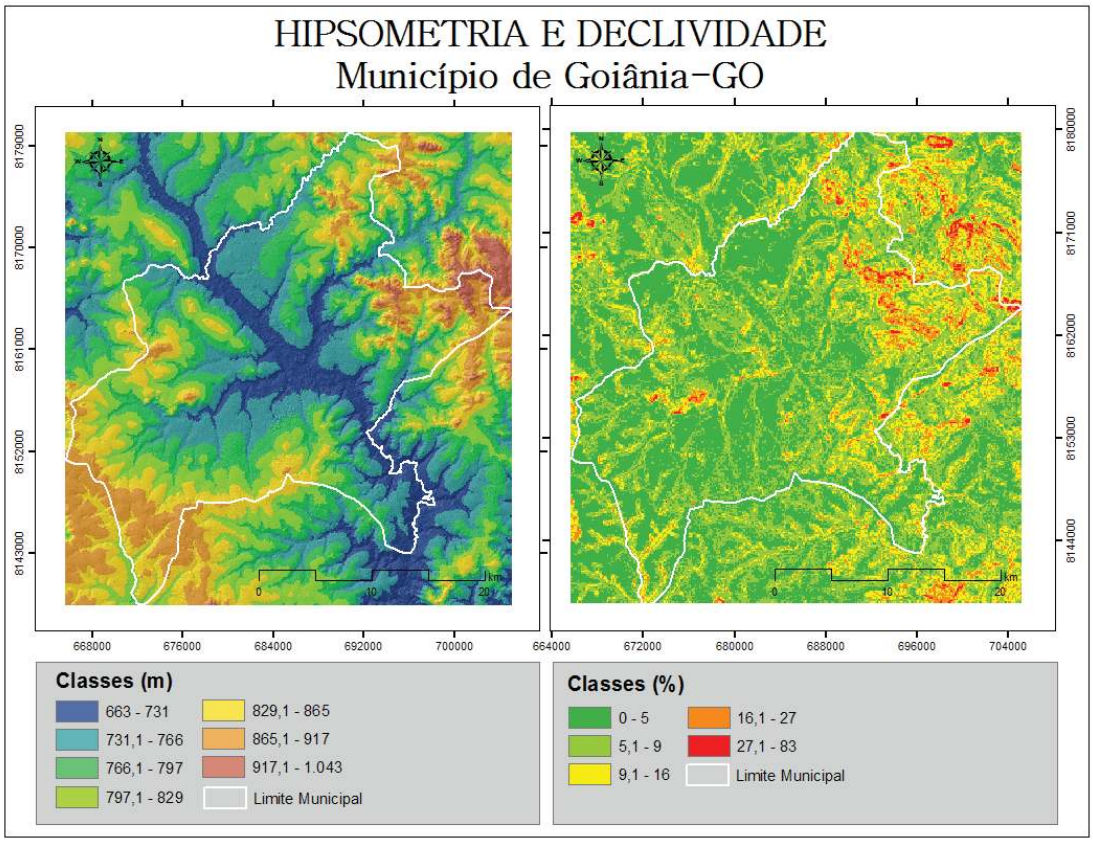
Figura 2 – Carta-imagem do município de Goiânia (A), perímetro urbano (B) e hidrografia (C).



Fonte: BRASIL,2015.

A atual ocupação do município é em parte explicada ao analisar alguns dos aspectos físicos do relevo, como apresentado na figura 3, a seguir. O gradiente altimétrico de Goiânia é de 380 metros, variando de 663-766 metros nos setores mais rebaixados, que representam principalmente as áreas de *fundos de vale*, e de *terraços e planícies do rio Meia Ponte* (CASSETI, 1992). Se retornarmos a carta-imagem, percebe-se que o centro da ocupação urbana encontra-se nessas áreas onde predominam baixas altitudes e declividades mais suaves, entre 0 – 9%. Alguns dos principais problemas relacionados aos recursos hídricos nesse setor, diz respeito a impactos de inundação, assoreamento dos cursos d'água e lançamento de esgoto *in natura* nos rios (NASCIMENTO e PODESTÁ FILHO, 1993).

Figura 3 – Mapas hipsométrico e de declividade do município de Goiânia, Goiás.



Fonte: BRASIL, 2015.

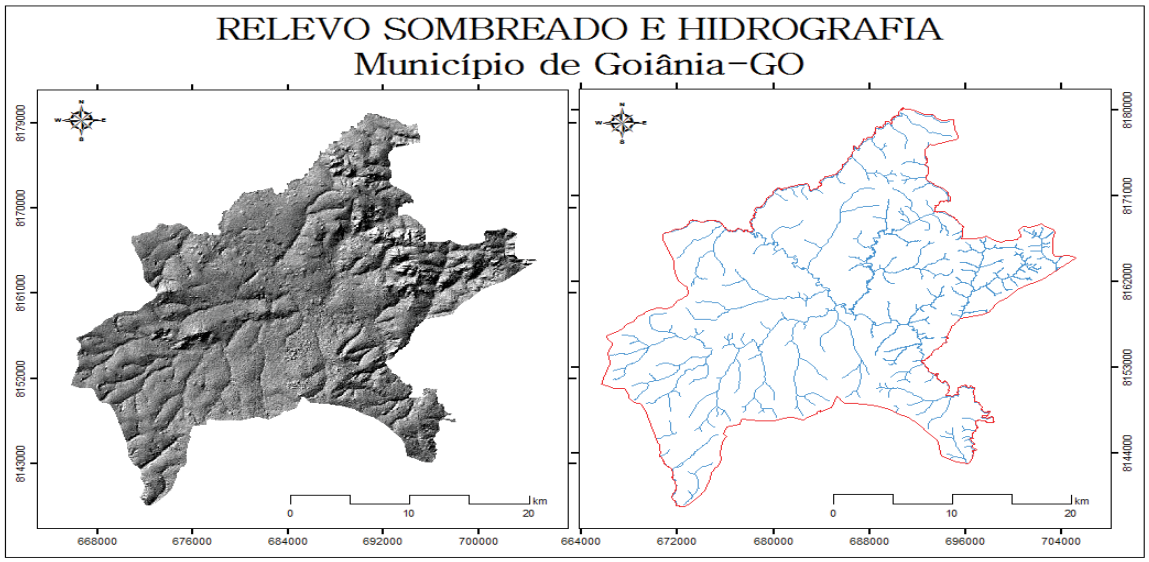
Na porção nordeste do município são observados maiores valores de declividade e altitude, e por isso é nessa área onde estão concentradas maior parte das nascentes ou canais de primeira ordem. A forte angularidade do sistema hidrográfico tem influência direta do material parental, formado por quartzitos, que sob efeito da tectônica quebrante deu origem a vales encaixados (CASSETI, 1992). O alto gradiente altimétrico e clinográfico potencializa processos de dissecação (ou erosão) do relevo, gerando impactos como aceleração do escoamento superficial, em função do declive e da retirada da vegetação natural, que podem dar origem a feições erosivas do tipo sulcos, ravinas e voçorocas.

Como apresentado até aqui, a relação entre relevo e hidrografia são intrínsecas. Essa relação pode ser observada também no setor sudoeste do município, onde o relevo é representado pela unidade geomorfológica do *Planalto Embutido de Goiânia*. A altitude é um pouco maior que as áreas de fundo de vale e terraço, mas ainda assim apresentam características de aplainamento, e por isso tem menos energia, se comparado com as áreas dissecadas do setor nordeste. As áreas aplainadas refletem num sistema fluvial de baixa capacidade de transporte, com predominância de escoamento laminar e grande possibilidade de processo de assoreamento da drenagem.

O mapa de relevo sombreado (Figura 4), em conjunto com os mapas supracitados, auxilia no entendimento quanto ao modelado da superfície e o padrão de drenagem. A área com relevo mais dissecado é identificada na porção nordeste do município, onde encontram-se também várias áreas nascentes. Esse setor é menos influenciado pela urbanização, se comparada a porção sudoeste do município. Como mostra na figura abaixo (e a carta-imagem da figura 2), as áreas mais aplainadas é hoje onde existe maior ocupação urbana e por isso maior degradação dos canais fluviais.

A rede hidrográfica ainda na figura 4, abaixo, associada às características do relevo, por meio de produtos SRTM, ajudam a entender a atual dinâmica de ocupação do município de Goiânia, e indicam áreas mais ou menos impactadas quanto as condições da drenagem urbana. Outros trabalhos já foram desenvolvidos por autores regionais que alertavam quanto aos impactos ambientais no município, como: Geomorfologia do Município de Goiânia (CASSETI, 1992), Carta de Risco de Goiânia (NASCIMENTO e PODESTÁ FILHO, 1993), Revisão e Detalhamento da Carta de Risco do Município de Goiânia (GOIÂNIA, 2008). Em todas essas pesquisas, o viés geomorfológico é uma das principais varáveis que influenciam a ocupação da terra e dos recursos hídricos, por isso a compreensão da dinâmica do relevo é fundamental para o planejamento ambiental.

Figura 4 – Mapas do relevo sombreado e da hidrografia do município de Goiânia, Goiás.



Fonte: BRASIL, 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aparato tecnológico fornece hoje produtos extremamente úteis dentro do processo de planejamento e tomada de decisão. Imagens do radar SRTM, em função da sua disponibilidade de acesso, podem ser ferramentas importantes dentro da construção de cenários atuais e futuros através da análise geossistêmica do relevo. Fornecendo informações relevantes para o planejamento ambiental.

No contexto das cidades brasileiras, os impactos na rede de drenagem têm sido cada vez mais frequentes, seja por questões naturais e/ou antrópicas. O grande problema é conciliar o crescimento econômico e o desenvolvimento social com a conservação das reservas naturais, em especial os recursos hídricos.

No caso do município de Goiânia (GO), os mapas de declividade, hipsometria, sombreamento, rede hidrográfica e a carta-imagem utilizados no artigo, permitiram uma análise integrada de variáveis distintas do relevo que juntas explicaram, em parte, a atual ocupação e uso do solo, assim como, indicaram ambientes com maior ou menor fragilidade naturais.

Ainda assim a ausência de projetos ou programas específicos quanto ao planejamento e gestão da drenagem urbana ainda é um entrave para a utilização sustentável da água no município estudado. Recentemente, foi enviada pela Prefeitura de Goiânia para a Câmara Municipal um Projeto de Lei de Drenagem Urbana. Na audiência, o presidente da Comissão de Direito Imobiliário e Urbanístico (CDIU) chamou atenção quanto a falta planejamento de drenagem urbana e a carência de meios de escoamento da água pluvial do município (CARVALHO, 2014). Todavia, o projeto ainda carece de revisões, principalmente quando a eficácia das caixas de infiltração, e provavelmente estará sujeito a novas emendas.

O importante é salientar que os estudos geomorfológicos podem contribuir positivamente par ao planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos. Ressaltando que a tomada de decisão deve levar em consideração os relatórios técnicos referentes as condições do meio físico, mas também devem atender às necessidades da população, conciliando os interesses múltiplos e buscando um uso sustentável da água.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH). Disponível em: <http://www.cbh.gov.br/GestaoComites .aspx>. Acesso em: 1. ago. 2015.

BRASIL. Política Nacional de Recursos Hídricos. Lei n.° 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1.° da Lei n.° 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei n.° 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

CASSETI, V. Geomorfologia do Município de Goiânia (GO). **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, p. 65-85, 1992.

_____. Geomorfologia, 2005. Disponível em: <http://www.funape.org.br/geomorfologia> Acesso em: 2 ago. 2015.

GROHMANN, C. H.; RICCOMINI, C.; STEINER, S. S. Aplicação de modelos de elevação SRTM em geomorfologia. **Revista de Geografia Acadêmica,** v. 2 n.° 2, pp. 73-83, 2008.

GUERRA, A. J. T. **A contribuição da geomorfologia no estudo de Recursos Hídricos**. Bahia Análise e Dados. Salvador, 2003. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd17/cogeomorf.pdf>. Acesso em: 1. ago. 2015.

MARTINS, J. R. S. **Gestão da drenagem urbana: só tecnologia será suficiente?**, 2012. 11 p. Disponível em: < http://www.daee.sp.gov.br/outorgatreinamento/Obras_Hidr%C3%A1ulic/gestaodrenagem.pdf >. Acesso em: 2 ago. 2015.

MEDEIROS, L. C. FERREIRA, N. C. FERREIRA, L. G. Avaliação de Modelos Digitais de Elevação para Delimitação Automática de Bacias Hidrográficas. **Revista Brasileira de Cartografia** n.° 61/02, 2009. pp. 138-151

MONTES, R. M; LEITE, J. F. A drenagem urbana de águas pluviais e seus impactos cenário atual da Bacia do Córrego Vaca – Brava Goiânia (GO), 2009. Disponível em: <http://www.pucgoias.edu.br/ucg/prope/cpgss/ArquivosUpload/36/file/A%20DRENAGEM%20URBANA%20DE%20%C3%81GUAS%20PLUVIAIS%20E%20SEUS%20IMPACTOS%20CEN%C3%81RIO%20ATUAL%20VACA%20BRAVA.pdf> Acesso em: 05 ago. 2015.

NASCIMENTO, M. A. S; PODESTÁ FILHO, A. Carta de risco de Goiânia. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, pp. 95-105, 1993.

MUNOZ, H. R. (Org.). **Interfaces da Gestão de Recursos Hídricos:** desafios da lei das águas de 1997. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

POMPÊO, C. A. **Drenagem urbana sustentável,** v. 5, n.° 1, pp. 15-23, jan.-mar. 2000.

GOIÂNIA. Revisão e Detalhamento da Carta de Risco do Município de Goiânia. mar. 2008. v. 1. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/download/aprovnet/Carta_Risco/Relatorio_Carta_Risco_IA.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

ROSA, R. Geotecnologias na Geografia Aplicada. **Revista do Departamento de Geografia,** pp. 81-90, v. 16, 2005.

ROSS, J. L. S. Análise Empírica da Fragilidade dos Ambientes Naturais e Antropizados. **Revista do Departamento de Geografia (USP)**, São Paulo, n.° 08, 1994, pp. 63-74.

_____. Ecogeografia do Brasil, subsídios para o planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2009. 208 p.

SAADI, A. A geomorfologia como ciência de apoio ao planejamento em Minas Gerais. **Geonomos**, v. 5, n.° 2, dez. 1997. pp. 1-4.

Recebido para publicação em 16 de Fevereiro de 2017.
Aceito para publicação em 27 de Março de 2017.

"CAMINHOS" QUE LEVARAM PARA A ZONA DE FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA: UMA REFLEXÃO SOBRE A GEOPOLÍTICA E OS ESTREITAMENTOS ESTATAIS QUE APROPINQUARAM BOLIVIANOS E BRASILEIROS NO "LIMITE" DO MATO GROSSO DO SUL E DA PROVÍNCIA DE GERMÁN BUSCH

"WAYS" THAT TOOK FOR BORDER AREA BRAZIL / BOLIVIA: A REFLECTION ON GEOPOLITICS AND STATE NARROWS THAT APPROACHED BOLIVIAN AND THE BRAZILIAN IN THE "BOUNDARY" OF MATO GROSSO SUL STATE AND GERMÁN BUSCH PROVINCE

"CAMINOS" QUE CONDUCEN PARA LA ZONA FRONTERIZA BRASIL/BOLIVIA: UMA REFLEXIÓN SOBRE LA GEOPOLÍTICA Y LOS ESTRECHAMIENTO QUE ACERCARAM BOLIVIANOS E BRASILEÑOS EM LA "MARGEN" DE MATO GROSSO DO SUL Y DE LA PROVINCIA DE GERMÁN BUSCH

Roberto Mauro da Silva Fernandes
Universidade Federal da Grande Dourados
E-mail: roberto_mauro.78@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar algumas das nuances do relacionamento entre Brasil e Bolívia ao longo do século XIX e XX. Seus estreitamentos produziram fortes vínculos entres as cidades que compõem a Zona de Fronteira Brasil/Bolívia, localizada respectivamente no estado de Mato Grosso do Sul e no Departamento de Santa Cruz. Demonstraremos como as práticas geopolíticas (relacionadas ao setor de transportes) dos mencionados Estados aproximaram *as gentes* da região fronteiriça em referência.

Palavras-chave: Brasil/Bolívia; Geopolítica; relações de fronteira; transportes; diplomacia.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the relationship between Brazil and Bolivia throughout the twentieth and twenty-first centuries. Strong ties among the cities that compose the Brazil/Bolivia border area, located respectively in the state of Mato Grosso do Sul and Santa Cruz Department, were produced as a result of the narrowings between the two countries. We demonstrate how the geopolitical practices (associated to the transportation sector) of these States approached the people of the border region in question.

Keywords: Brazil/Bolivia; Geopolitical; border relations; transport; diplomacy.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar algunos de los matices de la relación entre Brasil y Bolivia durante el siglo XIX y XX. La relación histórica entre los dos países produce fuertes lazos entre ciudades situadas actualmente en la zona del Brasil / Bolivia, respectivamente, ubicada en el estado de Mato Grosso do Sul y en el Departamento de Santa Cruz. Demostramos cómo las prácticas geopolíticas (relacionadas con el sector del transporte) de dichos Estados se acercaron a los habitantes de la región fronteriza en cuestión.

Palabras clave: Brasil/Bolivia; Geopolítica; relaciones fronterizas; transporte; diplomacia.

INTRODUÇÃO

Brasil e Bolívia possuem um histórico relacionamento que advêm desde a primeira metade do século XIX. A anexação da Província de Chiquitos (Bolívia) a Mato Grosso, em 1825, foi o episódio que inaugurou seus estreitamentos (GARCIA, 2009, GOES FILHO, 2013). As aproximações e desentendimentos entre os mencionados Estados[24] adentraram pelo século XIX, ora pautados na questão da livre navegação dos rios platinos e amazônicos ora por temas que envolviam os limites territoriais. No século XX, o *sonho* de materializar um "caminho" bioceânico para acessar as águas do Pacífico transformou a Bolívia no "território"[25] a ser *conquistado*, no objeto de desejo do Estado brasileiro.

Com base em tal pressuposto, Brasil e Bolívia criaram um núcleo de permanências nas relações bilaterais, articulando-se no interior de uma diplomacia econômica com tendência a cooperação. Esta que culminou numa série de acordos cujos conteúdos estiveram circunscritos a resolução de problemas de infraestrutura de transportes, ao comércio do petróleo e, especialmente, as políticas destinadas à fronteira (SOUZA, 2004, p. 13). Destarte, esses estreitamentos incidiram diretamente na Zona de Fronteira Brasil/Bolívia, localizada respectivamente no estado de Mato Grosso do Sul (Brasil) e na Província de Germán Busch (vinculada ao Departamento de Santa Cruz).

Dito isso, a Zona de Fronteira é composta pelas faixas territoriais de cada lado do limite internacional, caracterizada "[...] por interações que criam um *meio geográfico* próprio de fronteira, somente perceptível na escala local/regional das interações transfronteiriças" (BRASIL, 2005, p. 152). A partir dessa inferência, o meio geográfico que melhor a representa seria aquele formado pelas cidades-gêmeas.

Recentemente, o Ministério da Integração Nacional, por meio da Portaria nº 125, de 21 de março de 2014, estabeleceu um conceito oficial acerca das cidades-gêmeas. Segundo o artigo 1º da normativa, cidades-gêmeas são aqueles municípios cortados pela linha de fronteira, seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, conurbada ou semiconurbada com localidade de país vizinho que apresentem grande potencial de integração

24 Alusão ao Estado na sua concepção jurídica, isto é, como associação humana que formou um povo, se estabeleceu em um território e que dispõe de uma autoridade estatal.

25 Nesse caso, referimo-nos ao aspecto jurídico, que nos leva a pensar em limites administrativos. Ao nos reportarmos ao "território" nesta concepção, sempre o faremos com aspas. Quando utilizarmos território sem aspas, estaremos aludindo ao meio geográfico dotado de relações de poder.

econômica, cultural e manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira. Oficialmente são trinta as cidades classificadas como "gêmeas" ao longo da Faixa de Fronteira brasileira.[26]

A Zona de Fronteira Brasil/Bolívia (Mato Grosso do Sul/Província de Germán Busch) é composta pelas cidades brasileiras de Corumbá/MS e Ladário/MS, bem como, por Puerto Quijarro (seu distrito Arroyo Concepción) e Puerto Suárez, urbes do Estado Plurinacional da Bolívia.[27]

Tais localidades enquadram-se como cidades-gêmeas e são caracterizadas por significativos intercâmbios nas áreas de educação, saúde, segurança, lazer e, sobretudo, no comércio.[28] Essas interações são decorrentes das constrições entre os governos de Brasil e Bolívia ao longo do século XIX e XX. As territorialidades engendradas por esses relacionamentos foram fundamentais para o desenvolvimento das dinâmicas sociais que atualmente desenrolam-se naquela zona fronteiriça.

Desta maneira, o nosso objetivo é refletir acerca dos discursos e práticas geopolíticas[29] (precipuamente àquelas destinadas ao setor de comunicação e transportes) que no decorrer do século XIX e XX possibilitaram o apropinquamento das gentes que vivem e convivem nas urbes da Zona de Fronteira Brasil/Bolívia em referência.

Os acordos firmados entre Bolívia e Brasil proporcionaram "deslizamentos" ultrapassantes às "linhas" estatais oficiais. A título de exemplo, os cidadãos bolivianos atuam profissionalmente (principalmente nas feiras livres) em Corumbá/MS e Ladário/MS, de igual modo, os centros comerciais instalados nos municípios bolivianos são assídua e cotidianamente frequentados por consumidores brasileiros.

Para obtenção do que nos propomos a fazer, utilizamos levantamento bibliográfico em livros, leis, decretos, periódicos, anais de seminários e congressos, revistas especializadas e publicações de grupos de estudos que atuam em pesquisas sobre áreas fronteiriças, fronteiras, fluxos migratórios em áreas de fronteira, direito internacional, política externa, geopolítica, integração econômica regional e comércio internacional, enfim, temáticas atinentes ao contexto dos objetivos da discussão.

---

26 Está entabulado no artigo 20º da Constituição de 1988 que a faixa de até 150 km de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é de extrema importância para defesa do território nacional, sendo sua ocupação e utilização reguladas em lei. Portanto, Faixa de Fronteira não é sinônimo de Zona de Fronteira.

27 Na linha de fronteira Brasil/Bolívia encontram-se três Zonas de Fronteiras, formadas por oito cidades-gêmeas. Além daquelas que estão localizadas em Mato Grosso do Sul/Província de Gérman Busch, as demais são: Brasiléia/AC – Cobija (Departamento de Pando), Guajará-Mirim/RO – Guayaramerin (Departamento de Beni).

28 Naquela Zona de Fronteira Brasil/Bolívia circulam aproximadamente 150 mil pessoas. Segundo os resultados do censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a cidade de Corumbá/MS possui 103.703 habitantes, Ladário/MS 19.617 habitantes e segundo o Instituto Nacional de Estatísticas da Bolívia, as cidades bolivianas juntas apresentam uma população de 33.000 habitantes.

29 A Geopolítica prática consiste nas ações promovidas por diferentes sujeitos, envolvendo a produção e estruturação de um arranjo territorial. Essas intervenções são resultantes da Geopolítica Formal que seria a responsável pelos conceitos e ideias (bem como dos discursos geopolíticos) que elaboradas por intelectuais, pesquisadores e grupos de estudos, justificam e legitimam as ações da primeira.

Além desta introdução, o artigo contém outras quatro seções. A segunda seção apresenta uma reflexão sobre o relacionamento de Brasil e Bolívia a partir da segunda metade do século XIX, as discussões são a respeito da navegação dos rios platinos e amazônicos. Na terceira, a materialização dos corredores de exportação é o foco. No secionamento seguinte advogaremos a respeito dos desdobramentos do longo relacionamento entre os mencionados Estados na Zona de Fronteira Brasil/Bolívia (Mato Grosso do Sul/Província de Gérman Busch). Especificamente, versaremos acerca dos processos de "cooptação" entre as cidade que a estruturam. No quarto segmento apresentaremos nossas considerações finais.

DOS RIOS ÀS ARTÉRIAS LESTE-OESTE: BRASIL E BOLÍVIA "EM DIREÇÃO" À FRONTEIRA

A partir da segunda metade do século XIX o governo Imperial brasileiro passou a conceber a posição geográfica da Bolívia como um fator de extrema importância para a ligação das Bacias do Prata e Amazônica, como também, percebeu na política externa do Estado boliviano diretrizes que tinham como escopo a busca por uma saída marítima para vincular-se com as rotas internacionais de comércio. O Governo Imperial então voltou-se para a nação andina, compreendendo-a como zona nodal da América do Sul, "cercada" por Estados em formação (Confederação Argentina, Paraguai, Chile e Peru), sujeita a pressões, não podendo, portanto, ficar isolada (XAVIER, 2006, p. 92).

Este posicionamento possibilitou divergências entre os Estados brasileiro e boliviano, sobretudo, porque a Bolívia tentava mitigar os efeitos de sua condição mediterrânea por meio de acordos e do apoio a nações que possuíam interesses na América do Sul (a exemplo dos Estados Unidos). Em contrapartida, o Governo Imperial brasileiro criava obstáculos a fim de impedir, sob o escudo da Bolívia, que outras nações estrangeiras se introduzissem em suas possessões.

Nos anos de 1850, as constrições entre Brasil e Bolívia envolveram, precipuamente, a livre navegação dos rios Amazônicos e Platinos e a demarcação de limites "territoriais". Questões que se acirraram no decorrer do século, pois o Estado brasileiro praticava uma política de potência regional na sua relação com os Estados sul-americanos em formação. As suas condições domésticas já estavam estáveis, permitindo-lhe à implementação de uma política externa mais agressiva (BANDEIRA MONIZ, 1985).

Todavia, a política externa brasileira "[...] requeria certa habilidade, porque algumas das metas estabelecidas se chocavam com desígnios poderosos das nações dominantes" (XAVIER, 2006, p. 96). Afinal, era uma época de expansão da Revolução Industrial pela Europa e Estados Unidos, marcada pela acirrada busca imperialista por mercados, pelo aparecimento da navegação moderna e construção de estradas de ferro, como também, um período no qual a concorrência internacional produzia conflitos comerciais, alfandegários e, especialmente, bélicos.

Por outro lado, a Bolívia que priorizou a demarcação de seus limites "territoriais" (Bacia Platina e/ou Amazônica), tinha como objetivo pleitear com nações ribeirinhas à abertura dos rios à livre navegação. Assim, ao vislumbrar a navegação nos rios amazônicos, almejava também uma expansão

para a porção leste de seu "território" (atual Oriente Boliviano),[30] isto é, "rumava-se" em direção a Província de Mato Grosso.[31] Lidia de Oliveira Xavier, analisando essa problemática, assevera que:

> A partir de 1859 e no decorrer da década de 60, a preocupação se acentua com a fronteira, tanto do governo Imperial como do governo provincial de Mato Grosso, especialmente no tocante a localidade fronteiriça boliviana denominada San Mathias, distante 80 km da localidade brasileira de Vila Maria (atual Cáceres, Mato Grosso). A preocupação de que pudesse ocorrer uma agressão armada por parte da Bolívia, fez parte das comunicações trocadas durante esses anos (XAVIER, 2006, p. 110).

As áreas de fronteira com a Bolívia transformaram-se numa das principais fontes de preocupações para o governo Imperial brasileiro. A projeção da nação andina sentido a Mato Grosso, de igual modo, trouxe inquietações ao Brasil quanto ao eixo platino. Caso a Bolívia conseguisse a posse do Chaco Boreal,[32] por exemplo, teria pleno acesso ao rio Paraguai e a Bacia Platina, passando a deter um importante peso nos negócios na região do Prata, esta que era estratégica para o governo brasileiro.

As pretensões do Estado boliviano ficaram evidentes aos "olhos" do governo Imperial brasileiro com a mudança do quadro intrarregional sem as articulações de Juan Manuel Rosas no comando da Confederação Argentina.[33] As aspirações do governo boliviano se fortaleceram sob o comando de Manuel Isidoro Belzu (1848-55) que "[...] tendo a livre navegação como ponto fulcral, aproveitou esta conjuntura para deixar clara sua posição e direito na navegação dos rios da Prata, da mesma forma se direcionou para o Amazonas" (XAVIER, 2006, p. 96).

Os anelos do Estado boliviano no contexto regional confirmaram-se ao Brasil no ano de 1852, quando apresentou uma nota de protesto ao governo de Buenos Aires, após este assinar com o Paraguai um Tratado de Navegação, Comércio e Limites. A asseveração pedia

30 A Bolívia está subdividida em nove Departamentos, seis estão localizados na porção ocidental do "território": Chuquisaca, Cochabamba, La Paz, Oruro, Potosi e Tajira. O Oriente boliviano é formado pelos Departamentos de Pando, Beni e Santa Cruz. Todos fronteiriços com o Brasil. A fronteira do Brasil com a Bolívia tem uma extensão de 3.423, 2 km.

31 Província de Mato Grosso, que no século XIX, abrangia o "território" dos atuais estados (Unidades Federativas) de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ambos fazem fronteira com a Bolívia. No século XX a província ganhou a condição de unidade federativa e na década de setenta, o estado de Mato Grosso foi "divido", para ser mais específico, a partir de 1978, passou a existir o estado de Mato Grosso, cuja capital é a cidade de Cuiabá/MT, e Mato Grosso do Sul, com capital em Campo Grande/MS.

32 O Chaco Boreal atualmente abrange terras da Bolívia, Paraguai e Brasil. O Chaco boliviano é um sistema biótico que cinge aproximadamente a metade leste do Departamento de Tarija, parte do Departamento de Chuquisaca e o sul do Departamento de Santa Cruz, bem como é área de transição para a Amazônia na região das planícies de Chiquitos ou Chiquitania (parte nordeste do Chaco Boreal). O Chaco paraguaio cobre todo o Paraguai Ocidental, incluindo a porção de "terra" que pertencia à Bolívia, anexados ao seu "território" em decorrência da Guerra do Chaco (1932-35). No Brasil, o Chaco Boreal envolve o pantanal sul-mato-grossense (no interior do município de Corumbá/MS) a parte oeste/sudoeste do estado de Mato Grosso, setores fronteiriços com as planícies de Chiquitos.

33 Juan Manuel Rosas foi deposto do governo da Confederação Argentina em 1852 em decorrência da chamada *Guerra do Prata*, travada em solo uruguaio, nas águas do rio da Prata e nordeste do "território" argentino entre agosto de 1851 a fevereiro de 1852. O episódio está relacionado à longa disputa entre a Confederação Argentina e o governo Imperial brasileiro pela influência no Uruguai e domínio político na Bacia do Prata. As forças de Rosa foram derrotadas por uma coalizão formada por Império do Brasil, governo do Uruguai e pelas províncias rebeldes argentinas de Entre Rios e Corrientes.

à sua inclusão como nação ribeirinha do rio Paraguai, reivindicação que estava relacionada aos seus interesses no Chaco Boreal. Consoante a Estevão Leitão de Carvalho: "[...] as pretensões da Bolívia estendiam-se, na margem direita do rio Paraguai, entre a Baía Negra e o Jaurú, isto é, ao trecho da costa fluvial pertencente ao Brasil, reconhecido, indevidamente, naquele tratado, como paraguaio" (CARVALHO, 1958, p. 32).

Sendo a área reivindicada pertencente ao Brasil, mais do que depressa, o governo Imperial, em nota de 26 de agosto do mesmo ano, protestou junto ao governo da Confederação Argentina. A protestação aludia contra algumas disposições do Tratado entre Argentina e Paraguai, que se fossem executadas poderiam talvez ofender interesses e direitos do Estado brasileiro. Entre as disposições:

> [...] estava a concernente ao reconhecimento da soberania do Paraguai sobre o rio do mesmo nome, de margem a margem, até a confluência com o Paraná. E, reportando-se ao protesto da Bolívia, baseado na presunção de que era ribeirinha do rio Paraguai, pela costa ocidental, entre os graus 20 e 22, declarava o nosso representante em Buenos Aires não poder ser ela assim considerada, enquanto o governo do Brasil, em resultado de negociações pendentes lhe não cedesse uma parte da costa, naquele trecho do rio (CARVALHO, 1958, p. 33).

Ademais, a nota do governo Imperial brasileiro posicionava contra as asserções e protesto do Sr. Encarregado de Negócios da Bolívia, "[...] mas também contra qualquer ato pelo qual o Governo desta República seja considerado ribeirinho do Paraguai, com prejuízo, e sem respeito aos direitos e interesses do Brasil" (CARVALHO, 1958, p. 33-34). Estava assim instalada uma tensão diplomática entre Brasil e Bolívia, já que o protesto do governo brasileiro rechaçava as pretensões bolivianas na Bacia do Prata, posteriormente refletindo na questão concernente a livre navegação nos rios da Bacia Amazônica em "território" brasileiro.

Apesar da obstante brasileira frente às reivindicações "territoriais" bolivianas sobre o Chaco Boreal (que dava acesso aos rios do Prata), em 1853 o Ministério da Relações Exteriores da Bolívia, através de decreto presidencial, declarou as nações estrangeiras que estavam " [...] libres para el comercio y navegación mercante de todas las naciones del globo, las aguas de los ríos navegables, que fluyendo por el territorio de la Nación, desembocan en el Amazonas y el Paraguay" (COELHO, 1992, p. 85).

Logo após a publicação do edito, a Bolívia firmou em 1853 um convênio com os Estados Unidos permitindo-lhes a livre navegação em seus rios. Aparentemente, a realização desse acordo tem como fator básico o descontentamento da nação andina em relação ao Brasil, que rechaçara suas tentativas de expansão pelo Chaco Boreal, assim como, os seus interesses regionais. Destarte, a partir do "território" boliviano, por via de sua rede hidrográfica, embarcações norte-americanas teriam acesso às fronteiras brasileiras da Amazônia. A resposta brasileira "[...] logo depois desse acordo, foi vedar a navegação do Amazonas, até aos próprios barcos bolivianos, suspeitando de que os norte-americanos se acobertassem sob sua bandeira" (XAVIER, 2006, p. 96).

O governo Imperial brasileiro ao decretar o "fechamento" das vias amazônicas, além de isolar os países ribeirinhos (Bolívia e Peru) quanto à saída para o Atlântico, também

contrariou as pretensões de três potências, França, Grã-Bretanha e Estados Unidos[34]. O temor de perder o Vale do Amazonas para potências estrangeiras, sobretudo, para os norte-americanos, deixou o Estado brasileiro numa posição contraditória e difícil ao negar ao norte o direito pela qual lutava ao sul (inclusive recorrendo às armas contra o governo de Rosas). Posição dual que permitia pressões diplomáticas norte-americanas.

As pressões estadunidenses para a abertura dos rios amazônicos somente surtiram efeito em meados da década de sessenta do século XIX, quando o governo Imperial brasileiro resolveu liberar a navegação nos rios da Bacia Amazônica. Luiz Alberto Muniz Bandeira é categórico ao afirmar que o governo Imperial:

> [...] só a franqueou ao tráfego internacional, em 1866, porque ao enfrentar o Paraguai, receou que as Repúblicas do Pacífico entrassem no conflito [Guerra do Paraguai], instigadas pelos norte-americanos e/ou ingleses, que dominavam já vastas extensões daquela rede fluvial nos territórios do Equador e do Peru (BANDEIRA MONIZ, 1985, p.143).

A Bolívia, igualmente, obteve acesso aos rios da Bacia Amazônica no ano de 1866, momento em que também iniciou negociações sobre os seus limites "territoriais" com o Brasil. A resolução definitiva da sua contenda com o governo Imperial brasileiro aconteceria com o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradição (Tratado Ayacucho), de 27 de março de 1867, que concomitantemente, resolveu as questões relativas aos limites entre os dois países, franqueou navegação do Amazonas e do Madeira e evitou, de uma forma mais acintosa, a participação do governo do presidente boliviano Marian Melgarejo na Guerra do Paraguai (1864-70) em favor de Solano López (PEREIRA, 2007, p. 186).

Sobre a última questão, aparentemente, López recebeu armas do complexo industrial norte-americano por intermédio de Marian Melgarejo que utilizava o porto de Corumbá/MS para prover as tropas paraguaias (a cidade estava inserida no trajeto Nova York-Panamá-Lima-Corumbá/MS), bem como, chegou a oferecer uma coluna de 12 mil soldados bolivianos ao presidente paraguaio. Tais sinalizações estavam relacionadas às suas tentativas de recuperar os direitos e "territórios" que foram negados, por parte do Brasil, a Bolívia (BANDEIRA MONIZ, 1985, p.127).

Observa-se que a relação Paraguai/Estados Unidos durante o conflito[35] estava sendo alicerçada com a conivência do governo boliviano. O envolvimento deste deu-se em consequência das desgastadas relações com o Estado brasileiro, devido às celeumas e tensões acerca da livre navegação na Bacia Amazônica e Platina, que consequentemente ensejaram sua aproximação do governo norte-americano. Portanto, é o Tratado Ayacucho firmado em 1867 com o Brasil que garantiu a neutralidade do Estado boliviano frente às hostilidades da

34 Destaca-se que em 1844, o Governo Imperial do Brasil já havia impedido a navegação pelo Madeira-Mamoré aos navios de uma companhia francesa, concessionária da Bolívia.

35 O envolvimento estadunidense com o governo paraguaio durante a Guerra da Tríplice Aliança não se resumiu a compra de petrechos bélicos. O serviço secreto do governo Imperial brasileiro "[...] interceptara um documento, em que Charles A. Washburn, ministro norte-americano em Assunção, prometia ajuda ao Paraguai, para combater o Brasil" (BANDEIRA MONIZ, 1985).

Guerra do Paraguai, o que também implicou no fim da utilização do seu "território" como escoadouro de equipamentos bélicos.

Mediante a tais conjunturas, a Bolívia tornou-se um "território" estratégico para o Brasil, era preciso dela se aproximar, transformando-a em aliada. Logo, a preocupação com a possível expansão do Estado boliviano rumo às áreas de fronteira do Brasil, sobretudo, em relação a Mato Grosso (com vias de comunicações mais acessíveis e populações numericamente mais relevantes que as fronteiras Amazônicas), proporcionou um processo de polarização da Bolívia para o Brasil e vice-versa.

Com o Tratado de Ayacucho ambos os Estados passaram a discutir temas concernentes à fronteira oeste do Brasil (leste da Bolívia), assuntos como a violação "territorial", intercâmbio comercial, navegação fluvial, população, etc., não mais se baseando nos tratados coloniais. Para Lidia de Oliveira Xavier:

> O tratado integrou oficialmente o espaço da fronteira oeste do país [Brasil], daí por diante o Estado Imperial ambicionava uma integração interna, material, econômica e cultural ao corpo da pátria. O fim da Guerra da Tríplice Aliança deixaria mais aguda a necessidade. Da mesma forma, os dirigentes bolivianos, também portadores das idéias de integração territorial e nacional, procuraram atuar em sua fronteira leste. Continuava a prevalecer a ideia de "sertão" e de "fronteras vacias" de um lado e outro, mas era inadiável a chegada do progresso para estas regiões. Para que pudessem usufruir do progresso, a elas deveriam ser levados os instrumentos modernos que as colocassem em sintonia com os centros de civilização (XAVIER, 2006, p. 121).

A província de Mato Grosso, como entidade político-administrativa situada na fronteira, passou a ser objeto de debates e de projetos que vislumbravam criar condições mais contundentes para a defesa do "território". É preciso mais uma vez ressaltar que o Tratado de Ayacucho de 1867, fora assinado, dentre outros motivos, porque existia por parte do governo boliviano um interesse em participar da Guerra do Paraguai junto às forças de Solano Lopez. Havia assim, uma concepção estratégico-militar por parte do governo central e de Mato Grosso, de que para manter-se livre de invasões estrangeiras, sendo uma área tão vasta, pressupunha dotá-la de meios de transporte mais eficazes.

Havia também a convicção de que se tratava de um imenso "território" no qual abundavam riquezas e terras férteis a serem povoadas e exploradas. Tal crença existia em concomitância a problemas que obliteravam as aspirações de conduzir Mato Grosso ao "progresso" e a civilização, entre eles, a sujeição à navegação do rio Paraguai como o único vetor de ligação entre o Rio de Janeiro e mencionada Província[36]. Dessa forma, era necessário para consecução desses objetivos, um requisito indispensável: o estabelecimento de meios de comunicação mais velozes e independentes de países estrangeiros.

Logo, a partir de 1870, quando se restabeleceu a navegação do rio Paraguai e ocorrera à reativação da economia na Província de Mato Grosso, reforçou-se o desejo das lideranças

36 No século XIX não havia como chegar e/ou sair da Província de Mato Grosso, via hidrovia, sem ter contato com águas "territoriais" paraguaias.

políticas em construir vias terrestres. Segundo os discursos, tais empreendimentos facilitariam as comunicações da província com o restante do país (GALETTI, 2000, p. 163). Tais enunciados ganhavam ênfase já que as primeiras ferrovias construídas, em outras partes do Brasil, começavam a demonstrar suas vantagens para o transporte de alto fluxo, deste modo, o trem passou a ser visto como o agente do "progresso":

> As ideias que alimentavam a nova busca de integração nacional estavam de acordo com a doutrina do progresso que [...] identificada à própria história e personificada na burguesia, serviu para justificar e tornar aceitáveis as profundas mudanças que estavam afastando as resistências e a elas contrapondo um futuro de prosperidade e de avanço contínuo. O desejo de pautar a história pela conquista de um progresso ininterrupto vinculava-se a uma confiança ilimitada na ciência e na técnica, encaradas como instrumentos para prosseguir nesse rumo (XAVIER, 2006, p. 121).

No Brasil as elites procuraram integrar-se ao movimento de expansão ferroviária. Para seus defensores, as estradas de ferro eram consideradas elementos fundamentais para unir politicamente o país (questão que desde o Primeiro Reinado brasileiro [1822-1831], preocupava os políticos).

No final do século XIX, os discursos sobre o "progresso" pregavam a necessidade de se colocar em prática medidas que garantissem a integridade "territorial", pois a distância que separava as províncias mais centrais daquelas localizadas no interior isolava-as umas das outras, tornando-se um fator ameaçador à unidade política e a governabilidade, haja vista o afastamento entre as unidades administrativas ensejar ao governo central dificuldades para fazer sentir sua ação sobre todo o país (CASTRO, 1993, p.64-65).

Este cenário transformou a fronteira oeste brasileira em objeto de inúmeros estudos e projetos que visavam sua integração ao resto do país. Portanto, Província de Mato Grosso ganhou a atenção do governo Central pela sua condição de fronteira e porção do "território" brasileiro que frente ao espaço sul-americano estava sujeito às ameaças representadas pelos Estados vizinhos (XAVIER, 2006, p. 130).

Dessa forma, havia a necessidade de protegê-la e de comunicá-la de maneira mais eficiente com o centro. Afinal, tratava-se de uma área que esteve circunscrita em celeumas acerca da livre navegação e a pressões estrangeiras sobre os limites do Estado brasileiro, ou seja, da Bolívia, de outros Estados platinos, como também, de potências como os Estados Unidos.

Mediante tais pressupostos, em outubro de 1890, por meio de um Plano de Viação Geral, o governo brasileiro (já sob a alcunha de Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil) propôs vários traçados de ligação entre algumas regiões do Brasil e Mato Grosso:

> Uma primeira ligação seria feita através daquela que dominaram artéria Leste-Oeste: uma ferrovia que, partindo de um ponto da Estrada de Ferro Central do Brasil, diretamente ligado ao Rio de Janeiro, fosse chegar até a fronteira com a Bolívia, passando por Goiás e Cuiabá. E assim, várias ligações foram propostas, como a via Paraná - Corumbá, que demonstrou o total desconhecimento de áreas imensas pelo governo federal (XAVIER, 2006, p. 130).

Desta estratégia originou-se o Decreto nº 862, de 16 de agosto de 1890 que tratava das comunicações das províncias[37] com a capital. De acordo com sua redação:

> Considerando que, além de justo, é conveniente abrir as riquíssimas zonas de Goyaz e Matto Grosso ao commercio e á industria, trazendo-as ao convivio do progresso e alargando o campo de fecunda immigração que traz rapido e efficaz concurso á grandeza nacional [...]. Considerando que as grandes linhas de communicação norte-sul e éste-oeste aproveitam ás vias fluviaes interiores, ás quaes póde ligar-se a viação de todos os Estados Unidos do Brazil (BRASIL, 1890, p. 1).

Ademais, o projeto tornava-se vital e imprescindível para "estreitar os laços de relações politicas e commerciaes dos differentes Estados do Brazil entre si e com a Capital Federal" (BRASIL, 1890, p. 1). De acordo com Lidia Xavier, "Os dez anos, entre a década de 1890 e o início do novo século, foram pródigos em pedidos de concessão para ferrovias que tinham como destino Mato Grosso". Bem como:

> Tanto ao governo federal quanto ao estadual foram apresentadas uma série de propostas de construção de estradas de ferro, algumas para Cuiabá, mas a maior parte rumando em direção ao sul de Mato Grosso. No entanto, essa região teria que esperar mais alguns anos para a concretização de alguns desses projetos (XAVIER, 2006, p. 130).

Nos primeiros anos do século XX tais projetos foram consubstancializados, o sul de Mato Grosso, mais especificamente a localidade de Porto Esperança, distrito de Corumbá/MS[38], fronteira com a Bolívia, foi contemplada com uma estrada de ferro, a Noroeste do Brasil (NOB). Paulo Roberto Cimó Queiroz afirma que:

> Essa ferrovia começou a ser construída em Bauru, em 1905, com o propósito de atingir Cuiabá, a capital do Estado de Mato Grosso; contudo, logo esse objetivo foi alterado, sendo definido novo ponto final: a cidade de Corumbá, no SMT [Sul de Mato Grosso]. Já em 1908 a construção foi iniciada também pela extremidade sul-mato-grossense – embora a partir do local denominado Porto Esperança, também situado às margens do rio Paraguai, mas muito a jusante de Corumbá.[39] Assim, o trecho Bauru – Porto Esperança foi dado por concluído em setembro de 1914 (QUEIROZ, 2008).

A cidade de Bauru já estava ligada a São Paulo e ao porto de Santos por via férrea, assim a noroeste (NOB) era vista como uma futura ferrovia transcontinental, "[...] que ligaria Santos ao porto de Arica ou ao de Antofagasta, no litoral do Pacífico" (QUEIROZ, 2008).

37 Oficialmente as Províncias tornaram-se Unidades Federativas (estados) somente a partir da Constituição de 1891.

38 O município de Corumbá/MS é o 11º em extensão "territorial" do Brasil e o maior em Mato Grosso do Sul e da Região Centro-Oeste, possui 64. 960,863 km². Está localizado a 420 km da capital Campo Grande/MS. Além de Porto Esperança, Corumbá/MS possui mais cinco distritos: Forte Coimbra, Albuquerque, Nhecolândia, Paiaguás e Amolar.

39 O ramal Porto Esperança – Corumbá foi concluído somente na década de 1950.

A materialização da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil passou a coincidir com os interesses do Estado boliviano, cujo escopo era expandir suas relações para a porção leste do seu "território" (fronteira com o Brasil). A partir da década de 1880:

> [...] surgiu um novo projeto de Estado, a elite mineira passou a controlá-lo diretamente, também, foi elaborada uma nova Constituição, reafirmando os princípios liberais. A partir de 1884 passou a controlar o poder a chamada Oligarquia Conservadora, período que tanto o Partido Liberal como o Conservador definiram suas linhas políticas e os sucessivos governos passaram a concentrar-se no projeto modernizador [...] No âmbito dessa política modernizadora teve início a construção de um ramal ferroviário vital, que ligava o porto chileno de Antofagasta à cidade de La Paz e dava à Bolívia o acesso ao mar pela primeira vez na história; estabelecendo o início da moderna rede ferroviária. Com o Brasil, foi assinado em 1882, o Tratado que constituiu o complemento da cláusula IX do Tratado de Ayacucho de 1867, pelo qual o Brasil se obrigou a conceder a Bolívia o uso de qualquer estrada de ferro que viesse a construir por si, ou por empresa particular, desde a primeira cachoeira na margem direita do rio Mamoré até a de Santo Antônio, no rio Madeira. Cinco anos depois foi assinado, entre os dois países o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. Procurou os ofícios do Brasil no sentido de solucionar seus problemas fronteiriços com o Paraguai, obtendo um apoio oficioso (XAVIER, 2006, pp. 156-157).

Destacamos assim que os planos de projeção da Bolívia sobre contexto regional, nas duas décadas finais do século XIX, estavam em sintonia com a política externa brasileira no que dizia respeito a estreitamentos estatais por meio da instalação de infraestrutura (ferrovias). De um lado a Bolívia rumava em direção à fronteira oeste brasileira, de outro, as elites brasileiras passaram a vislumbrar os mercados do Pacífico, logo, a nação andina tornava-se "caminho".

Na virada século XIX para o XX, as expressões mais destacadas da intelectualidade brasileira defendiam projetos de integração fronteiriça com a Bolívia. Entre os primeiros a se posicionar sobre o tema estava Euclides da Cunha. No livro *Peru versus Bolívia,* escrito como instrumento de defesa do Tratado de Petrópolis (1903), aludia ao papel singular da Bolívia no complexo sócio-geográfico-político da América do Sul (XAVIER, 2006, p. 176). De igual modo, em *À Margem da História,* alertava ao governo brasileiro sobre a expansão argentina rumo ao "território" boliviano:

> [...] verifica-se que a Argentina [...] acaba de efetuar a mais notável de suas operações; e figuram-se de tal porte os seus efeitos, que é escusado o inquirir se ela entrou na República contérmina sobre uma via permanente impecável, ou inquinada dos vícios de um primeiro estabelecimento vertiginoso. Todo o ponto em que ela chega à Bolívia. Por imperfeita que seja a tração de uma linha, onde as vezes se chegou escandalosamente ao assentamento de dois km de trilhos e dormentes por dia, e embora se lhe dê a velocidade escassa de 35 Km por hora, o resultado final é este; vai-se, hoje, de Buenos Aires às terras bolivianas em dois dias e meio (CUNHA, 1995, p. 324).

Sendo assim, mediante a empreitada argentina, afirmava que na falta de êxito no projeto da estrada de ferro Madeira-Mamoré, o antagonismo brasileiro para contrapesar o imperialismo

ferroviário argentino "[...] delineia-se neste momento numa estrada de ferro, que se não desviará de uma diretriz intorcível e será a seção mais dilatada das transcontinentais sul-americanas. É a Noroeste do Brasil" (CUNHA, 1995, p. 327).

Euclides da Cunha ressaltava que o destino "intercontinental da Noroeste era inevitável e extraordinário" e mais:

> Tudo concorre, destarte, para um entrelaçamento; e se, a exemplo dos argentinos e chilenos, firmarmos com a Bolívia os convênios indispensáveis a regulamentá-lo, ter-se-á assegurado à Noroeste do Brasil uma missão internacional que os melhores elementos propiciam (CUNHA, 1995, p. 333).

Tal aproximação com o Estado boliviano de igual maneira era vislumbrada pelos *policy makers* do governo brasileiro, que discutiam uma vindoura "rota do Pacífico" via "território" boliviano, o que seria indispensável para o Brasil exercer sua função de potência sul-americana. Novamente a Bolívia despontava as "vistas" *Tupiniquins* com papel estratégico. À vista disso, Euclides da Cunha sugeria o traçado da apetecida rota (Ferrovia Noroeste do Brasil) que "levaria" o Estado brasileiro aos portos chilenos no Oceano Pacífico:

> Realmente, articulando aos caminhos bolivianos que partam de Corumbá ou de suas cercanias na faixa ribeirinha até a lagoa Gaíba, ela se destina a ligar a Bolívia e o Chile ao Atlântico, ao mesmo passo que seguindo por Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba, transpondo as cabeceiras navegáveis do Guaporé e Chimaré, prosseguindo para Oruro, ponto forçado da *Pan American Railway*, e para La Paz, de onde derivará pela estrada de Arica, o Brasil se aproximará consideravelmente do Pacífico (CUNHA, 1995, p. 333).

Lidia de Oliveira Xavier afirma que "A *Noroeste* tinha para Euclides um valor imenso, pois traria a possibilidade de contato entre o Atlântico e o Pacífico. Era uma integração continental efetiva", como também:

> Euclides [...] procurava mostrar a importância que as ferrovias tinham para os dirigentes norte-americanos. Grifando a quantidade de linhas férreas existentes nesse país, para ele eram as responsáveis pela vanguarda comercial dessa nação. A questão das ferrovias está subjacente ao assunto "imperialismo" [...] Mostrava que elas cobriam todo o território americano e estavam articuladas com as rodovias, formando redes de conexão, cujo desenho possibilitou a ligação do Atlântico [...] com o Pacífico (XAVIER, 2006, p.192).

Assim, Euclides da Cunha frisava: "Realmente, quando os Estados Unidos conseguiram em 1898 que a Espanha, dessangrada, lhes cedesse às três mil ilhas das Filipinas, a sua política deslocou-se para o Pacífico" (CUNHA, 1995, p. 333).

Pode-se perceber que o "Primado do Pacífico" já se fazia presente nos discursos geopolíticos da intelectualidade brasileira antes das elucubrações de Mário Travassos. Euclides da Cunha, por exemplo, via o Oceano Pacífico como um dos últimos "rincões" para atração de recursos econômicos. Aludindo, sobretudo, sobre as vantagens que o Brasil poderia obter (como acontecia com os Estados Unidos) com o vasto comércio existente na China, Índia, Japão, Rússia Asiática, Coréia, Indochina, e Australásia (CUNHA, 1995, p. 355).

Tais desígnios foram arrazoados mediante a crença que a ciência e a técnica (infraestrutura de transporte) eram instrumentos transformadores para as áreas de fronteira, ideologia que também alimentava os discursos políticos de integração nacional com projeção para a América do Sul. Destarte, no Brasil recém-saído de um sistema monárquico, os *transportes* passariam a se constituírem nos principais artefatos para auxiliar no processo de consolidação da unidade nacional, interligando o Brasil do litoral "[...] com os demais estados federativos e também com os vizinhos sul-americanos, fazendo então a modernização do país com a articulação das vias fluviais e a construção de ferrovias" (Xavier, 2006, P. 183).

A união das pretensões regionais tanto de Brasil quanto da Bolívia veio a recrudescer com o início do ciclo da borracha entre o final do século XIX e início do XX. Revolvidos os impasses que envolveram a "Questão do Acre", o Estado brasileiro além de pagar a Bolívia uma indenização de dois milhões de libras esterlinas referentes a algumas *porções* do "território" boliviano, de igual modo comprometeu-se:

> [...] com a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, que seria usada para o escoamento, via oceano Atlântico, da borracha produzida na Bolívia. A referida ferrovia foi construída entre 1907 e 1912 às custas de inúmeras vidas, mas nunca operou regularmente por não terem construído os canais fluviais necessários para o escoamento da produção. Além disso, com o fim do ciclo da borracha, os interesses de integração física concentraram-se ao sul da fronteira, dando origem a novos projetos que visavam a oferecer à Bolívia uma saída pelo Atlântico via Porto de Santos (MEROLA, 2009, p. 7).

Malogradas as tentativas de Bolívia e Brasil em obterem vantagens econômicas com o comércio da borracha, é em decorrência desta conjuntura que surgem as negociações que resultaram na construção da Estrada de Ferro Corumbá/MS – Santa Cruz de la Sierra, ramal que conectou-se a Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB) e "[...] contou com os recursos previstos no Tratado de Petrópolis que inicialmente seriam destinados integralmente à construção da Ferrovia Madeira – Mamoré" (MEROLA, 2009, p. 7). A ferrovia Santa Cruz de la Sierra – Corumbá/MS foi concluída na década de cinquenta do século passado.

Com a concretização do projeto, a Noroeste do Brasil passou a ser concebida como instrumento de extrema importância para o processo da integração física entre Brasil e Bolívia e, até mesmo, da América do Sul. Esse equipamento tornou-se a materialização das tão *sonhadas* artérias leste-oeste, que proporcionaram não somente uma relativa integração do "território" nacional, mas incitaram inúmeras articulações políticas e econômicas entre Brasil e Bolívia no decorrer do século XX, circunscritas ora mediante a conjuntura de disputas geopolíticas entre Brasil e a Argentina ora orientadas pelas oscilações do cenário internacional.

A MATERIALIZAÇÃO DOS CORREDORES DE EXPORTAÇÃO

Nos primeiros trinta anos do século XX, Brasil e Bolívia articulavam-se no interior de uma diplomacia cujo foco estava na integração "territorial" de suas zonas fronteiriças, ainda pouco vinculadas à economia nacional de cada país, na construção de infraestrutura ferroviária e na compra do petróleo boliviano, fundamental para o governo Vargas (1930-45) movimentar seu

projeto de nação, o que consequentemente permitia a Bolívia barganhar com o Brasil financiamentos para desenvolver economicamente o Oriente boliviano (SOUZA, 2004, p. 36-49).

Nos anos 40, o Estado boliviano amplia seu desassossego em relação à ocupação e valorização da porção oriental de seu "território", na tentativa de mitigar os efeitos concentradores das atividades relacionadas à mineração sobre a economia:

> [...] um novo planejamento territorial, orientado pelo economista americano Marvin Bohan, passou a ser implementado. Tratava-se de utilizar para financiamentos do setor agroexportador em Santa Cruz [Departamento] todo o capital arrecadado pela tributação da atividade mineradora no altiplano [...]. O objetivo principal almejado pelo novo planejamento territorial e a geopolítica prática boliviana era a criação de um eixo de ocupação em sentido leste-oeste. Esse projeto se baseava na teoria dos corredores econômicos, do qual La Paz, Cochabamba e Santa Cruz de La Sierra seriam pólos de desenvolvimento econômico. Ademais, estando cada pólo de desenvolvimento localizado em um piso ecológico (altiplano, vales e llanos respectivamente) facilitaria a integração nacional (PFRIMER, 2011, p. 136).

A concepção de corredores de exportação (corredores econômicos) e a execução da ideia, por parte do governo boliviano, promoveu a abertura de uma série de rodovias, ensejando um grande fluxo migratório e a criação de uma série de novos municípios.

Nesse contexto, Santa Cruz de la Sierra se transformou numa área propícia à economia dita moderna e direcionada ao mercado internacional. Matheus Pfrimer destaca que: "Após a revolução de 1952, e a entrada no poder do governo popular do MNR [Movimento Nacional Revolucionário], o plano ganharia ainda mais apoio, com a construção de infra-estrutura de transportes e serviços". A urbe passou de menos de 60.000 habitantes em 1950 para 350.000 em 1980, tornando-se no final da década de 1990 o principal centro econômico nacional com mais 30 % do PIB (PFRIMER, 2011).

Este é um momento de convergências entre os discursos geopolíticos sul-americanos que apontavam a Bolívia como área de conexão entre Bacia do Prata e Amazônica40 e a necessidade de integração nacional de um país regionalmente dividido por áreas desarticuladas entre si.

Em outras palavras, a materialização dos corredores de exportação (sentido leste-oeste) consistia numa estratégia que tinha como escopo suprir as pouquidades do "território" boliviano quanto a infraestruturas de transporte, haja vista "[...] até 1950, grande parte do ecúmeno boliviano se encontrava presente apenas no altiplano" (PFRIMER, 2011, p. 136). Havia na Bolívia, um ordenamento territorial que consistia num eixo de ocupação com

40 Euclides da Cunha é o primeiro a conjecturar sobre tal condição (como já discutimos). Entretanto, a Bolívia definitivamente tornar-se-ia objeto de desejo do Brasil a partir da teoria do "triângulo estratégico boliviano", elaborada por Mário Travassos, nos anos de 1930. Osmar Ramão Galeano de Souza sublinha que após a Guerra do Chaco (1932-35), que resultou na perda de mais uma parcela de "território", o ministro das Relações Exteriores, Ostria Gutierrez, anunciava (em 1939) nos meios diplomáticos, que "a Diplomacia de Fronteiras [com viés militarizado] havia dado lugar a uma nova fase, a das vinculações econômicas e das relações práticas". O diplomata cunhou a seguinte expressão: "Bolívia, es tierra de contactos y no de antagonismos" (SOUZA, 2004, pp. 45-47).

claro delineamento norte-sul sobre o altiplano, que se estendia desde a fronteira argentina por meio de Tarija, passando pelos principais centros mineradores como Potosi, Sucre e Oruro e indo até La Paz.

O rearranjo territorial ocorrido na região de Santa Cruz de la Sierra, proveniente do projeto nacional de integração do Oriente boliviano as demais áreas do país, por meio de corredores de exportação, estavam vinculadas a fatores geopolíticos e a influência estrangeira. Após a ascensão de Hugo Banzer, no início da década de 1970, Santa Cruz de la Sierra seria assediada pelos interesses do regime militar brasileiro (abalado pelas oscilações econômicas do cenário internacional), como também, por setores do governo estadunidense (DUNKERLEY, 1984, p. 221).

Entre os anos de 1950 e 70, mais de 70% dos créditos concedidos pelo Banco Agrícola e a Corporação de Desenvolvimento Regional foram destinados ao Departamento de Santa Cruz em decorrência de orientações de setores ligados ao governo norte-americano, ou seja, a inversão de financiamentos para essa porção territorial não foi mera obra do acaso (PFRIMER, 2011, p. 136). Logo, as políticas "territoriais" dos governos bolivianos não tardaram a modificar o arranjo territorial do país e passaram a "coincidir" com:

> [...] as necessidades geradas pelo acelerado desenvolvimento industrial brasileiro que demandava o incremento das exportações, atribuindo ao comércio exterior papel estratégico. Assim, o Plano Nacional de Desenvolvimento para o período 1972/74 [I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND] passou a considerar a implementação dos corredores de exportação como canais de saída em massa entre as áreas produtoras e os pontos de destino dos produtos (ZUGAIB, 2006, p. 119).

Ressalta-se que embora a política brasileira de implantação dos corredores de exportação somente viesse a ser acentuada a partir de 1974 como canais de integração, Mario Travassos já a aconselhava desde 1931 como mecanismo de fuga do poder concêntrico de Buenos Aires em relação à desembocadura do Rio do Prata. Para Therezinha de Castro, os países mediterrâneos "gostariam de dispor de novos caminhos em direção ao Atlântico" (CASTRO, 1983, p.147).

Deste modo, a partir dos anos de 1960, o governo brasileiro já considerava necessário estabelecer outras saídas para as exportações do país de forma a eliminar o isolamento do interior do Prata. O objetivo era neutralizar o atrativo dos eixos convergentes a Buenos Aires e equilibrar seu exclusivo geocentrismo (ZUGAIB, 2006, p. 119). O Brasil ao adotar a diretriz de que exportar era uma necessidade nacional, fazia-a como parte de sua política de integração a América do Sul, obviamente que seu empenho foi maior na Bacia do Prata em consequência de sua importância no Cone Sul como polo geopolítico, circundado pelo o Atlântico Sul.

Para Eliana Zugaib, a política de implantação dos corredores visava aproveitar os primeiros terminais de exportação que se encontravam na Bacia do Prata e que estavam localizados na confluência de rodovias, ferrovias e vias fluviais. Dessa forma, o objetivo era fazê-los instrumentos, no sentido de servirem aos centros agrícolas e aos pólos industriais de

Porto Alegre (Rio Grande), Curitiba (Paranaguá), Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, e assim atraírem os centros do interior como Brasília, Goiânia, Campo Grande/MS e Corumbá/MS:

> A abertura desses corredores, que competiam com o sistema argentino de comunicações com o interior, facilitou muito também a ligação entre o *hinterland* da Bacia do Prata e o litoral Atlântico, induzindo a Bolívia, o Paraguai, o Uruguai e a própria Argentina, por intermédio das Províncias de Entre Rios e Misiones, a escoar sua produção pelo corte transversal da Bacia, sobretudo através dos portos de Santos, Paranaguá e Rio Grande. Esses portos, reaparelhados e modernizados passaram a competir, vantajosamente, com o de Buenos Aires. Além de estar mais distante da mesopotâmia, o porto argentino apresentava profundidades inadequadas para a atracação de navios de grande calado, exigindo constantes trabalhos de dragagem em consequência do contínuo assoreamento causado pelo depósito de grandes quantidades de massa aluvial depositada no estuário pelo sistema Paraná-Paraguai, em contraste com as condições do porto de Rio Grande, de águas profundas e obstáculos superáveis com dragagem de pouca importância (ZUGAIB, 2006, p. 120).

A tentativa do governo brasileiro em promover mudanças radicais na produção espacial do Cone Sul tinha como objetivo fazer a Argentina perder o poder de influência e pressão sobre a Bolívia e o Paraguai. Com a implantação dos corredores de exportação a intenção era reduzir acintosamente a relação/dependência destes Estados mediterrâneos com o porto de Buenos Aires, bem como, afetar economicamente a Argentina.

Sublinha-se que o projeto brasileiro estava atrelado às oscilações do contexto internacional, marcado no final da década de 1960 pelo início de uma crise econômica de longo prazo, com curtos períodos de recuperação, o que levou os Estados Unidos a realizarem correções no sentido de diminuir suas importações e aumentar suas exportações e as entradas de capital (a região de Santa Cruz, na Bolívia, é um exemplo). Nesse sentido, aos países dependentes abriram-se duas alternativas para que pudessem enfrentar a crise: o "ajuste estrutural" ou o enfrentamento da dependência. Segundo Luiz Fernando Sanná Pinto:

> [...] o chamado "ajuste estrutural", que consistia na adoção de políticas monetaristas que visavam forçar a contração da economia e que tinham como objetivo liberar excedentes exportáveis e diminuir as importações, permitindo a manutenção de elevados superávits comerciais, que possibilitariam a aquisição de dívidas necessárias para o aumento da enorme divida externa [...] ou o enfrentamento da dependência, com o Estado aumentando os investimentos públicos, auxiliando a substituição de produtos importados por produção interna, dando preferência ao capital nacional, regulamentando melhor a atuação do capital estrangeiro e adotando políticas que visassem diminuir a concentração de renda (PINTO, 2008, p. 120).

O Brasil adotou a segunda opção, o que, por conseguinte, alicerçou o projeto de instalação dos corredores de exportação, cujo escopo era mitigar a importância dos portos argentinos, possibilitando a instalação de "novos caminhos" para escoar a sua produção interna via Pacífico e, sobretudo, atrair os países mediterrâneos (principalmente a Bolívia) de forma plena para o seu eixo de influência.

Com tal postura, o governo de Emílio Médici (1969-74) cada vez mais direcionava a política externa brasileira para a Bolívia. Esta que depois de um período marcado por indefinições no campo político, com os militares assumindo o governo sob a liderança de Hugo Banzer (1971-78) – que implantou um governo próximo ao modelo brasileiro – voltou suas atenções para o Brasil. Os acordos assinados nesse ínterim indicavam a retomada de temas tradicionais para os dois países: a energia, agora sob o interesse de compra e venda do gás boliviano, e a comunicação, através da construção de uma rodovia entre Corumbá/MS (até então município do estado de Mato Grosso) e Santa Cruz de La Sierra (SOUZA, 2004, p. 83).

Logo, os pactos firmados no decorrer dos anos de 1970, por um lado, beneficiariam o Oriente Boliviano e especialmente o Departamento de Santa Cruz. Por outro, o Brasil ampliava as suas possibilidades de consubstancializar (por intermédio dos corredores de exportação) seu projeto de expansão regional, polarizando o "território" boliviano. Matheus Pfrimer relata que por conta de tais objetivos na Geopolítica prática brasileira:

> [...] não apenas a ligação viária bioceânica seria o ponto chave da sua política para o subcontinente, mas principalmente a satelitização dos prisioneiros geopolíticos (Bolívia e Paraguai). A finalidade principal era alcançar o Pacífico atraindo boa parte do cerne continental sul-americano e transformando-o na hinterlandia do porto de Santos.
>
> O governo brasileiro construiu a ligação rodoviária conectando a Plataforma Central de Reserva brasileira a Corumbá no Mato Grosso do Sul, permitindo assim a ligação até Santa Cruz de La Sierra. Posteriormente o governo [...] boliviano construiu a autoestrada ligando Santa Cruz à Cochabamba, o que dava acesso do Porto de Santos até os portos chilenos do Pacífico (PFRIMER, 2011, p.137).

Logo, um marco das articulações de Brasília frente o governo de La Paz, na tentativa de "satelizar" a Bolívia, é o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio assinado em agosto de 1977 (que consistiu na ratificação dos acordos que foram firmados entre ambos os Estados desde 1972). É possível ler em seu artigo IX:

> As Altas Partes Contratantes, tendo presentes o Tratado de Vinculação Rodoviária, de 4 de abril de 1972, assim como os estudos e obras recomendados no Plano Diretor de Vinculação Rodoviária, acordam em dar tratamento prioritário aos projetos de interconexão entre os sistemas rodoviários brasileiro e boliviano, dentro dos amplos objetivos de criar condições mais favoráveis a uma efetiva integração física entre os dois Países (BRASIL, 1977, p. 1).

A integração física visava atrair a produção de Santa Cruz de La Sierra. Destarte, a intenção era possibilitar as exportações deste centro via portos brasileiros. Assim, de acordo com o artigo XII do supracitado tratado, o Brasil concedia à Bolívia quatro zonas francas, entre elas a de Belém/PA, Porto Velho/RO, Corumbá/MS e Santos/SP:

> O Governo brasileiro, no propósito de dinamizar o intercâmbio comercial bilateral e de facilitar o tráfego recíproco de cargas, envidará todos os esforços no sentido de aperfeiçoar os dispositivos que regulam o livre trânsito, pelo território brasileiro, de mercadorias procedentes do território boliviano ou a ele destinadas,

> e a utilização dos entrepostos de depósito franco de que a Bolívia dispõe nos portos de Belém, Porto Velho, Corumbá e Santos (BRASIL, 1977, p. 1).

Nesta circunstância confirmava-se o interesse do Brasil pelo gás boliviano e são produzidas às primeiras discussões a respeito da implantação de um pólo industrial/petroquímico na Zona de Fronteira Brasil/Bolívia (Mato Grosso do Sul/Província de Gérman Busch). O empreendimento seria financiado com recursos financeiros brasileiros (pólo que [ainda] está no papel).

Os projetos de vinculação viária e de compra do gás cruzeño também estavam diretamente relacionados aos interesses do governo brasileiro em conter os tentames de Buenos Aires frente à fronteira Brasil/Bolívia. Um dos alvos do subterfúgio argentino era avizinhar-se das reservas de minério de ferro de Mutún (As jazidas estão localizadas nas cercanias do município de Puerto Suárez, a 12 km da "linha" internacional de fronteira e consequentemente de Corumbá/MS. Estima-se numa reserva de 40 milhões de toneladas). De igual modo, os argentinos "[...] empreenderam uma forte política ferroviária de forma a evitar o acesso brasileiro aos portos do Pacífico [...], porém os Acordos de Cochabamba, firmados entre Brasil e Bolívia, frustraram o intento argentino" (PFRIMER, 2011, pp.137-138).

As projeções geopolíticas brasileiras sobre a nação andina – que tinham como objetivo "satelizar" e/ou conquistar o seu "território" – somente foram arrefecidas com contexto de redemocratização dos países sul-americanos nos anos de 1980. Por conseguinte, as longas décadas de articulações resultaram em alguns legados espaciais tanto para o Brasil quanto para a Bolívia. No que tange ao sistema viário, o confronto geopolítico entre Brasil e Argentina propiciou a fixação – em "território" boliviano – de uma malha rodoferroviária desarticulada que não possibilita a integração nacional. Isso se explica, pois, o sistema viário e as redes logísticas que a estruturam foram propositalmente instalados para conter os avanços de uma subpotência frente à outra (PFRIMER, 2011, p.138).

Assim como, as relações brasileiro-bolivianas ao longo do século XX resultaram na produção de intensos fluxos e dinâmicas socioespaciais na Zona de Fronteira Brasil/Bolívia, localizada respectivamente no estado de Mato Grosso do Sul e na Província de Gérman Busch. Em suma, os desfechos da política de implantação dos corredores de exportação ocasionaram para supracitada zona fronteiriça uma veemente proximidade no diz respeito às questões políticas, econômicas e sociais entre as cidades que a compõem. Cujas interações espaciais possibilitaram, sobretudo, que fossem "encaminhadas" para o "outro lado da fronteira".

EM DIREÇÃO "AO OUTRO LADO DA FRONTEIRA"

Com a conclusão das obras referentes à linha ferroviária entre Santa Cruz de la Sierra (Bolívia) e Corumbá/MS na década de 1950 e com o seu respectivo funcionamento, a segunda passou a desempenhar uma nova função no contexto político-econômico regional. Já na década de 1960, a cidade brasileira "capturou" o mercado consumidor boliviano. Isto possibilitou a expansão das atividades comerciais atacadistas e de exportação em solo corumbaense, contudo, "[...] nos anos 70 perdeu essa posição de importador e de distribuidor de mercadorias no âmbito regional para transformar-se em entreposto exportador" (HANY, E. S. e HANY, W. S., 2007, p. 67).

A mudança ocorreu porque com a operabilidade do eixo ferroviário que interligou Porto Esperança a Corumbá/MS e da sua extensão ao Departamento boliviano de Santa Cruz, o novo momento de internacionalização da vida econômico-social corumbaense engendrou o desmonte gradativo de suas relações com outras localidades da Bacia do Paraguai, sobretudo, Cáceres, Cuiabá, Coxim e Porto Murtinho, "encaminhando-a" assim para o comércio de exportação de produtos brasileiros oriundos do parque industrial paulista rumo à Bolívia (BRITO; CHAPARRO; ALVES, 1997, p. 909).

A atração do mercado consumidor boliviano via Corumbá/MS é resultado dos inúmeros acordos internacionais entre os governos da Bolívia e Brasil, que versaram desde a isenção de taxas aduaneiras para os produtos exportados pelo Brasil até tratados bilaterais sobre interligação ferroviária, rodoviária, compra de gás, petróleo e acerca de desenvolvimento cultural das regiões da fronteira Brasil-Bolívia (estas delineadas nos Acordos de Roboré e nas Notas Conjuntas dos anos 70). Em decorrência destes estreitamentos:

> [...] as empresas atacadistas de Corumbá alcançaram significativo crescimento (expansão do número de empresas e volume de cargas), até meados dos anos 80. Desde a chegada dos trilhos da Noroeste à cidade, duas zonas atacadistas se firmaram. Ainda nos anos 50, a primeira delas se instalou na região próxima à estação da NOB [ferrovia Noroeste do Brasil], aproveitando a facilidade do contato com a ferrovia. Já nos anos 70, apareceu uma segunda zona atacadista na estrada que liga Corumbá à fronteira com a Bolívia, acompanhando o processo de implantação da rodovia Campo Grande - Corumbá, bem como a franca ascensão do transporte rodoviário no comércio entre o Município e as regiões fornecedoras do Sul/Sudeste (BRITO; CHAPARRO; ALVES, 1997, p. 909).

As práticas comerciais intensificaram-se, precipuamente, pois na cidade de Corumbá/MS as atividades industriais que haviam surgido no final dos anos de 1940 e início dos anos de 1950, a datar dos anos de 1970 entraram em crise e encerraram-se. Segundo Marco Aurélio Machado de Oliveira:

> Por volta dos anos 1950 cidade assistiu a um espetacular esforço de industrialização, promovido, principalmente, por imigrantes de origem árabe. Primeiramente a família Chamma que em 1954 instalou Cia Siderúrgica Sobramil, trazendo em um período inferior a três meses, cinco mil nordestinos para trabalharem como operários na indústria e na extração de madeira. Outro grupo era composto pelos imigrantes: Salim Kassar, João Dolabani, Alfredo Katurchi, Salvador Shib e o descendente de libanês Mamtala Yasbeck. Disso resultaram empreendimentos cujas marcas, algumas em ruínas, resistem ao tempo, como: a Cia de Fiação Matogrossesse, Moinho de Trigo e Curtume Mato Grosso, sendo que no início dos anos 1970, todos esses empreendimentos estavam fechados (OLIVEIRA, M. A. M., 2005, p. 352).

Entre as causas da derrocada desses empreendimentos está o contato cada vez mais intenso de Corumbá/MS com a produção nacional, sobretudo, facilitado pelo uso do transporte rodoviário no escoamento de outras áreas fabricantes de produtos similares e mais competitivos, conjuntura que se acentuou em meados dos anos oitenta com início

da pavimentação da estrada Campo Grande/MS – Corumbá/MS. Outro fator que veio a contribuir com a intensificação do comércio atacadista na cidade foi à crise nas atividades relacionadas à pecuária (MICHEL; OLIVEIRA, T. C. M., 1995).

O comércio estava em plena ascensão, todavia, a partir dos anos 60, na pecuária de corte praticada no Pantanal, os produtores não conseguiam obter animais excedentes para venda sem comprometer seu efetivo básico. A atividade era apenas para a cria e com baixas taxas de desfrute. Assim:

> Mesmo o crescimento do rebanho, verificado entre os anos 50/60, não foi suficiente para enfrentar os preços decrescentes da arroba do boi nos mercados consumidores, nos anos 60, o que favorecia os produtores situados em áreas próximas aos centros de abate, no Sul/Sudeste do País. Estes últimos, de outra feita, além de oferecerem vantagem ao comprador, no que se refere aos custos com transporte, comercializavam, em muitos casos, gado gordo, isto é, bovinos de melhor qualidade, já tendo passado pelas fases de cria e recria (BRITO; CHAPARRO; ALVES, 1997, p. 909).

A crise do setor pecuário estendeu-se durante os anos de 1970 e 1980, quando se adicionou um novo agravante: as cheias prolongadas na planície pantaneira. Além do fator natural, a pecuária extensiva sofreria já em meados da década de 1980 com a intervenção de frigoríficos que ao facilitarem a "[...] incrementação do ciclo completo de beneficiamento da carne bovina, acabam provocando transformações no manejo do rebanho, mesmo em áreas da planície pantaneira, no município de Corumbá" (BRITO; CHAPARRO; ALVES, 1997).

Por conseguinte, com o isolamento gradativo de Corumbá/MS frente aos centros regionais, com os quais manteve intensas relações até os anos cinquenta, como foi o caso de Cuiabá/MT e Cáceres/MT (quadro intensificado com a divisão do estado de Mato Grosso), em 1979, associada às transformações do complexo agroindustrial de carnes, progressivamente a cidade foi afirmando, entre as décadas de 1950 e 1970, sua condição de centro regional no tocante às cidades Puerto Quijarro e Puerto Suárez.

Com tal conjuntura, a cidade de Corumbá/MS passou a receber contingentes importantes de imigrantes bolivianos do Departamento Santa Cruz, inicialmente (nos anos cinquenta) para a construção dos ramais ferroviários:

> Posteriormente, Corumbá também atraiu capitais daquela região [Santa Cruz] (anos 70 em diante), dadas as facilidades abertas para a importação direta de mercadorias para os centros consumidores do Oriente boliviano. Estes últimos, atraídos pelo acesso vantajoso à infraestrutura rodoferroviária existente no Município, tornaram-se igualmente importantes consumidores de bens e serviços locais, tais como saúde e educação, água potável e energia elétrica, aeroportos, etc. (BRITO; CHAPARRO; ALVES, 1997, p. 910).

A partir desse segundo momento, mais especificamente entre o final da década de 1970 e início dos anos 80, as transações comerciais entre as famílias árabes em Corumbá/MS e o mercado boliviano estavam no seu auge, essas relações de comércio foram preponderantes para a consolidação da cidade como centro abastecedor das cidades bolivianas e para a

atração de capitais do país vizinho: "[...] pelas ruas do centro da cidade dava gosto de ver pilhas de caixa de produtos brasileiros que eram vendidos para a Bolívia" (OLIVEIRA, M. A. M., 2005, p. 354).

Contudo, entre o final dos anos 80 e meados da década de 1990, diminui-se a importância da intermediação direta de Corumbá/MS e dos comerciantes da cidade em relação às trocas direcionadas a Puerto Suárez e Puerto Quijarro, como também, ao restante da Bolívia. Logo, o movimento invertia-se, eram as urbes bolivianas que então "cooptavam" o centro brasileiro. As casas bolivianas de exportação e/ou de capital boliviano-brasileiro, utilizando-se do contato direto com os centros produtores, passaram a fazer esse intercâmbio. Destarte, nesse ínterim, as empresas atacadistas passaram de 263 para 50, evidenciava-se um processo de especialização e centralização no setor (BRITO; CHAPARRO; ALVES, 1997, p. 910).

As modificações ocorridas naquela zona fronteiriça, a partir do final da década de 1980, propiciando às cidades bolivianas de Puerto Quijarro e de Puerto Suárez "capturarem" Corumbá/MS, estão também relacionadas às transformações político-administrativas ocorridas na Bolívia. No dia 30 de novembro de 1984, por meio do Decreto-Superior nº 672, foi criada a Província de Germán Busch e sua Subprefeitura, que passou a funcionar em Puerto Suárez[41], cuja preocupação era estabelecer um vínculo maior com o Departamento de Santa Cruz (da qual é integrante). De igual modo:

> Este processo permitiu, por um lado, o movimento migratório de bolivianos de outras regiões do país para esta região [Zona de Fronteira Brasil/Bolívia, em Mato Grosso do Sul]. Entre estes últimos se destacam os ex-mineiros do *Altiplano* que, ao serem desestatizadas as minas existentes nos Andes, foram incentivados pelo governo boliviano a ocuparem as áreas de fronteira, seja na atividade comercial (*shopping-chão*)[42], seja como pequenos produtores agrícolas. Uma das consequências desta migração foi modificar o perfil da ocupação fundiária na zona oriental, que até então vinha se dando preferencialmente seguindo o traçado da estrada de ferro Puerto Suarez-Santa Cruz de la Sierra (BRITO; CHAPARRO; ALVES, 1997, p. 913).

A criação da Província de Germán Busch impulsionou, por parte do governo boliviano, uma série de incentivos fiscais, assim como, possibilitou a criação de uma zona de livre comércio (Central Aguirre) no lado boliviano da Zona de Fronteira Brasil/Bolívia, especificamente em Puerto Quijarro. Alex Manetta e Roberto Carmo estudando essa questão, explicam que:

> Em 1991 a Central Aguirre tornou-se a primeira zona franca de comércio da Bolívia, no município de Porto Quijarro, equipada com porto graneleiro, de hidrocarburos e de cargas em geral. Essa inovação foi seguida pela modernização de outros portos, pelo fortalecimento da rede multimodal de transportes e pela diversificação do comércio e da prestação de serviços na região (MANETTA e CARMO, 2011, p. 7).

41 Embora tenha sido promovida a capital de Província somente no século XX, Puerto Suárez existe como núcleo urbano desde 1875.

42 Apelido dado, pelos brasileiros, a feira de produtos importados que existe em Arroyo Concepción, distrito de Puerto Quijarro.

Deste modo, novas interações espaciais seguiram-se em torno daquela fronteira no início da década de 1990. Nas imediações da "divisa" entre Corumbá/MS e Puerto Quijarro, na denominada Arroyo Concepción (distrito da segunda), foi instalada uma feira de produtos importados que "[...] abriu possibilidades para comerciantes de pequeno capital, fato que favoreceu a expansão de um comércio informal e trans-fronteiriço na região" (MANETTA e CARMO, 2011, p. 9).

A abertura de tais relações modificou o comércio e em Arroyo Concepción a feira que se estruturava para abrigar capitais modestos e pequenos comerciantes passou a oferecer uma variedade de novos produtos importados, de igual modo:

> Juntam-se a esse movimento do outro lado da fronteira comerciantes corumbaenses que lá abrem estabelecimentos. A população da fronteira boliviana cresce a olhos vistos. Ali, aparentemente estava se formando um efervescente polo comercial, enquanto Corumbá sofria um visível declínio em seu comércio local, com o fechamento da maioria das lojas tradicionais localizadas na Rua Delamare (FLANDOLI, 2007, p. 39).

O estabelecimento de uma feira (*Shopping Chão*) com produtos importados em Puerto Quijarro – com preços mais acessíveis do que nos centros comerciais atacadistas e varejistas da cidade Corumbá/MS – e o crescente aumento populacional no lado boliviano daquela Zona de Fronteira, ocasionou a implantação de um shopping com lojas climatizadas que passaram a oferecer equipamentos eletrônicos, bebidas, perfumes e cosméticos de grandes centros produtores e de marcas mundialmente conhecidas e desejadas (FLANDOLI, 2007, p. 40). Isso intensificou o processo de deslocamento e instalação de capital do Brasil em direção à Bolívia.

O deslocamento de capitais abrangeu os setores ligados ao comércio de produtos alimentares, de primeira necessidade, eletroeletrônicos, vestuário, peças e acessórios automotivos, o comércio atacadista, etc. A transferência de capitais para as cidades bolivianas foi viabilizada pelas facilidades tarifárias e aduaneiras oferecidas, chegando a baratear em até 50% o valor médio de mercado dos produtos comercializados (BRITO; CHAPARRO; ALVES, 1997, p. 913).

Tal conjuntura proporcionou interações mais contundentes entre os dois lados da fronteira. Como desdobramento desse processo, um número expressivo da população urbana de Corumbá/MS e Ladário/MS passou a escolher Puerto Quijarro e Puerto Suárez como centro consumidor, assim como, ocorrera uma "exportação" da força de trabalho para as últimas. Assistia-se assim, ao desaparecimento de muitos estabelecimentos de comércio que durante décadas se mantiveram nas cidades brasileiras. Logo, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, já se encontravam parcialmente instalados na área de serviços das mencionadas cidades bolivianas, restaurantes, hotéis, agências de viagens e muitos outros serviços.

Portanto, entre os anos de 1950 e início da década de 1980 a cidade de Corumbá/MS configurava-se como centro regional que atraía capitais e investimentos, sendo destino final e ponto de intermediação dos fluxos comerciais de bens e serviços daquela Zona de Fronteira Brasil/Bolívia, passando a partir da segunda metade dos anos 80 até o presente momento a

se constituir "[...] apenas como ponto intermediário, principalmente em relação às diferentes atividades instaladas na Bolívia" (BRITO; CHAPARRO; ALVES, 1997, p. 911).

A reconfiguração sócio-econômica-espacial daquela fronteira engendrou um contexto de permeabilidades espaciais que vão além dos limites jurídicos existentes para delimitar os Estados. As cidades em questão passaram a conviver num espaço de trocas e de mobilidades transnacionais cotidianas, dentre os quais se destacam o comércio informal transfronteiriço e o deslocamento diário de bolivianos em direção a Ladário/MS e Corumbá/MS.[43]

É preciso ressaltar que o processo de transformações proporcionou para o lado boliviano da fronteira um expressivo crescimento demográfico. A Província de Germán Busch possuía na segunda metade dos anos 80, uma população de 20.000 habitantes e Puerto Suárez, sua capital, cerca de 9.000. Em contrapartida, no mesmo período, Puerto Quijarro contava com aproximadamente 4.000 residentes. Já na metade da década de 1990, com a ocorrência do intenso fluxo migratório, Puerto Suárez abrigava cerca de 12.000 munícipes (ITO, 1992, pp. 137-139).

Durante os períodos intercensitários 1991/2000 (Brasil) e 1992/2001 (Bolívia) a população residente em Corumbá/MS e em Puerto Suárez, os centros urbanos mais antigos de ocupação, "[...] apresentaram crescimento estagnado, ao passo em que a população residente em Porto Quijarro e em Ladário cresceu em ritmo superior às médias nacionais de Bolívia e Brasil, respectivamente" (MANETTA e CARMO, 2011, p. 8).

Este intenso crescimento populacional da cidade de Puerto Quijarro, durante a década de 1990, com estagnação populacional em Puerto Suárez no mesmo período está relacionado:

> [...] às vantagens locacionais dadas pela proximidade com a cidade de Corumbá que, além de centro regional de prestação de serviços, atua como porta de entrada de brasileiros que movimentam o comércio varejista trans-fronteiriço boliviano (MANETTA e CARMO, 2011, p. 10).

Deste modo, naquela fronteira o aumento populacional propiciou e manteve fortes vínculos com uma cotidiana infixidez, cuja circulação transfronteiriça de pessoas, bens e capitais passou a ser intensa. Por conseguinte o trânsito de bolivianos em Corumbá/MS (e Ladário/MS) é facilitado por vários fatores, que vão desde os acordos bilaterais que permitem àqueles morar, trabalhar e estudar no Brasil[44] até ao fato de existir uma contiguidade "territorial" que lhes dão profícuas vantagens de inserção no mercado de trabalho (especialmente no comércio) e acesso aos serviços públicos disponíveis nas urbes brasileiras. Como explica Marco Aurélio Machado de Oliveira:

---

43 Destaca-se que os maiores fluxos ocorrem em Corumbá/MS, haja vista ser o centro nodal da Zona de Fronteira em questão, é a cidade que apresenta as maiores ofertas e demandas de produtos e serviços, as melhores condições de aglomerar e dispersar pessoas e de estruturar o que socialmente é produzido, influenciando, deste modo, um amplo conjunto de interações espaciais.

44 Existem duas institucionalidades que tratam do assunto. Há o acordo bilateral entre Brasil e Bolívia que versa sobre a "Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos", regulado pelo Decreto nº 6.737, de 12 de janeiro de 2009, assim como, há a Lei nº 6.815/80 que em seu artigo 21 permite a quem for estrangeiro natural de país limítrofe com o Brasil, domiciliado em cidade que se localiza em "território" contíguo (como é o caso dos cidadãos bolivianos que residem em Puerto Quijarro e Puerto Suárez) a ingressar no Brasil com carteira de identidade, obter Carteira de Trabalho e Previdência Social.

> Se antes a população era ínfima, com o fluxo comercial, a intensificação da migração interna que ocorreu naquele país fez com que surgissem novas localidades, mais que quadruplicando sua população em uma década. Por não contar com uma rede de serviços públicos eficientes, o uso por parte de bolivianos de hospitais, escolas, etc. do lado é bastante intenso (OLIVEIRA, M. A. M., 2005, p. 355).

Sendo assim, o apanágio de residir em área imediata à "linha" de fronteira com o Brasil obsequiou ao cidadão boliviano uma condição anfêmera de imigrante-emigrante que é possível em decorrência dos vínculos "territoriais" característicos das cidades-gêmeas. Dito isso, atravessam a "marcas" estatais diariamente trazendo consigo sua cultura, seus anseios, seus medos e os fazem explícitos para os brasileiros quando saem de suas residências em Puerto Quijarro ou Puerto Suárez em direção as cidades brasileiras para trabalharem, consumirem nas lojas, nos restaurantes, etc.

Contudo, o longo decurso de estreitamentos entre Brasil e Bolívia, possibilitou, especificamente naquela Zona de Fronteira, a produção e consolidação de assimetrias infraestruturais e socioeconômicas, de igual modo, a mobilidade transfronteiriça cotidiana e os intercâmbios materiais e imateriais passaram a ocorrer em concomitância a lógicas organizacionais (política, social e econômica) distintas.

Com o predomínio do comércio informal nas chamadas "feirinhas bolivianas", mantendo-se nos dois "lados" da fronteira, inúmeros "estranhamentos" *surgiram*, sobretudo, pois são reflexos oriundos de um processo de aproximação e de uma integração sem planejamentos estatais prévios e específicos para àquela Fronteira. Como advoga Marco Aurélio Machado de Oliveira: "[...] com tamanha inserção, os conflitos tornaram-se inevitáveis".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante ao que foi discutido, ao afirmarmos que as cidades da Zona de Fronteira Brasil/Bolívia em questão foram "em direção ao outro lado da fronteira", referimo-nos à intensificação dos seus níveis de relacionamento. Propiciando, portanto, a ampliação dos intercâmbios comerciais de atacado e varejo, a produção de feiras especializadas na venda de produtos importados, o aumento populacional das referidas cidades bolivianas e a "captura" de mercado(s) consumidor(es). Dinâmicas que ensejaram a migração de pessoas para ambos os "lados", assim como, ocupações precárias do solo, migrações ilegais, falta de saneamento básico e carência de políticas para uma área de fronteira com elevados índices de informalidade no setor de trabalho.

Tais expressões espaciais são reflexos da geopolítica prática dos governos de Brasil e Bolívia ao longo do século XX (cujas primeiras sinalizações ocorreram a partir da segunda metade do século XIX). Geopolítica do passado que alicerçada no *dilema de segurança* franqueou "caminhos" que rumaram para a Zona de Fronteira Brasil/Bolívia (Mato Grosso do Sul/Província de Gérman Busch), possibilitando a produção, portanto, de um ordenamento territorial dialético, cujo contexto hodierno "clama" pela elaboração de políticas públicas específicas e efetivas, no sentido de solucionar problemas pontuais, precipuamente no que tange as migrações, ao setor de trabalho e aos processos de integração política, econômica e social.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA MONIZ, Luiz Alberto. **O Expansionismo Brasileiro e a formação dos Estados na Bacia Platina**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1985.

BRASIL. Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 2855 Vol. Fasc.X. Decreto nº 862, de 16 de agosto de 1890. Disponível em:<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-862-16-outubro-1890-523759-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 29 set. 2016.

_____. Senado Federal. Secretaria de Informação Legislativa. Decreto Legislativo nº 113, de 17 de agosto de 1977. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=100708&norma=124376>. Acesso em: 29 set. 2016.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: MIN, 2005, p. 152.

BRITO, S. H. A.; CHAPARRO, M. C.; ALVES, M. J. M. **Estudo comparativo do ensino público na fronteira Brasil/Bolívia** (Corumbá – Puerto Suarez/Quijarro – 1970/1994). In: **Anais** do IV HISTEDBR, Campinas: Faculdade de Educação da Unicamp, 1997, p. 909.

CAIRO, Heriberto. **A América Latina no século XXI:** geopolítica crítica dos Estados e os movimentos sociais, do conhecimento e da representação. Cad. CHR, vol.21, nº 53. Salvador, maio/ago., 2008.

CARVALHO, Estevão Leitão. **A Paz no Chaco:** Como foi efetuada no Campo de Batalha. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958, p. 32.

CASTRO, Maria Inês. **O preço do progresso – a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1905-1914**). Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1993, pp. 64-65.

CASTRO, Terezinha. **Brasil da Amazônia ao Prata**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1983, p.147.

COELHO, Pedro Mota. Pinto. **Fronteiras na Amazônia:** um espaço integrado. Brasília: FUNAG/IPRI, 1992, p. 85.

CUNHA, Euclides. **À Margem da História**. In: COUTINHO, A. (Org.). Euclides da Cunha/OBRA COMPLETA. 2 ed. Rio de janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 324.

DUNKERLEY, James. **Rebellion in the veins:** political struggle in Bolivia 1952-1982. London: Verso, 1984, p. 221.

FLANDOLI, Beatriz Xavier. **As transformações no mundo do trabalho em Corumbá, no Pantanal da Nhecolândia e na fronteira Brasil-Bolívia**: considerações teóricas em psicologia sócio-histórica. In: NAVARRO, E. M. M. et. al. (Orgs.). 40 anos do Campus do Pantanal: Contribuições para o Desenvolvimento Regional. Corumbá: Ed. UFMS, 2007, p. 39.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização:** sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo.

HANY, E. S. & HANY, W. S. Corumbá(MS)-Periferia ou Espaço central? In: NAVARRO, E. M. M. et. al. (Orgs.). **40 anos do Campus do Pantanal:** Contribuições para o Desenvolvimento Regional. Corumbá: Ed. UFMS, 2007, p. 67.

ITO, Claudemira Azevedo. **Corumbá:** a formação e o desenvolvimento da cidade. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992, pp. 137-139.

MANETTA, Alex; CARMO, Roberto L. Integração socioeconômica e mobilidade espacial da população na região fronteiriça de Corumbá a partir da década de 1990. In: **Anais** do XIV ANPUR, Rio de Janeiro: Faculdade de Ciências Humanas, 2011, p. 7.

MEROLA, Vivian Fernanda Mendes. Relações de Vizinhança no Âmbito da Integração Sul-Americana. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 1., 2009, Montevidéu. **Anais** do 12. EGAL. 1 CD-ROM, p. 7.

OLIVEIRA, M. A. M. T**empo, Fronteira e Imigrante:** Um lugar de Inexistências. In: OLIVEIRA, T. C. M. (Org.) Território sem limites: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005, p. 352.

PEREIRA, Carlos Patrício Freitas. **Geopolítica e o Futuro do Brasil-Amazônia Ocidental e Pantanal Comunidade Sul-Americana**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2007, p. 186.

PFRIMER, Matheus. **Heartland Sul-americano?** Dos discursos geopolíticos à territorialização de um novo triângulo estratégico boliviano. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 29, 2011, p. 136.

PINTO, Luiz Fernando Sanná. **Hegemonia e reestruturação do sistema mundial capitalista**. In: SILVA, L. M. N. M.; PINTO, L. F. S.; SOUZA, N. A. (Orgs). Relações Internacionais do Brasil e Integração Latino-Americana. Campo Grande/MS: UFMS, 2008, p. 120

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, L. P. (Org.) **Transportes e Políticas Públicas em Mato Grosso do Sul**. Dourados/MS: Editora da UFGD, 2008.

SOUZA, Osmar Ramão Galeano. **Do conflito à cooperação internacional:** Relações Brasil/Bolívia. Campo Grande-MS: UNIDERP, 2004, p. 13.

XAVIER, Lidia de Oliveira. **Fronteira Oeste Brasileira:** entre o contraste e a integração. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília. Brasília, 2006, p. 92.

ZUGAIB, Eliana. **A hidrovia Paraguai-Paraná e seu significado para a diplomacia sul-americana do Brasil.** Brasília: Funag, 2006, p. 119.

Recebido para publicação em 5 de Fevereiro de 2017.
Aceito para publicação em 30 de Março de 2017.

RESENHA

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra:** *nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014. 184 p.*

Paola Cristina Nicolau
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos da FADIR/UFGD
paolacnicolau@gmail.com

Os processos de descolonização na África, Ásia e América Latina abriram espaço para a descentralização do pensamento moderno hegemônico. A teoria desenvolvida a partir do pós-colonialismo criou novos espaços de produção de conhecimento, gerando um impulso epistemológico em regiões consideradas terceiro-mundo ou Sul, efervescentes nas ciências sociais. O pós-colonialismo chega para oferecer novas maneiras de conhecer e pensar sobre eventos complexos e fluidos e as relações que os moldam, enfatizando uma multiplicidade de perspectivas, tradições e abordagens sobre questões de identidade, cultura e poder. Essa cosmovisão, disseminada no continente latino-americano através do "giro decolonial", direciona à criação de uma episteme latino-americana, inspirada na proposta de estudos subalternos asiáticos, atualmente representada pelo Grupo Modernidade, Colonialidade e Descolonialidade (MCD).

Arturo Escobar,[45] autor da obra *Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*, é um antropólogo colombiano e um dos diversos pesquisadores da área das humanidades que compõem o MCD.[46] Utilizando das palavras do próprio Escobar (2014. p. 41), "[…] a partir de uma perspectiva acadêmica crítica, o MCD talvez tenha sido a estrutura interpretativa mais visível que surgiu na década de 2000 nesse espaço [do pensamento social latino-americano]".[47] Obras anteriores do autor auxiliaram na estruturação do pensamento do MCD e podem ser caracterizadas como base conceitual para essa obra mais atual[48] que propõe uma nova leitura acerca de desenvolvimento, território e diferença sob o ângulo da ontologia política.

No cenário pós-moderno globalizado, novas preocupações ocupam os interesses dos Estados e dos indivíduos. Nos países da América Latina, a maior preocupação é a melhoria das condições de vida de seus habitantes, priorizando a busca de soluções alternativas para problemas econômicos, sociais e culturais, isto é, característicos dos direitos coletivos. O objetivo de Escobar é conceber conceitos que sejam profícuos para pensar diferenças dentro de discursos de transição atuais, os

45 Mais sobre o autor disponível em: <http://aescobar.web.unc.edu/>. Acesso em: 02 fev. 2017.

46 Walter Mignolo, Aníbal Quijano, Santiago Castro-Gómez, Edgardo Lander e Ramón Grosfoguel também fazem parte do MCD.

47 Tradução livre do original: "[…] desde una perspectiva académica crítica, el MCD ha sido quizás el marco interpretativo más visible que haya surgido en los años 2000 en dicho espacio" (ESCOBAR, 2014. p. 41).

48 Os principais são: Encoutering development: the making and unmaking of the Third World (1995); La invención del Tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo (1998) e Territories of difference: place, movements, life, redes (2008).

quais implicam transformações culturais e institucionais. A visão da ontologia política, apresentada na introdução do texto, vai de encontro com a noção moderna do mundo como um só e é guiada pela seguinte pergunta: "que tipos de mundos são representados através de qual conjunto de práticas?"[49] (ESCOBAR, 2014. p. 14). Já a ideia de sentipensar, evidente no título, envolve uma reflexão sobre pensar território através de uma operação lógica discursiva entre coração e mente, como um campo de interação repleto de ontologias.

A primeira parte do livro, *El desarrollo (de nuevo) en cuestión: algunas tendencias en los debates críticos sobre capitalismo, desarrollo y modernidad en América Latina*, discorre sobre a conjuntura atual latino-americana, a partir do pensamento decolonial, as tendências dos estudos críticos sobre desenvolvimento na América Latina. Levanta-se inicialmente o debate entre desenvolvimento e pós-desenvolvimento. O desenvolvimento no âmbito latino-americano é dividido em três períodos: teoria da modernização aliada ao crescimento econômico nas décadas de cinquenta e sessenta; a teoria da dependência com as raízes do subdesenvolvimento entre sessenta e setenta; e as aproximações críticas do desenvolvimento como discurso cultural, que o caracteriza como discurso ocidental de controle sob o terceiro mundo, nos anos noventa (ESCOBAR, 2014. pp. 27-28). O pós-desenvolvimento, como conceito e prática social, parte da perspectiva pós-estruturalista da década de noventa e tem como principal objetivo reestruturar a relação do desenvolvimento com elementos da natureza e adaptar essa noção às realidades africana, asiática e latino-americana com a concepção de um desenvolvimento alternativo.

O desenvolvimento alternativo se relaciona com o princípio do *Buen Vivir* (BV) latino-americano a partir de uma abordagem teórico-prática. Para Escobar (2014. pp. 43-44), "o BV e os direitos da natureza devem ser considerados no contexto de uma série de inovações pioneiras, incluindo repensar o Estado em termos de plurinacionalidade e a sociedade em termos de multiculturalismo".[50] Em âmbito global, a proposta do BV é caracterizada como um discurso de transição decorrente do Sul, com diferenças estruturais acerca dos processos de transição desenvolvidos pelo Norte, ou seja, não há uma única estrutura para a prática política. Por conseguinte, nesse mesmo fragmento, Escobar faz reflexões breves sobre modernidade, invisibilidade racial e de gênero e sustentabilidade, ressaltando como a despatriarcalização da sociedade e sua relação com a natureza fazem parte do processo de descolonização.

A segunda parte do livro, *Territorios de diferencia: la ontologia política de los "derechos al territorio"*, é responsável por aprofundar cada um dos conceitos citados até o momento. Os territórios de diferença são construídos através de dois processos interdependentes: a problematização das identidades "nacionais", responsável por questionar as dinâmicas culturais da modernidade, e a problematização da vida, encarregada das discussões acerca da biodiversidade e sustentabilidade (ESCOBAR, 2014. p. 67-68). Para facilitar a compreensão do leitor ou da leitora, Escobar traz exemplo dentro de seu próprio país para corroborar suas ideias. Os casos de Yurumanguí, Curvadaró e La Toma demonstram a resistência das comunidades em abandonarem seu território, mesmo no

49 Tradução livre do original: "[…] qué tipo de mundos se enactúan a través de qué conjunto de prácticas" (ESCOBAR, 2014. p. 14).

50 Tradução livre do original: "[…] el BV y los DN [derechos de la naturaleza] deben considerarse en el contexto de toda una gama de innovaciones pioneras, incluyendo el replanteamiento del Estado en términos de plurinacionalidad, de la sociedad en términos de interculturalidad […]" (ESCOBAR, 2014. pp. 43-44).

auge da insegurança pública, e suas estratégias para revitalizá-los. Os três locais foram acometidos de "ações em nome da civilização e do progresso contra as populações afrodescendentes e indígenas"[51] (ESCOBAR, 2014, pp. 72-73), sendo a relação entre a resistência e a ocupação desses territórios caracterizada como ontológica.

O próximo conceito esmiuçado por Escobar é da ontologia dualista que isola duas partes do todo (humano e não humano, mente e corpo, razão e emoção). Na modernidade o mundo ocidental, ou o Norte, ficou caracterizado como civilizado, livre e racional em contraposição a outros mundos existentes (ESCOBAR, 2014, p. 76). Os outros mundos e as experiências que os compõem são então denominados como ontologia relacional. A prática de uma política ontológica é, portanto, definida por "lutas por territórios que se tornam lutas pela defesa dos diversos mundos que habitam o planeta, isto é, as lutas pela defesa da Pluriverso"[52] (ESCOBAR, 2014, p. 78). Como exemplo da aplicabilidade dessa tática política, cita-se a Lei 70 de 1993 que reconheceu a comunidade afrodescendente na Colômbia como grupo étnico com direitos coletivos a seus territórios e identidade cultural (ESCOBAR, 2014, p. 79). Essa lei colocou em evidência o funcionamento de uma prática política em avanço no contexto regional e nacional de diversas outras áreas.

O Processo de Comunidades Negras na Colômbia (PCN) ajudou a promover a compreensão do conceito de território a partir de perspectivas teóricas e de movimentos sociais. A partir do PCN, Escobar demonstra que a base do projeto de vida é o território, assim como a tática para alcançá-lo é o BV, amparado por princípios de autossustentabilidade e bem-estar, organização e solidariedade, conhecimento e multiatividade e sustentabilidade do habitat (ESCOBAR, 2014. p. 89). Dessa forma, o território-região é a base do projeto político e sua relação com o projeto de vida seria a visão de um futuro com autonomia de povos. Fica claro, no caso do PCN, que o território é, sobretudo, "[…] um processo de apropriação sociocultural da natureza e dos ecossistemas que cada grupo social desenvolve a partir de sua própria 'cosmovisão' ou 'ontologia'"[53] (ESCOBAR, 2014, p. 91). Essa percepção sobre território, que engloba os conceitos de territorialização e territorialidade, eleva a geografia como ciência positivista dentro da visão do MCD.

Ao definir ontologia política, a intenção de Escobar (2014, p. 98) é ressaltar a característica política da ontologia e o atributo ontológica da política. Ambos enfoques consideram conflitos políticos entre dois mundos como base de assertivas ontológicas. Essas "lutas [ontológicas] podem ser interpretadas como um aporte importante para as transições ecológicas e culturais em direção ao pluriverso"[54] (ESCOBAR, op. cit., p. 134), ou seja, em direção ao enfrentamento da percepção globalizante de um único mundo.

Finalmente, a terceira parte, *Transiciones: un espacio para la investigación y diseños hacia el pluriverso*, expõe o objetivo central do projeto denominado Espacio Transiciones ("Espaço Transições",

51 Tradução livre do original: "[…] a nombre de la civilización y del progreso contra las poblaciones afrodescendientes e indígenas" (ESCOBAR, 2014. pp. 72-73).

52 Tradução livre do original: "[…] las luchas por los territorios se convierten en luchas por la defensa de los muchos mundos que habitan el planeta, o sea, luchas por la defensa del Pluriverso" (ESCOBAR, 2014. p. 78).

53 Tradução livre do original: "[…] un proceso de apropiación socio-cultural de la naturaleza y de los ecosistemas que cada grupo social efectúa desde su 'cosmovisión' o 'ontología'" (ESCOBAR, 2014. p. 91).

54 Tradução livre do original: "dichas luchas [ontológicas] pueden ser interpretadas como contribuciones importantes a las transiciones ecológicas y culturales hacia el pluriverso" (ESCOBAR, 2014. p. 134).

em tradução livre), o qual propõe um espaço de pesquisa coletivo esgravatando alternativas de convivência e sobrevivência mais harmônicas. Esse ambiente de compartilhamento de ideias, pioneiro no debate acadêmico dos discursos de transição, está sendo desenvolvido há três anos em Cali, na Colômbia, e tem a intenção de ser expandido dentro de redes transnacionais de pesquisa (ESCOBAR, 2014. p. 137). O Transições é estruturado dentro de três campos de estudo: do pluriverso, de transição e desenho de pesquisa. As três dimensões convergem entre si para desenvolver uma teoria social orientada ao pluriverso, que vai além dos limites impostos pelas epistemes modernas e desenvolve uma ligação entre os discursos de transição do Norte e do Sul.

Em suma, o papel emancipatório assumido pelo MCD nas ciências sociais, rompe com os teóricos estadunidense e, posteriormente, com os teóricos indianos (principal influência das propostas de estudos anteriores), direcionando seu foco inteiramente à América Latina. A partir do conceito de pós-desenvolvimento, o Espaço Transições pode ser desenvolvido para despontar outros casos de comunidades que ainda lutam por seus direitos coletivos de território e identidade, principalmente em outros países da região latino-americana, amplamente sob os efeitos da colonialidade. Destarte, assim como Escobar, os teóricos pós-coloniais nos lembram que a política é, muitas vezes, uma questão de imaginar o além. Os movimentos de resistência à globalização neoliberal têm de conceber uma política que está além do Estado-nação, para além da ideia de que a natureza existe apenas como matéria para a exploração humana.

Recebido para publicação em 1 de Fevereiro de 2017.
Aceito para publicação em 22 de Março de 2017.

ENTRE AMBIÊNCIAS, MILITÂNCIA E ARTE ENTREVISTA COM O PROF. NELSON REGO[1]

Nelson Rego é professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Suas atividades de ensino e pesquisa residem no campo da Educação, notadamente com o ensino de geografia sob uma perspectiva crítica, e ao alcance de diversos grupos sociais marginalizados. Foi presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros no período 2010-2012. Fora da academia, além de outras atividades, é reconhecido romancista e contista, tendo sido agraciado em 2011 com o Prêmio Açorianos de Literatura pela obra Daimon Junto à Porta. Nas páginas que seguem, o professor nos fala sobre sua trajetória acadêmico-profissional e pessoal, entrelaçando assuntos como a militância na AGB e a atual reforma do ensino no Brasil.

Entre-Lugar — Professor, conte-nos um pouco sobre sua trajetória acadêmica: as motivações para cursar Geografia, seu mestrado e doutorado, a importância de adentrar em outras áreas do conhecimento além da Geografia e a experiência como docente da UFRGS.

Nelson Rego: Decidi estudar Geografia quando era estudante de Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, meu primeiro curso. Estava chegando ao final do curso e uma pergunta me inquietava: no que iria trabalhar depois? Naquele tempo, final da ditadura militar, o formado em Filosofia tinha ainda menos chances do que hoje, não havia aulas de Filosofia nas escolas. Aliás, hoje isso também está em retrocesso, o que é mais uma evidência de como estamos voltando ao tempo da velha ditadura sob outra e nova forma, se é que em algum momento estivemos livres da ditadura realizada sob os novos arranjos que incluem eleições "livres". Então, voltando àquele tempo, no fim do curso de Filosofia pensava muito no que faria depois. Foi quando li uma reportagem de jornal sobre o mercado de trabalho para diversos cursos, Geografia, entre eles. A reportagem dizia que o geógrafo poderia trabalhar como guarda florestal. Acreditei na matéria e fiquei contente, pois a possibilidade me atraiu. Desde criança sempre gostara de estar no meio do mato ou em praias desertas. Quando criança também gostava de leituras geográficas, por exemplo, uma adaptação infanto-juvenil do diário das expedições de Humboldt. Foi uma das leituras mais marcantes da minha infância. Assim, entrei para a Geografia e gostei muito, tive alguns professores inesquecíveis, como o Casimiro Jacobs e o Gilberto Rocha. Eu gostava principalmente das disciplinas da Geografia Física e me dedicava bastante ao seu estudo, continuava inclinado a fazer da Geografia um modo de trabalhar perto da natureza, embora já houvesse descoberto que a chance de trabalhar como guarda florestal era só uma quimera. Eu gostava da Geografia Física, mas tinha facilidade nas disciplinas da Geografia Humana em função da minha passagem pela Filosofia e da pré-disposição para leituras que a maioria dos colegas considerava enfadonhas. O curioso é que só lentamente

1 Entrevista realizada por Rafael Zilio, doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Correio Eletrônico: rafael.zilio@yahoo.com.br

fui me dando conta do quanto a Geografia como um todo tinha forte intersecção com a Filosofia. Hoje, retrospectivamente, penso sobre isso e acho engraçado como o jovem de então demorou a se dar conta do quanto é extensa e forte essa zona de interseção.

No fim do curso eu já estava consciente de que meu futuro estaria ligado mais à Geografia Humana e o meu sonho era fazer mestrado no Rio e ser orientando do Carlos Walter ou do Ruy Moreira. Mas aí aconteceu algo: meu pai e minha mãe adoeceram com gravidade quase simultaneamente, meu pai morreu e compreendi logo que minha mãe ficaria ainda mais fragilizada se eu partisse naquele momento. Ingressei, então, no mestrado da Sociologia Rural da UFRGS, onde eu poderia fazer uma pesquisa tão geográfica quanto se estivesse na Geografia. Paralelamente, fazia algum tempo eu trabalhava voluntariamente como professor de Filosofia em cursos promovidos por organizações de base ligadas a movimentos sociais. Meus alunos eram operários e eu gostava muito daquela atividade, era humanamente recompensadora, muito recompensadora de fato. Assim, aos poucos, quase sem me dar conta, eu ia me aproximando da Educação, me deixando envolver por esta. Enquanto cursava as disciplinas do mestrado na Sociologia, fiz também uma disciplina complementar no Pós da Educação. A experiência nessa disciplina foi muito boa e enfim compreendi que minha ligação com a Educação era profunda, decidi que tentaria ingressar no doutorado na Educação e me dedicaria à educação popular, na qual poderiam acontecer convergências entre a Geografia, a Filosofia, a Sociologia e a minha experiência como professor voluntário. Meu ingresso como professor no Departamento de Geografia da UFRGS acabou me conduzindo para outro rumo, mas não de todo diferente ao que cheguei a projetar quando ainda estudante de mestrado, pois acabei de fato me dedicando à Educação e à Geografia em forte contato com outros campos.

A hoje já longa experiência no Departamento de Geografia da UFRGS é um dos centros de minhas memórias afetivas. São muitos anos de lutas contextualizadas no lugar marginal para o qual Ciência e Educação são empurradas pelos ditames da reprodução da sociedade das desigualdades no Brasil e pelo modo subordinado com o qual o país se insere no sistema global. Ainda assim, são anos de conquistas, mesmo que pontuais e com dificuldade para se articularem como contexto hegemônico dentro da Universidade. Em parte, aquelas divisões às quais me referi antes, Geografia Física e Geografia Humana, perderam seu sentido dicotômico e ganharam em interações e entrelaçamento ao se associarem à práxis que, sendo práxis, atua na realidade e aprende com os erros e acertos da atuação e, por consequência, vai se processando a compreensão de que não se deve separar o inseparável…

É impossível separar a práxis da noção de companheiros de jornadas e, assim, a lembrança de bons feitos na atuação é inseparável da memória de trabalhos conjuntos e das amizades que foram construídas enquanto se construíam os bons feitos. Por sua vez, os bons feitos de atuações na realidade e que aprendem com erros e acertos nunca estão longe de aproximações entre diferentes campos do conhecimento porque aqui, de novo, o que é decisivo são as ligações que superam a alienação da não concepção das ligações…

Entre-Lugar — Vamos falar a respeito das ideias contidas na coleção de livros Geração de ambiências. Sucintamente, o que é a geração de ambiências? Qual é a importância destas ideias para a educação popular e para o ensino de públicos diversos em necessidades, vulnerabilidades e deficiências?

Nelson Rego: Um tempo importante dessa trajetória na Geografia se apresentou na metade da década de noventa, quando aos poucos, talvez em função do acúmulo de experiências que os colegas docentes e eu íamos incorporando aos cursos de Bacharelado e Licenciatura, se constituiu uma turma de estudantes de graduação que se mostravam impulsionados de maneira mais convicta e sistemática pela vontade de fazer da Geografia uma prática integral, ligando o social à natureza, tecendo o trabalho do professor no ensino básico ao trabalho técnico do geógrafo, questionando as dicotomias tradicionais. Essa vontade certamente já se apresentara repetidas vezes ao longo do tempo, mas agora se manifestava de maneira mais contundente, demonstrava que acontecera um enraizamento da pulsão dentro dos cursos. A vontade desses estudantes de ligar pontas antes não tão próximas incluía de maneira fundamental a relação entre a teoria e a prática. Não se conformavam em se restringir à condição de teóricos de belas palavras, eles perseveravam em fazer de seus trabalhos de sala de aula e de conclusão de curso algo que tivesse aplicação prática e trouxesse consequências benéficas para algum segmento populacional, por pequenas que fossem. Assim, obrigavam seus professores orientadores a aprender junto com eles a relação entre a teoria e a prática, e nós fomos descobrindo e aprendendo, pois, afinal, esses estudantes estavam devolvendo a nós a provocação que vínhamos plantando gradualmente e que agora nos cobrava algumas respostas para as perguntas: como ligar teoria à prática, ensino à pesquisa, natureza à sociedade, um lugar a outro lugar, um conhecimento a outro?

Esses estudantes causavam em vários de nós, professores, a vontade de mantê-los mais tempo por perto para continuar aprendendo junto com eles, isto é, estava na hora de criarmos o mestrado e o doutorado em Geografia da UFRGS, pois é principalmente assim que se instituem na Universidade os vínculos de longo prazo que unem ensino, pesquisa e aquilo que chamamos de extensão e que Paulo Freire considerava mais pertinente chamar de comunicação recíproca de saberes entre comunidades e Universidade. Conseguimos dar início ao mestrado na passagem de 1997 para 1998 e logo surgiram vontade e oportunidade de publicarmos livros que comunicassem as pesquisas e seus resultados, limites, dilemas e o desejo por diálogos.

Dirce Suertegaray, Álvaro Heidrich e eu organizamos um livro que reunia trabalhos realizados no encontro entre Geografia e Educação formal e não-formal. O livro reunia trabalhos que iam de escolas itinerantes do MST a uma geografia educadora voltada para adolescentes das periferias urbanas gravemente conflitados pela prática de violências. Incluía igualmente relatos reflexivos de pesquisas e ações relacionadas ao ensino de Geografia para alunos cegos, assim como ligados à perspectiva geográfica da educação ambiental e à valorização do lúdico na sala de aula de Geografia no ensino fundamental, entre outros temas. Para o senso comum em vigor no meio acadêmico até então, o

livro passaria por uma miscelânea descabida com a junção de temas aparentemente sem conexão entre si. Sabíamos, no entanto, que a articulação não era definida pelos variados objetos de investigação, mas pela atitude que perpassava os diversos textos, uma atitude que tendia a método. O que ligava as partes do aparente caos da multiplicidade temática é que, em cada relato reflexivo, constava a relação entre produzir um conhecimento sobre o próprio lugar de existência e, com base nesse conhecimento, produzir uma ação modificadora desse lugar — sala de aula, escola, assentamento, reformatório, bairro, etc. — por pequena que fosse. Dirce Suertegaray me instou a elaborar um título e uma apresentação que auxiliassem na compreensão desse algo em comum que perpassava a multiplicidade e foi assim que surgiu a expressão "geração de ambiências". A receptividade ao livro e à ideia foi grande e aconteceram as solicitações para que novos livros com relatos reflexivos fossem publicados e a ideia fosse estruturada com maior desenvolvimento.

Assim, procurei formular um conceito que enunciasse — isto é, explicitasse através da descrição — elementos em comum que estivessem a perpassar ao menos parte da diversidade temática e metodológica das experiências de vários protagonistas. Ao explicitar o que estava subjacente, o conceito, além da função descritiva, poderia desempenhar uma função também propositiva ou sugestiva quanto ao teórico-metodológico relacionado a diferentes pesquisas. Desse modo, o conceito de geração de ambiências foi proposto como sendo formado por três nexos ideativos. Para não ser tão pouco sucinto, vou me referir apenas ao primeiro desses nexos, está bem?

O primeiro nexo trata da relação entre dois sentidos associados ao termo "meio", que denota tanto o que está em torno de um ponto tomado como referência quanto o que está entre dois ou mais pontos. O meio "em torno" remete ao conjunto articulado de relações que contextualizam materialmente e simbolicamente a existência, condicionando o modo de ser de indivíduos e coletivos. O meio "entre" remete às mediações que situam indivíduos e coletivos uns frente a outros, como as relações familiares, escolares e de trabalho, entre outras formas de relações cotidianas. O conjunto dos meios "entre" é também constituinte dos meios "em torno", assim como cada meio "entre" é condicionado pelo contexto de meio "em torno", que reúne a dimensão material e a simbólica. O conceito de geração de ambiências enfatiza a ação de elencar questões e problemas dos meios "em torno" como suportes ou veículos para os processos educacionais de meios "entre" em situações formais e não-formais na educação. Isso significa uma valorização dos temas e da cultura específica do mundo mais proximamente vivido e um diálogo que pode implicar em pesquisas e ações relativas a temas do meio "em torno" mais proximamente vivido, o que pode resultar — e frequentemente resulta — em retornos do que foi refletido no meio "entre" para o meio "em torno", em alguma medida o modificando. Assim, por ambiência, pode-se designar não apenas o que está em volta de um determinado indivíduo ou grupo, mas ressaltar o centro, isto é, a valorização da perspectiva do indivíduo ou grupo em relação ao que está em volta e condiciona a sua existência.

O meio "em torno" é também o conjunto de elementos físicos tanto naturais quanto artificiais, e as relações dos indivíduos e grupos com esses elementos físicos são também

mediadas pelas relações simbólicas estabelecidas pelos meios "entre", por exemplo, ações baseadas em percepções da natureza que podem incluir desde sacralizações até tecnicismos. As relações simbólicas pertinentes aos meios "entre" são reciprocamente condicionadas pelas possibilidades e limitações representadas pelos elementos do meio "em torno". E são compostas, essas relações simbólicas, pelas interpenetrações de todas as escalas, do local ao global. O processo educacional vinculado à noção de ambiência torna os meios "em torno" em suportes para "conversas" pedagógicas (conjunto de observações, perguntas, pesquisas e ações) sobre os meios "entre". O meio "em torno" simbólico e físico torna-se, assim, objeto para relações entre educadores e educandos e, por inflexão ou retorno sobre si, torna-se veículo para o progressivo deslocamento da atenção sobre o assunto "conversado" para a atenção sobre o próprio ato de "conversar": sobre os modos pelos quais esse ato se efetiva e sobre os efeitos que ele gera no objeto "conversado" e nos "conversadores".

Trata-se, desse modo, em síntese, de um aprendizado sobre a capacidade de ação dos sujeitos envolvidos, aprendizado que se efetiva na realização de esforços para melhorar as condições do espaço que contextualiza as existências, ao mesmo tempo em que os sujeitos desses esforços também se transformam ao exercerem a participação para a transformação de seus espaços de vida.

Escolas ou coletivos de estudos em assentamentos rurais que procuram entender e praticar de novos modos a agricultura, escolas de periferias urbanas que decidem pesquisar a violência determinada pelo narcotráfico, para em relação a esse quadro agir e mudar o cotidiano do bairro, e escolas que incluem estudantes cegos, mas não têm o seu espaço físico adaptado para favorecer essa inclusão, são três exemplos de situações educacionais, formais ou não-formais, onde o conceito, através de seu primeiro nexo ideativo, corresponde tanto a uma descrição de práticas em curso quanto a uma sugestão, no sentido de que, ao descrever o que não havia sido explicitado, torna-se um enunciado teórico propositivo para as práticas.

Entre-Lugar — E sobre a experiência com a Associação dos Geógrafos Brasileiros: como foi a aproximação com a entidade, sua caminhada nela, a oportunidade de presidir a seção local Porto Alegre e, posteriormente, a Diretoria Executiva Nacional?

Nelson Rego: Pouco tempo depois que ingressei como estudante no curso de Geografia soube da existência da AGB e passei a frequentar a Seção Porto Alegre. Ajudava nas tarefas da secretaria e na publicação do Boletim Gaúcho de Geografia, em atividades como carimbar certificados e grampear os exemplares do BGG, que ainda não era publicado na forma de livro, mas como um caderno. Participava das discussões e a AGB foi se tornando parte importante da minha formação em Geografia.

Depois, quando professor do Departamento de Geografia, houve um tempo em que meu envolvimento com as questões da UFRGS se tornou tão intensa que fui levado a me afastar parcialmente do cotidiano da Seção Porto Alegre. Álvaro Heidrich, Roberto Verdum e eu assumimos a Coordenação de Curso de Geografia, Comgrad, com uma proposta ousada:

fazermos uma avaliação detalhada de como a Licenciatura e o Bacharelado vinham até então, encaminharmos uma reforma curricular, que era urgente face ao esvaziamento que os cursos vinham mostrando, e, o mais difícil, implantarmos os cursos noturnos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia. Foram anos de muito envolvimento com as questões da UFRGS e sobrou pouco tempo para a AGB, embora o vínculo sempre se mantivesse na forma de participação em algumas assembleias e nos encontros estaduais e nacionais. Terminado o tempo da Comgrad da UFRGS, foram iniciados logo em seguida os trabalhos para a implantação do mestrado, algo que se mostrou bastante dificultado pela nossa inexperiência coletiva com a gestão do sistema da Pós-Graduação stricto sensu. O colegiado do Departamento me designou como coordenador do projeto para a implantação do mestrado e o curioso é que eu ainda nem tinha concluído o doutorado, o que mostra o quanto a nossa situação era, digamos assim, singular, comparativamente aos tempos de hoje, quando sequer se cogita que alguém se torne professor numa universidade federal se não possuir o título de doutor (o que não sei se é por completo correto, pois na prática todo o ingresso hoje passou a ser já na condição de professor adjunto e deixaram de existir os professores auxiliares e assistentes e todo o gradual aprendizado que acompanhava a condição de professor iniciante). Tornei-me o primeiro coordenador do mestrado e, após quatro anos, foi sucedido na coordenação pelos colegas Álvaro Heidrich e Roberto Verdum. Paralelamente ao novo período de gestão, nós três formamos a comissão para elaborar o projeto para implantar o doutorado.

Terminado o ciclo desses envolvimentos especiais com a UFRGS, voltei a participar mais cotidianamente da AGB. Algo que sempre caracterizara a Seção Porto Alegre foram as jornadas Nossas Práticas, Nossos Desafios, destinadas à apresentação e discussão de trabalhos principalmente pelos professores dos ensinos fundamental e médio. Sabemos que o trabalho na AGB é voluntário e realizado muitas vezes com a necessidade de uma dedicação especial, o que nem sempre coincide com as possibilidades das pessoas envolvidas e que, por consequência, existem oscilações nas quais algumas atividades ganham impulso e outras passam por um declínio. O grupo que assumia a gestão da AGB naquele momento me convidou para reativar as jornadas Nossas Práticas, Nossos Desafios, que haviam tido seu ápice tempos antes através de iniciativas da Neiva Schäffer e do Nestor Kaercher e permaneciam na memória de todos como algo que fazia parte do que melhor acontecera na história da Seção Porto Alegre da AGB. Então, de 2004 a 2006, com a colaboração de muitas pessoas, trabalhei voluntariamente como coordenador de cursos na AGB Porto Alegre e realizamos muitas jornadas "Nossas Práticas, Nossos Desafios" tanto em Porto Alegre quanto em outras cidades (Canoas, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Rio Grande e Pelotas). Foi um tempo muito bom, tempo de conhecer pessoas, muitas delas iniciando na Geografia, e acompanhar o entusiasmo das apresentações e discussões de trabalhos por professores e estudantes.

Depois, um grupo encabeçado pela saudosa amiga Vanda Ueda e pelo então estudante Felipe Souza, que hoje é professor no IF em Florianópolis, me procurou para me apresentar um "ultimato": eles e outros estavam se articulando para assumir a gestão da Seção de 2006 a 2008 e esse grupo queria que eu fosse o diretor. Era um grupo heterogêneo e vibrante,

com muitos estudantes e vontade de fazer muitas coisas e, por dentro do grupo, emergia a tendência em direção ao ideário autonomista. Anunciavam-se, desde o início, tendências diferentes entre os membros da chapa, assim como a vontade de atuarem juntos. Viam em mim a figura que, estando no lugar de diretor, possivelmente não exerceria um papel inibidor e sim atuaria mais como um mediador das diferenças e estimulador das iniciativas.

Bom, o que posso dizer é que de 2006 a 2010, aconteceram anos muito intensos, nos quais exerci o papel de mediador de diferenças até além do que fora imaginado e nos quais houve muitas coisas boas, como o aumento da participação nas assembleias e nas comissões de trabalho, uma nova efervescência nos encontros estaduais de Geografia, a continuação das jornadas Nossas Práticas, Nosso Desafios, uma acentuada melhoria da situação financeira com o aumento do número de associados, uma atuação bastante forte em questões relativas à contestação de editais de concursos que não incluíam geógrafos e que passaram a incluir, uma grande qualificação nos trabalhos de edição do Boletim Gaúcho de Geografia e algumas atuações mais incisivas relativas a questões políticas como o uso do solo urbano em Porto Alegre ou o questionamento de alguns critérios praticados pela Secretaria Estadual de Educação. O grupo atuante era vibrante e comprometido com os objetivos estabelecidos nas assembleias, a vontade para cooperar mostrava-se maior do que a vontade de competir entre os grupos com pensamentos diferentes e isso nos garantia uma sinergia que gerou bons resultados.

Com essa energia toda, apresentamos no ENG realizado em 2008 em São Paulo a candidatura de Porto Alegre para sediar o ENG de 2010. Para mim, o ENG de 2010 foi um marco na história da AGB nacional e para a Geografia brasileira, por tudo o que ele conseguiu realizar em termos de concepção de encontro, mesmo que parcialmente, e por tudo o que ele delineou fortalecer na relação da AGB com os movimentos sociais.

Em 2008, no ENG de São Paulo, eu fora eleito vice-presidente da Diretoria Executiva Nacional da AGB em função de representar na gestão nacional a Seção Local que sediaria o próximo ENG e por causa da forte atuação que a AGB Porto Alegre vinha mantendo nas reuniões de gestão coletiva da AGB nacional desde 2006. Ao final do ENG 2010 de Porto Alegre, novamente aconteceu um "ultimato". Envolvido com as tarefas do ENG naqueles dias, eu estava quase alheio ao processo sucessório que acontecia para a eleição da nova gestão e, então, quase no final do encontro, um grande grupo com membros de muitas Seções Locais e bastante representativo do que é a AGB no Brasil se apresenta e me coloca como presidente da chapa. De novo a ideia de que eu seria um mediador de diferenças, só que desta vez numa dimensão muito maior do que a experiência vivida na AGB Porto Alegre e sem a mesma possibilidade do permanente convívio cotidiano presencial durante a gestão.

Uma vez mais o que posso dizer é que de 2010 a 2012, aconteceram dois anos muito intensos, nos quais exerci o papel de mediador de diferenças até além do que fora imaginado e nos quais meus companheiros e eu vivemos muitas horas de discussões via internet, e muitas horas dentro de aviões e ônibus e nas reuniões itinerantes da gestão coletiva.

Foi um tempo de intensa atuação da AGB em questões políticas nacionais, mantendo e fortalecendo a tradição da AGB nacional quanto a essas atuações, que, no período, caracterizaram-se por estabelecer trabalhos conjuntos com diversos movimentos sociais e com o Tribunal Popular da Terra e as lutas dos povos indígenas, assim como pelo questionamento da política tanto federal quanto dos estados de criminalização dos movimentos. Intensificamos de maneira crítica nossa relação com a SBPC. Foi também um tempo de arrumação interna da entidade, com o enfrentamento de problemas legais e de entendimentos políticos e estatutários divergentes que vinham abalando a relação de algumas seções com o conjunto nacional da AGB. E ainda referente a essa organização interna, em 2012 a entidade chegou ao número recorde de trinta e oito seções locais adequadamente regularizadas, com estatutos e prestações de contas em dia, um resultado que foi em grande parte consequência daqueles dois anos, com o precioso auxílio dos advogados geógrafos Ricardo Baitz e Fabrício Caetano, e consequência principalmente do acúmulo de esforços e avanços realizados pelas gestões anteriores e que soubemos preservar.

A realização do Fala Professor em Juiz de Fora, em 2011, marcou uma mudança na concepção do encontro, que voltou a estar mais próximo de sua proposta original, centrada na organização de um evento nacional voltado para apresentações de trabalhos por professores da educação básica, proposta praticada nos primeiros encontros e que depois fora gradualmente sobreposta pela prática de realizar mesas-redondas com grandes nomes do ensino universitário, o que certamente também é construtivo, mas vinha eclipsando a proposta original.

Considero que o ENG de 2012, em Belo Horizonte, marcou o momento mais forte de relação da AGB com os movimentos sociais, o que ficou configurado na composição dos grupos de trabalho e nas mesas-redondas, assim como vinha se fazendo presente nas publicações da Terra Livre e na retomada da publicação do AGB em Debate. Essa relação da AGB com movimentos sociais avançou no período com uma política, aprovada nas reuniões da gestão coletiva, de apoio logístico e financeiro da AGB aos movimentos, o que aconteceu em diferentes lugares do Brasil. Na medida em que o ENG se aproximava, esse apoio se acentuou com a participação da AGB nas ocupações urbanas em Belo Horizonte. Foi um tempo de participação ampliada de militantes na AGB e de construção de uma postura muito combativa da entidade.

Para mim, o que ficou como uma tristeza pontual foram os gastos demasiados do ENG 2012, decorrentes em grande parte da demora em conseguirmos solucionar com antecedência a grande demanda por alojamentos para o encontro, o que nos tornou reféns da urgência e dos custos de última hora. A isso se somou a longa greve nacional das universidades federais e a adoção de calendários diferenciados para a reposição das aulas, o que causou a impossibilidade da ida de muitas delegações a Belo Horizonte e, portanto, uma participação menor do que a prevista, quando os gastos já estavam em andamento e sem tempo de retrocederem por completo ao patamar de um público e de uma arrecadação menores. O ENG de Belo Horizonte foi o evento da AGB que mais arrecadou, mas também o que mais gastou, ao contrário do ENG de Porto Alegre, que arrecadou muito e

obteve junto à UFRGS um custo bastante reduzido pelo uso de seus espaços e serviços. O ENG de 2012 não gerou um caixa confortável para a entidade para os dois anos seguintes, o que freou em parte as políticas que vinham sendo encaminhadas nacionalmente pela AGB. Porém, certamente a energia de luta que pulsou no ENG de BH permanece na memória de muitos e na memória transmitida como um marco que continuará a alimentar a AGB e a Geografia, o que ficou evidente já no grande ato público realizado durante o Congresso Brasileiro de Geógrafos em Vitória, em 2014.

De 2014 a 2016 estive de volta na Diretoria Executiva Nacional da AGB, como vice-presidente, com o papel de auxiliar junto com Renato Emerson dos Santos o grupo novo de agebeanos que assumiu a gestão nacional naquele momento. Meu envolvimento teve um caráter mais interno, no sentido de auxiliar o grupo a se apropriar dos fazeres da entidade que fossem se apresentando durante a gestão. Foi, para mim, a DEN mais tranquila de estar entre aquelas três nas quais tive as alegrias e as tensões de participar. É muito bom saber que a AGB se renova e, em suas oscilações, persevera e continua em frente.

Desse tempo todo de AGB nacional e de AGB Porto Alegre, guardo muitas lembranças e afetos. Mesmo em relação àquelas pessoas com quem tive atritos sérios e rompi, o filtro do tempo faz com que prevaleça na memória e nas intenções o valor do que fizemos juntos. Lembro sempre dos *compas* que por um bom tempo estiveram no convívio diário, fosse de maneira presencial ou por via da *internet*.

Guardo também um aprendizado importante, fácil de compreender o enunciado, mas que só é compreendido de fato na vivência: um movimento, e a AGB é um movimento, só se mantém vivo quando a vontade de construir juntos fala mais alto do que as diferenças que não apenas são inevitáveis como também necessárias e que alimentam a força do movimento. Mas se prevalece a vontade de fazer com que as diferenças se tornem mais importantes que a vontade de fazer juntos, a sinergia se desfaz, vem a dispersão e o movimento cessa. Neste momento, penso, por exemplo, que as pessoas que prezam a AGB Porto Alegre devem voltar a se reunir e refletir sobre isso.

Entre-Lugar — Para você, qual é ou deve ser o papel da AGB hoje enquanto entidade que congrega profissionais, estudantes e amantes da Geografia? Em que a entidade pode contribuir ou continuar contribuindo em temas como a defesa dos profissionais da educação, o debate a respeito do possível conselho dos bacharéis em Geografia, e o apoio a movimentos sociais?

Nelson Rego: A Geografia é um campo de conhecimentos e atuações excepcionalmente caracterizado por hibridismos, uma ciência social que articula escalas diversas e assimila estudos da natureza, saberes teóricos que intrinsecamente trazem à vontade por fazeres práticos que, por sua vez, demandam compreensão teórica. Saberes e fazeres que encontram nas práticas educacionais um dos eixos fundamentais para o seu modo de existir como campo de conhecimentos e atuações.

De todas as entidades representativas da Geografia, a AGB é a que mais se caracteriza por

acolher isso que os geógrafos costumam referir como os hibridismos do campo e que penso acertado considerar como um conjunto dialógico de relações entre vetores que vão se reconstituindo nas trocas de uns com os outros. Esse acolhimento de um conjunto vasto de relações faz com que a AGB tenha uma legitimidade única como entidade representativa da Geografia, principalmente porque o acolhimento acontece não de maneira gratuita, mas, sim, de acordo com os processos que caracterizam a AGB, tudo é apresentado para o coletivo da associação, debatido, criticado, recebe proposições que, por sua vez, também são avaliadas. A entidade é generosa e ao mesmo tempo o seu acolhimento precisa ser conquistado. Esse processo reforça a legitimidade das questões assumidas pela entidade.

Quando, por exemplo, a AGB manifesta posições a respeito de políticas educacionais, esse posicionamento é decorrência de discussões acumuladas desde grupos de trabalhos nas seções locais até chegar aos debates e deliberações nas reuniões da gestão coletiva, do encontro Fala Professor e do ENG ou CBG.

Quanto a um conselho próprio para a Geografia como forma de representação profissional, penso que essa é a melhor alternativa, garantiria aos geógrafos uma autonomia de representação e deliberação das questões profissionais que hoje não temos, a exemplo do que foi conquistado há tempo pelos biólogos e mais recentemente pelos arquitetos. Pela lei, esse movimento precisa ser encaminhado a partir de nosso atual lugar no Confea-Crea, semelhante ao que foi feito pelos arquitetos. Portanto, deveria ser encaminhado pelas Aprogeos, pois estas têm representação dentro dos Creas, e o movimento poderia ser discutido dentro da AGB e encaminhado junto com esta, inclusive no que se refere à busca de apoio político junto a parlamentares. Há históricas disputas e até mesmo rixas das Aprogeos em relação à AGB, mas uma nova geração vem se apresentando nas Aprogeos. Em diversos estados, as Aprogeos mantêm relações de proximidade e de trabalhos em conjunto com as seções locais da AGB, a relação entre as entidades vem mudando. Acredito que existem chances para um tempo em que Aprogeos e AGB decidirão somar forças para tratar de um novo modo as questões relativas à representação profissional dos bacharéis em Geografia.

Quanto ao apoio aos movimentos sociais, esse, na verdade, é recíproco, pois os movimentos sociais também se fazem presentes e construtivos dentro da AGB através dos agebeanos que simultaneamente militam em movimentos. Quando num ENG, num CBG, num Fala Professor ou nos encontros estaduais de Geografia os movimentos sociais têm representantes nas mesas-redondas, nos grupos de trabalho e em outras atividades, também nesses encontros se estabelecem mútuas aprendizagens, através de apresentações, debates e deliberações, portanto, há um mútuo apoio, um ajuda a constituir o outro. Em muitas ocasiões, essa relação de apoio tem se realizado através da participação da AGB nas ações dos movimentos, através de variadas formas, como a realização de cursos, diagnósticos ambientais, elaboração de planos para a ocupação do espaço em ocupações e assentamentos, entre outras formas. Também nesses casos configura-se um apoio de mão dupla, pois não se trata apenas de a AGB estar dando algo para os movimentos, há também o sentido inverso e recíproco: geógrafos estão aprendendo a serem geógrafos na práxis, nessa relação entre teoria e prática que é a melhor escola para a formação.

Entre-Lugar — O sistema educacional brasileiro vem passando por transformações que visam reestruturá-lo, e isto tem sofrido diversas críticas por parte tanto dos trabalhadores da educação como dos próprios alunos (vide o "ressurgimento" do movimento secundarista via ocupações de escolas). Qual é a sua posição a respeito da reforma do ensino médio e do chamado Escola Sem Partido? E qual pode ser o papel do professor de Geografia nesse contexto, dentro e fora da sala de aula?

Nelson Rego: O modo de iniciar minha resposta talvez pareça engraçado ou esquisito, mas posso garantir que minha intenção não é fazer piada. Para responder a essa questão sobre a atual conjuntura e seus reflexos na educação, vou voltar rapidamente ao ano de 1929, quando começou a Grande Depressão que, dos Estados Unidos, se estendeu para o mundo e prosseguiu durante a década de trinta. Repito que não é minha intenção fazer piada reportando-me ao mundo de tantas décadas atrás para responder uma pergunta sobre a educação no Brasil de agora. A educação só pode ser entendida no contexto social e o contexto social, incluindo sua conjuntura política, só pode ser compreendido melhor se situado historicamente e geograficamente. Vivemos num contexto que é balizado por um receituário que inicia no macroeconômico e se desdobra em normativas e consequências para todas as áreas.

O que, a partir da Grande Depressão desencadeada em 1929, cresceu e se tornou uma força global poderosamente operante no mundo de hoje? Vamos voltar no tempo. Diante da Grande Depressão, os economistas liberais começaram a se referir à necessidade de repensar o liberalismo, conceber um novo liberalismo, pois o gatilho que disparara o colapso era atribuído ao laissez-faire praticado sem moderação. A Europa, ao recuperar a sua economia do desmantelamento causado pela Primeira Guerra Mundial, passara a comprar menos produtos dos Estados Unidos, principalmente agrícolas, ocasionando a disparidade no mercado estadunidense de uma oferta de mercadorias comparativamente muito maior do que o demandado pelo consumo interno, com a consequente queda abrupta dos preços, o que disparara em efeito de crescendo escalar a diminuição da produção e o aumento do desemprego. Outro fator de apreensão era o crescimento de cartéis na economia estadunidense. Os cartéis, constituídos a partir do acúmulo de vantagens conquistadas no sistema de livre concorrência, demonstravam potencial para estabelecer contradições frente a essa mesma liberdade de concorrência, através de ações oligopolistas inibidoras da concorrência e, no limite, da própria liberdade de oferta e procura no mercado. Ocupou um lugar de centralidade nas preocupações iniciais de teóricos liberais, como Friedrich Hayek, a busca pela equação entre a economia de mercado como princípio e a regulação estatal que visasse contornar distorções originadas tanto no mercado quanto por políticas governamentais equivocadas. Como ajustar a função do Estado na economia à reafirmação do princípio liberal do *laissez-faire*?

As respostas que se tornaram hegemônicas referentes ao desafio da equação surgiram algum tempo depois, a partir da denominada Escola de Chicago, cujo principal expoente foi Milton Friedman. Para Friedman, eram intervencionismos inaceitáveis as regulações trabalhistas (diminuição da jornada de trabalho, fixação de um salário mínimo, criação

de seguro-desemprego e seguro-aposentadoria), o controle sobre os preços e a produção, as políticas assistenciais para mitigar os efeitos sociais da Grande Depressão e os massivos investimentos estatais em obras públicas, característicos do *New Deal* liderado pelo presidente Franklin Roosevelt e defendido em termos macroeconômicos por Maynard Keynes, pois considerava que tais medidas solapavam as bases reais da economia de mercado para a ação das empresas. Criticava o fato de os recursos para o pagamento das obras serem advindos de impostos — que poderiam ser diminuídos não houvesse a necessidade de sustentar empreendimentos estatais — e da emissão de moeda pelo governo, o que poderia redundar em perda do controle sobre a inflação por disponibilizar no mercado uma quantidade de dinheiro não correspondente a um proporcional aumento da produção. Opunha-se a regulações que considerava artificialismos impostos à lógica da oferta e da procura, tais como a fixação de salário mínimo e de pisos salariais por categorias profissionais a partir das reivindicações dos sindicatos, argumentava que esses fatores acrescentavam custos à produção, tendo por resultado a retração dos investimentos empresariais acompanhada pela queda dos bens produzidos e o aumento do desemprego.

Acredito que agora a minha resposta esteja começando a fazer sentido face à fundamental questão proposta pela Revista Entre-Lugar, pois o antigo discurso de Friedman certamente está soando conhecido e atual. E muito operante. Operante no Brasil, por exemplo. E por certo já vai ficando visível que o antigo discurso de Friedman é mais do que um discurso e não é só de Friedman, e muito menos ficou esquecido no passado.

O conjunto de medidas macroeconômicas propostas pela Escola de Chicago em resposta à necessidade de formular uma equação que passasse a orientar de novo modo a relação do Estado com a reafirmação do princípio liberal do *laissez-faire* acabou por tomar a forma de um receituário. O receituário neoliberal passou a ser fortemente divulgado, passou a circular pelo mundo.

Os governos da Alemanha Ocidental após a Segunda Guerra Mundial e os dois governos Nixon nos Estados Unidos adotaram algumas medidas do receituário. Porém, o primeiro país a adotar o receituário de modo integral foi o Chile, à época da ditadura militar liderada por Augusto Pinochet, de 1973 a 1990. Um grupo de jovens economistas chilenos, formados em sua maioria na Pontifícia Universidade Católica do Chile e pós-graduados na Universidade de Chicago, tornou-se o formulador da política econômica do regime militar. Esse grupo de cerca de vinte economistas chilenos ficou conhecido como Chicago Boys.

O regime ditatorial chileno e os economistas do grupo Chicago Boys precederam em alguns anos a adoção sistemática do mesmo receituário por um governo eleito segundo as regras democráticas, o de Margareth Thatcher no Reino Unido, a partir de 1979. Thatcher, de maneira contínua, persuadiu o Parlamento Britânico a aprovar leis que privatizaram empresas estatais e revogaram direitos trabalhistas.

A eleição de Thatcher no Reino Unido foi seguida pela de Ronald Reagan nos Estados Unidos, em 1980. Reagan adotou o mesmo receituário e em seu segundo mandato, amparado pelo crescimento da economia estadunidense, propôs para os países do mundo o

chamado Consenso de Washington, uma conjugação de grandes medidas formuladas por economistas vinculados a instituições financeiras situadas em Washington, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos.

Em 1990, o FMI adotou o receituário do Consenso de Washington como a sua política oficial sob a justificativa de promover o ajustamento macroeconômico e a superação de dificuldades financeiras pelos países classificados como em desenvolvimento.Estes componentes associados de maneira recorrente às linhas gerais do receituário certamente soarão conhecidos e notavelmente atuais:

> 1) Reafirmação do princípio de que a lei da oferta e demanda é suficiente para regular os preços e que, portanto, o Estado deve se ausentar do controle de preços dos produtos e serviços;
>
> 2) Retirada da participação estatal na produção (isto é, privatização de empresas estatais) e na regulamentação do mercado de trabalho (isto é, desmonte de leis trabalhistas);
>
> 3) Livre trânsito para capitais e empresas e não adoção de medidas que visem estabelecer o protecionismo econômico;
>
> 4) Redução de impostos e tributos, o que trará por consequência diminuição de custos de produção e de preços para os produtos, aumento do consumo e dos investimentos empresariais e da oferta de empregos;
>
> 5) Redução ou extinção de políticas consideradas paternalistas, como seguro social, programas de habitação, salário mínimo, assistência médica gratuita e aposentadoria, pois a gestão ineficaz dos recursos pelo Estado ocasiona desperdícios e conduz ao oposto da justiça social intencionada — as formas apropriadas de preparo para lidar financeiramente com a doença e a velhice devem ser a poupança particular, a aquisição de propriedades que ocasionem rendas e os investimentos em fundos privados de pensões;
>
> 6) Aumento da produção como estratégia básica para atingir o desenvolvimento econômico e social — o aumento da produção torna-se quase equivalente à noção de desenvolvimento.

O segundo e o quinto pontos evidenciam como o receituário macroeconômico têm desdobramentos relativos a diversas áreas da vida cotidiana, como as relações de trabalho, a previdência social e a saúde.

A educação também é atingida — e de modo central — pela reorganização política proposta pelo receituário, pois a educação é um lugar central para a reprodução da organização social cada vez mais articulada a uma ordem global.

Em 1996, portanto logo na sequência à oficialização do Consenso de Washington como política do FMI, o Banco Mundial divulgou documento estabelecendo metas prioritárias para o capital em sua relação com a educação:

> 1) Ampliar o mercado consumidor investindo na educação como geradora de trabalho, consumo e cidadania;
>
> 2) Gerar estabilidade política nos países com a adequação dos processos educativos aos objetivos da reprodução das relações sociais organizadas pelo capital.

Aí está o quadro mais abrangente ao qual me referi antes, o contexto a partir do qual se compreende melhor aspectos particulares do que está acontecendo agora.

Equivoca-se quem diz que a diferença entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo é apenas o detalhe semântico do prefixo "neo" colocado na frente da palavra. Enquanto a não intervenção do Estado na economia formava com o livre mercado as duas faces geminadas defendidas pelo liberalismo clássico, o neoliberalismo, num passo adiante, se constituiu como discurso e receituário engendrados para legitimar o programa político segundo o qual, numa fase avançada de acumulação, os estados nacionais passaram a atuar em favor da expansão do megacapital internacional, tornando a noção de "não" intervenção do Estado algo aproximadamente equivalente a garantias políticas e jurídicas — e militares, muitas vezes — para as entradas dos capitais internacionais (principalmente os capitais com sedes nos países centrais) nos mercados nacionais (principalmente nos periféricos).

A conjuntura política brasileira instaurada a partir de 2016 com o golpe político-jurídico-midiático evidencia uma retomada virulenta da cartilha neoliberal, o que tem consequências em todas as frentes através das quais acontece a vida cotidiana, como as relações de trabalho, a saúde e a previdência social. A educação também é atingida pela reorganização política, ainda que, desde a hegemonia global da ideologia neoliberal firmada a partir da década de 1980, não se possa dizer que em algum momento as políticas educacionais no Brasil não tenham se colocado em maior ou menor grau de conformidade sob a égide da cartilha, mesmo durante os governos petistas, refletindo a relação de dependência às hierarquias da economia mundial e aos mecanismos de intervenção internacional, como o FMI e o Banco Mundial.

Uma ausência chama a atenção no receituário neoliberal formalizado como política financeira internacional pelo Consenso de Washington e adotado pelo FMI: a ausência de uma diretriz referente às consequências do laissez-faire praticado sem moderação e de ações oligopolistas que estabelecem contradições à liberdade de oferta e procura e, portanto, ao próprio sistema baseado no livre mercado, questões, estas, que estiveram presentes no início das discussões face à Grande Depressão desencadeada em 1929. Na trajetória que levou à consolidação do receituário, desapareceram as referências a um dos motivos fundamentais presentes na origem das discussões em busca da fórmula teórica que estabelecesse novas respostas para a tensão social, política e econômica gerada internamente no sistema.

Os efeitos dos discursos ideológicos podem ser produzidos tanto pelo que é dito quanto pelo que deixa de ser dito — pela combinação entre o dito e o não dito. A estratégia liberal define a educação como alternativa prioritária para a democratização de oportunidades e a ascensão social. As políticas educacionais implantadas segundo as linhas gerais da cartilha advogam a neutralidade política, pois apresentam seus objetivos referendados na ideia de que operam pelo bem da nação como um todo, ao acentuarem o valor estratégico da educação frente a um quadro de competitividade internacional. Isto é, os valores de mérito e eficiência medidos pela régua do valor maior da competitividade são apresentados como valores isentos de alinhamento a uma visão política, neutros.

As políticas neoliberais instituem a transposição do gerencialismo empresarial para a educação, processando uma mudança na qual algumas competências docentes podem ser desvalorizadas (por exemplo, a experiência) para abrir espaço à entrada de novas valorizações expressas por rótulos pouco específicos, como "inovação" e "empreendedorismo", que funcionam como palavras de ordem "neutras" para a implantação de novas práticas gerenciais que replicarão no ambiente escolar a mentalidade vigente nas relações de gerentes com subordinados características de outros locais de trabalho, a exemplo de bancos, lojas e redes de *fast-food.*

A atual reforma política do ensino médio — consumada de maneira açodada desde a sua apresentação como medida provisória pelo Poder Executivo Federal até a sua meteórica aprovação pelo Congresso Nacional — é um depositório de incongruências justificadas em nome de chavões e promotoras de brechas por onde poderão se acirrar as contradições entre o discurso e a realidade.

As incongruências começam pelo modo como a reforma foi proposta e pelo fato reiteradamente ignorado de que índices baixos de desempenho escolar dos estudantes não serão resolvidos sem a correção de problemas estruturais, como a precariedade das instalações escolares, a falta de investimentos na qualificação da formação dos professores e a (des) valorização do exercício profissional, que está diretamente relacionada à combinação entre baixa remuneração, longas jornadas de trabalho através de excessivas quantidades de turmas para compensar a baixa remuneração e o número de alunos por turma, assim como à falta de incentivos à formação continuada e à participação na formulação de projetos pedagógicos. Encaminhada por meio de medida provisória, a açodada reforma evita o debate com a base constituída pelas entidades representativas dos professores e apresenta como "solução" para sintomas decorrentes de fraturas estruturais um projeto que se volta quase exclusivamente para a modificação do que será oferecido ao estudante, como se fosse possível separar condições de aprendizagem das condições oferecidas a quem ensina — fragmenta a realidade.

As incongruências prosseguem com a apregoada mudança do currículo escolar atrelada ao objetivo do ensino integral com a ampliação das horas-aula simultaneamente ao congelamento de longo prazo dos recursos orçamentários destinados para a educação. A educação em tempo integral pressupõe diversificação de atividades e professores envolvidos nessas

outras atividades para além da sala de aula, como pesquisas e práticas em oficinas e laboratórios. Qual o estatuto quanto à verdade que se pode creditar a uma política que promete ampliação das horas-aulas e das atividades rumo à educação integral enquanto executa cortes drásticos nos investimentos básicos?

Um agravo no sucateamento do já sucateado é uma das possibilidades para cumprir a meta de ampliação e ao mesmo cortar orçamento. No jogo surreal da política voltada para a produção de números poderá ser contabilizado o acréscimo de horas ocupadas com atividades curriculares sem maiores ponderações acerca da qualidade formativa de tais atividades nem a respeito da precariedade das instalações escolares e das condições para o trabalho docente. Agora que passou a ser texto incluído na lei, a permissão para a contratação de "professores" sem formação no que irão lecionar poderá se converter num forte instrumento para implantar a redução de custos e o agravo no sucateamento que tornará realizável a meta de ampliar as horas-aula simultaneamente aos cortes nos investimentos em educação.Existe um segundo caminho para realizar a mágica de ampliar reduzindo: as parcerias entre o público e o privado. Porém, o que ganhará o privado em sua parceria com o público? Está em questão um contingente de estudantes sem condições de pagar pelo ensino, e é sabido — e defendido como um princípio salutar, propulsor do progresso — que o interesse privado não se mexe se não for para lucrar. Mas há uma alternativa para viabilizar esse segundo caminho: o Estado paga para o privado firmar a parceria com o público. Mas como ficam o discurso e o dogma da não intervenção do Estado sobre os assuntos do privado? A resposta usual parece inspirada em Orwell: todas as intervenções estatais são ruins por princípio, mas algumas são boas. São boas quando o público transfere dinheiro para o privado. Então, não se trata realmente de cortes nos investimentos em educação, mas, sim, de transferência de orçamento do Estado para o privado? Mas como, de fato, se processará a educação por essa via? Através de que maneiras serão feitas composições desse segundo caminho com o primeiro? Por certo, ainda há muitas combinações entre o dito e o não dito a serem articuladas…

Uma combinação possível está latente no reiterado apelo à modernização do ensino pela via das novas tecnologias. Os chavões podem obliterar a percepção de que caminhos em direções antagônicas podem ser potencializados a partir desse reiterado apelo.É um positivo e transformador salto de qualidade a disseminação de novas tecnologias e da inclusão digital, possibilitando, por exemplo, o fomento a uma pedagogia que valorize projetos de pesquisa praticados em sala de aula e em outros momentos e espaços de uma educação em tempo integral. A uma pedagogia que inclua projetos de pesquisa como uma centralidade de sua concepção e prática, associa-se o incentivo à apropriação de conhecimentos através da elaboração de linguagens, de leituras de mundo e do exercício dialógico que faz crescer em direção à cidadania tanto o indivíduo quanto o coletivo como dimensão constituída por interações e constitutiva destas. Essa pedagogia é possível e, apesar de todas as adversidades, indícios de sua possibilidade emergem de práticas docentes nas escolas brasileiras, mesmo que fragmentariamente, mesmo que obstaculizadas à interconexão e ao colocar-se como alternativa em ascensão. Essas potencialidades para a associação entre novas tecnologias e um professor renovado pressupõem uma maior atenção deste aos seus alunos,

pois aqui se ressalta a valorização das singularidades pessoais no contexto interacionista, o que é inviável se mantidas as atuais condições das jornadas do trabalho docente. As novas tecnologias e o ensino a distância podem facilitar — e muito — a necessária formação continuada do professor. Mesmo a formação graduada pode ser positivamente fomentada se, nesta, houver uma adequada relação entre a fundamental interação do presencial e o ensino a distância realizado com qualidade. Porém, é dessas possibilidades positivas que o discurso genérico trata? Os chavões podem obliterar a percepção de que um caminho antagônico pode igualmente ser potencializado pelas novas tecnologias. O instrumental representado por novos meios tecnológicos pode servir à modernização conservadora da educação através, por exemplo, da substituição das apostilas impressas em papel por apostilas eletrônicas, dando nova roupagem ao velho ensino bancário — aquele ensino que reduz os alunos à condição de receptores de informações que devem permanecer passivos em seus bancos escolares, em preparação ao modo submisso de sua inserção no mundo do trabalho conforme este continua posto para as classes populares.

A modernização conservadora desse ensino, que nunca deixou de se fazer presente, possibilitará o exacerbado aumento do número de alunos por professor através da maximização dos recursos expositivos, o que, por extensão, colocará o docente em posição ainda mais desfavorável no mercado de ofertas e procuras dominado pelo modelo gerencial imposto à educação. A combinação entre o dito e o não dito contida na insistência dos chavões abre passagem para que o elogio da modernidade e das novas tecnologias se converta, acima de qualquer outra consideração, em fonte de lucro: pelo caminho da redução dos custos orçamentários com a educação, recursos que, então, poderão ser destinados para outras finalidades associadas à prática da "não" intervenção do Estado "mínimo" que transfere sistematicamente dinheiro público para o privado. Uma forma privilegiada de transferência do dinheiro público para o privado poderá se constituir através da compra massiva e sempre renovada de computadores e pacotes informacionais pelo Estado junto aos fornecedores privados. Trata-se de uma forte alternativa para dar vazão àquela via das parcerias entre o público e o privado e que pode indicar pistas para a explicação do paradoxo referido antes: a apregoada mudança do currículo escolar atrelada ao objetivo do ensino integral com a ampliação das horas-aula simultaneamente ao congelamento de longo prazo dos recursos orçamentários destinados para a educação. O jogo discursivo permitirá que os agentes políticos digam que não se trata de redução drástica de recursos para a educação pública, mas, sim, de alocação diferenciada dos mesmos, pela via de sua transferência para o setor privado na forma de compra de equipamentos e serviços que supostamente suprirão às demandas do novo (velho) ensino atrelado ao currículo ampliado sem a correspondente ampliação relativa à formação, capacitação e contratação de professores.

As incongruências apertam o nó com a instituição das áreas de conhecimento — linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e ensino técnico — em relação às quais os alunos deverão optar por trilhar uma das cinco alternativas. O chavão governamental diz que se trata de instituir a liberdade de escolha, mas a análise sobre o não

dito mostra que o chavão não fala exatamente a verdade. Cada escola não precisa oferecer as cinco alternativas, pode oferecer somente uma. O aluno estudará o que a escola puder oferecer. Apresenta-se novamente o paradoxo da ampliação em processo de redução: as escolas oferecerão apenas as áreas para as quais tenham professores efetivos num contexto de suspensão de concursos para docentes em função dos cortes orçamentários para a educação. Apresenta-se de novo o mundo de Orwell: sim, ao aluno será assegurada a liberdade de escolher a única opção oferecida pela escola. Claro, o aluno poderá mudar de escola. Mas onde fica a escola vizinha e qual a outra opção oferecida pela escola vizinha? Em muitas situações, as respostas para essas perguntas serão favoráveis ao aluno que busque exercer a sua liberdade de escolha. Em muitas outras situações, não serão favoráveis, nada favoráveis. O Governo Federal parece necessitar de ajuda: que alguém lhe informe que, no Brasil, é comum haver muita quilometragem entre uma escola do meio rural e outra escola do meio rural, e que as linhas de ônibus não são tantas como são nas cidades, e que as linhas de ônibus nas grandes cidades são bastante superlotadas e lentas, e que, nas periferias urbanas, o acesso às escolas pode ser bastante dificultado por questões como o controle territorial feito pelo narcotráfico.

Os "acidentes" da realidade reduzem a bandeira da liberdade de escolha subitamente desfraldada pela medida provisória ao tamanho de uma dimensão apenas formal. Porém, no mundo concreto, a instituição das cinco áreas assegura de fato um efeito imediato: apresenta a nova e súbita base legal para o gerenciamento escolar planejar e reduzir as equipes docentes ao suficiente para oferecer apenas uma ou duas das cinco alternativas. A bandeira da liberdade de escolha é apenas formal, mas a consequência medida em cifrões é efetiva e visível: está escancarada a via para a retirada de recursos destinados para a educação pública e a sua transferência para outros interesses. A educação imita a esfera do trabalho: para muitos, em suas vidas, a grande bandeira de livre oferta e procura relacionada à "mercadoria" trabalho é apenas formal.

Ou dizendo de outro modo: a arte do discurso ideológico aplicado à educação é dizer bandeiras travestidas de universais e não dizer que a educação só pode ser compreendida se não for apresentada como que encerrada em si mesma, como se fosse uma realidade autônoma — em todos os seus níveis, a educação está ligada à totalidade do social e às forças produtivas que tanto são produtoras desta totalidade social quanto são produzidas por esta. A educação, ao mesmo tempo em que tem sentidos que não se resumem ao desenvolvimento das forças produtivas, é indissociável do contexto onde o grau de desenvolvimento dessas forças em cada país, em sua inserção global, irá estabelecer os tipos de educação que serão implantados nos sistemas educacionais diferenciados em correspondência às classes sociais para as quais respectivamente se destinam. A reforma agrava o que historicamente já vem posto: os filhos das classes populares estarão condicionados aos limites oferecidos pela escola mínima, em consonância com o arranjo das forças produtivas no país e ao modo de sua inserção global — e aqui é apropriado assinalar o quanto isso se configura articulado com as diretrizes propostas e supervisionadas internacionalmente referidas antes.

A reforma do ensino médio proposta por medida provisória foi aprovada pelo Congresso Nacional com tal grau de açodamento que o processo está finalizado antes do término de elaboração da Base Nacional Comum Curricular, cujas definições ao menos em teoria distribuirão os conteúdos curriculares por etapas no ensino fundamental e no ensino médio, o que inclui, portanto, as cinco alternativas formativas do ensino médio aprovadas antes mesmo da própria BNCC. Equipes de especialistas em cada área vêm trabalhando na definição dos conteúdos e saberes necessários para cada ano e segmento da educação básica, porém, o trabalho final e provavelmente criterioso dos especialistas por áreas estará assimilado por um documento cujas diretrizes mais gerais serão estabelecidas na nova conjuntura posta a partir do golpe político-jurídico-midiático. Essas diretrizes serão agora reexpressas por agentes e redatores de confiança da nova cúpula assentada no Governo Federal e no Ministério da Educação — possivelmente serão expressas de maneira suficientemente genérica, isto é, lacunar, para que as combinações entre o dito e o não dito facilitem a tarefa de apropriação política do documento como uma referência discursiva caracterizada pelo chavão e pela ambiguidade, maleável aos objetivos tramados por trás, por baixo e acima dos discursos.

Na esteira das incongruências, os sintomas continuarão a se multiplicar, como a perda de importância curricular da Educação Física logo após os Jogos Olímpicos no Brasil, quando um dos chavões alardeados para justificar a realização da Olimpíada era exatamente o estímulo que esta daria para o salutar interesse pela Educação Física entre a juventude escolar… Ou os repetidos ensaios de tentativas para encontrar meios para a recondução da Geografia, da História e da Sociologia a um mix "interdisciplinar" assemelhado aos "Estudos Sociais" que vigoraram na década de 1970, por imposição da ditadura. Mix "interdisciplinar" que talvez volte do passado pelas mãos que comandam o atual programa batizado de Ponte para o Futuro…

O movimento Escola Sem Partido é um evidente exemplo do quanto o discurso ideológico opera nas relações entre o dito e o não dito. No caso, o que o Escola Sem Partido objetiva é impedir de dizer. Óbvio que jamais passará por corações e mentes dos membros do Escola Sem Partido cogitar igualmente a apresentação e defesa do projeto de lei Grande Mídia Sem Partido…

O professor de Geografia ocupa um lugar privilegiado na educação básica, pois a sua construção de conhecimentos está voltada para nada menos do que o mundo…

"Um desejo sempre reafirmado vinha desses meus alunos que se preparavam para a docência: era preciso ser crítico, opor-se à ditadura que persistia entre nós. Opor-se ao capitalismo tosco que em nosso país levava a uma distância absurda as diferenças entre as classes sociais, com o crescente número de pauperizados vivendo em favelas, sem direito à medicina e à educação. Se Geografia era a ciência da grande e boa casa para todos, era preciso contrariar o silêncio que agradava à ditadura e discutir a concentração da propriedade agrária e urbana nas mãos de poucos, a baixa remuneração do trabalho e a acelerada degradação ambiental, que eram os preços pagos para que fosse efetuada a acumulação

por aqueles que, nacionais ou estrangeiros, eram os proprietários de tudo, donos das pessoas e da natureza."

"Mas era preciso evitar o costume e a armadilha de transformar a criticidade numa rançosa atitude que reduzia alunos escolares à condição de passivos ouvintes de um monólogo esquerdista proferido e imposto por professores. Era preciso cuidado para que a crítica contra a grande ditadura não se transformasse numa oposta pequena ditadura exercida em sala de aula. A esse cuidado se dava o nome de criatividade. Como exercer em educação essa criatividade? Não sabíamos. Era preciso aprender a criar a criação. Sabíamos apenas que, por criatividade, queríamos dizer aprender a incentivar e amar o desenvolvimento da multiplicidade dos pensamentos, aprender uns com os outros a invenção dos modos de coexistência e realização de acordos entre as diferenças."

Os dois parágrafos entre aspas acima são trechos de meu livro *Tão Grande Quase Nada,* um livro de biografias ficcionais. Reproduzo-os como forma de dar minha resposta para a pergunta da Entre-Lugar sobre qual pode ser o papel do professor de Geografia em sala de aula. Desgraçadamente, esses trechos que se referem ao período da ditadura militar ainda parecem muito atuais.

Fora da sala de aula, acredito que o professor de Geografia tem um papel importante a cumprir tanto nas entidades representativas de professores quanto em outras organizações que possibilitem a ampliação da participação política. Em especial, a via da participação política a partir das organizações dos "de baixo" é um modo fundamental para a construção e ampliação da participação política para além da político-partidária. Acredito no que geógrafos licenciados e geógrafos bacharéis possam fazer nesse sentido, pois a sua construção de conhecimentos está voltada para nada menos do que o mundo…

O que respondi para esta quinta questão apresentada pela Entre-Lugar está pautado principalmente no artigo que escrevi a convite de Dirce Suertegaray para ser incluído em livro com diversos autores a ser editado em breve pela Anpege. O artigo é sobre o neoliberalismo e a educação pública no Brasil. Nele, a questão é tratada de forma mais extensa e detalhada e constam referências a fontes de consulta que interessarão a quem queira pensar sobre as atuais questões da educação no Brasil a partir de um contexto mais amplo. O livro, que trata de um conjunto de problemáticas significativas na atualidade brasileira, será lançado no próximo Enanpege, em outubro.

Entre-Lugar — Além de suas atividades acadêmicas, você também é conhecido como escritor e romancista. Conte a respeito de sua incursão pelo mundo da literatura para o público eminentemente acadêmico da Entre-Lugar: Quais foram as motivações que o levaram a trilhar também esse caminho? Nos temas e na forma da sua literatura, você vê inspiração da ou relações com a Geografia? Como você vê a aproximação da Geografia com a literatura?

Nelson Rego: Minha afeição pela literatura é tão antiga quanto a amizade pelos temas geográficos. Começou também desde criança, com leituras de histórias em quadrinhos,

livros e filmes. Muitas vezes essas duas afeições estiveram juntas em HQs, livros e filmes com conteúdos eminentemente geográficos, como a já citada adaptação infanto-juvenil do diário das expedições de Humboldt, ou, numa leitura da adolescência, as HQs urbanas do personagem Spirit, do Will Eisner.

Quando estudante de Filosofia, passei a conviver com artistas de teatro e artes plásticas. Certa vez escrevi um release para uma artista e o release ajudou tanto na divulgação da exposição que comecei a trabalhar profissionalmente com divulgações culturais. Durante quase todo o período em que fui estudante universitário, trabalhei paralelamente com divulgação cultural e até que ganhava um dinheiro razoável com isso.

Nesse tempo conheci uma menina que até hoje me permanece como um grande amor e que morreu quase ainda adolescente. Através das apropriações que a literatura faz do vivido, décadas após ela veio a de algum modo renascer nas personagens Lara e Inocência que habitam os meus textos. Esse é um relato breve e essencial para responder sobre a pergunta acerca das motivações que me levaram à criação literária, um desejo de reencontro. Pode parecer triste, mas é feliz porque é sublime: ao querer recriar a vida, a literatura agencia para a vida.

Depois da Filosofia, quando estudante na Geografia, morei algum tempo com pessoas do grupo anarquista *Ói Nóis Aqui Traveiz*, que até hoje continua em atuação e se consolidou como uma referência quanto à pesquisa e criação teatral. Tínhamos que pagar o aluguel da casa e a minha melhor maneira de participar era escrever algo parecido com poesias, que eu chamava de desenhos-textos e que o grupo publicava na forma de cadernos e vendia nos diretórios acadêmicos, teatros e nos bares dos bairros boêmios do Bom Fim e da Cidade Baixa. Eu não gostava de meus desenhos-textos, mas fui um caso raro de algo parecido com poeta que vendeu muito, o aluguel do sobrado durante um bom tempo foi pago principalmente com a venda dos cadernos.

Em seguida, comecei a trabalhar na UFRGS e ao mesmo tempo fazia as pós-graduações e fui me envolvendo cada vez mais com as questões da Universidade, aquelas às quais me referi nas respostas para a segunda e a terceira perguntas. Deixei a vontade de escrever em suspensão, não sobrava tempo para nada além do trabalho e do aprender sobre o trabalho. Quando aprendi bastante sobre o trabalho, o tempo para outras coisas foi voltando aos poucos e, bem devagarzinho, escrevi meu primeiro livro literário, *Tão Grande Quase Nada*, o livro de biografias ficcionais que citei na resposta anterior. No livro, três crianças — duas meninas e um menino — tornam-se namorados num triângulo em que cada vértice é amado pelos outros dois. Eles são conscientes de sua diferença em relação às convenções e irão descobrir, em suas trajetórias rumo à idade adulta, outras histórias de vidas, histórias que mostram as mudanças do cotidiano no período de um século e acabam por formar um universo acolhedor para a liberdade existencial dos três. Esse universo formado por biografias de outras pessoas tem nítidas contextualizações históricas e geográficas: é possível escrever biografias sem historicidade e sem geograficidade? A edição do *TTão Grande Quase Nada*, está esgotada já faz tempo e acho que não se encontram

mais exemplares do livro nas livrarias. Foi meu primeiro livro ficcional e penso que ele tem problemas estruturais sob a perspectiva literária, mesmo assim eu o considero um livro bonito e profundo. Penso em escrever uma nova versão daqui há algum tempo.

Meus livros literários posteriores e mais recentes foram os livros Daimon Junto à Porta, Noite-égua e A Natureza Intensa. O Daimon junto à porta ganhou o Prêmio Açorianos para o melhor livro de contos em 2011 e alguns dos contos foram traduzidos e publicados em inglês e espanhol. No momento, ele está sendo traduzido na íntegra para o espanhol e a editora brasileira Dublinense está negociando a sua publicação com editoras dos países hispânicos. O livro reúne histórias de personagens que estão possuídos por desejos intensos. Esses desejos são de variadas naturezas e conduzem os personagens a caminhos muitos diversos. Daimon, para os antigos gregos, é tanto a natureza externa quanto a interna. É a potência para perseguir o que faz falta. Ao mesmo tempo interno e externo, ele é o indivíduo e algo além do indivíduo. Em princípio, nem bom, nem mau, mas com certeza forte, o daimon pode ser a correnteza que leva para qualquer direção. O indivíduo pode ter êxito com esse algo que está além e o habita. E pode também ser esmagado pela força tremenda que ele traz.

A novela Noite-égua, publicada em 2015, é ambientada num antigo casarão de seis apartamentos na Cidade Baixa, em Porto Alegre. O lugar abriga um mistério que persegue há anos a família da matriarca Ana, apelidada de Sant'Ana por seus familiares para lembrar-lhe que a consideram louca. Um pesquisador passa a frequentar o local. Entre livros antigos e registros guardados na biblioteca, ele logo se vê atraído pelas histórias da velha, que incluem a morte suspeita de uma enfermeira e uma carta supostamente redigida por um fantasma, um demônio insidioso e provocativo, que há cinquenta e nove anos assola a família, como explica Sant'Ana. Mas é Silvinha, a neta adolescente, rebelde e roqueira, que acaba despertando o desejo e a curiosidade do visitante. Uma história de fantasmas? Ou história de relações familiares e de atrações (des)veladas em espelhos quase alucinados? Noite-égua é narrativa fantasmagórica se fantasma significar o símbolo evanescente colocado além do labirinto aparentemente sem saída de cotidianos limitados. Símbolo que canaliza temores. Teme-se o desejo. Alguma razão Sant'Ana haverá de ter quando afirma que um mundo em outro plano está a subjugar o nosso?

A Natureza Intensa é o livro mais recente. Publicado em 2016, é formado por quatro contos interligados. O livro mostra a trajetória de personagens que variam desde meninas vindas de alagados e favelas, que encontram num ambiente de ambígua pulsão erótica a chance de escapar a destinos que se anunciavam opressivos, até uma inquietante industrial e financista, que faz da ruptura de limites o seu modo de vida. Nos contos, uma garota se exibe para uma plateia nada usual, um jogo de farsantes sinceras se desenrola durante as noites num labirinto de canais, o desejo aproxima a juventude da face que lhe é oposta: alguém que parece nos enxergar de muito longe, do lado de lá da vida. Uma estranha felicidade aflora das tramas: transgressora. Nos quatro contos, esse sentimento brota por todos os lados e tem a força da correnteza e da libertação. Os transgressores rompem algo ao mesmo tempo nítido e de difícil definição, eles têm a leveza de quem encontrou o seu repouso na velocidade.

Não acredito em literatura engajada nem em arte engajada. Literatura e arte que se submetem a servir a programas degradam a pulsão básica da literatura e da arte que é a de não estarem contidas, extravar um estado de existência e criar outro. Engajadas, literatura e arte viram algo como a tentativa de domesticação feita por um sermão religioso e deixam de ser o que diverge: divergem da servidão, divergem da infâmia, divergem das boas intenções e das mentiras dos pastores de todas as tendências, inclusive as laicas. A literatura e a arte podem sim, e muito, transformar a vida, mas não pretendendo dar lições e sim encantando com o indeterminado, criando.

Literatura e arte enraízam-se em historicidades e geograficidades híbridas de ficcional e de não ficcional, elas sondam a vida de um jeito tão fundo que encontram na existência que está dada outra existência e só através desse mergulho e voo conhecemos que essa outra é uma latência que se faz presente. Que geograficidades e historicidades podemos descobrir nesses caminhos? Esta é a minha resposta para a pergunta da Entre-Lugar.

Entre-Lugar — Fale-nos a respeito de outras atividades suas, como a coluna no jornal Sul212 e o trabalho com imagens presente no seu site.

Nelson Rego: A publicação da coluna no jornal começou a partir de um acerto entre a editora Dublinense e o Sul 21. Inicialmente a perspectiva da coluna era totalmente literária. Eu tinha um conjunto de minitextos guardados, aforismos, nanocontos e semelhantes, e pareceu interessante ir publicando aos poucos. Assim foi feito e a receptividade do público foi boa, só que o estoque de minitextos foi terminando e eu não conseguia escrever novos na velocidade suficiente para suprir a coluna semanal. Então, aos poucos, fui escrevendo textos como os cronistas que colaboram com o jornal fazem: comentários sobre acontecimentos atuais. É mais fácil escrever comentários longos do que minitextos com a necessária concisão de aforismos, nanocontos e semelhantes.

Porém, escrever comentários sobre os acontecimentos exige um novo tipo de responsabilidade, ainda mais considerando a situação que estamos vivendo com o golpe político-jurídico-midiático. Isso causa alguma tensão e solicitei que a coluna passasse a ser quinzenal, inclusive porque há momentos em que os afazeres na UFRGS deixam pouco tempo para outras atividades. Ao lado da responsabilidade de escrever para o jornal, há muita gratificação quando se recebe o retorno dos leitores. Eles escrevem para o próprio jornal ou diretamente para mim comentando as colunas, compartilham os textos nas redes sociais e às vezes agradecem porque algo nos textos tocou em suas vidas. De vez em quando também sou xingado pelos rapazes do Movimento Brasil Livre.O tipo de coluna que mais gosto de fazer é quando entrevisto pessoas e o texto contribui para as causas às quais elas estão engajadas (minha recusa ao engajamento é só na literatura). Por exemplo, uma matéria que escrevi sobre a creche da Ocupação Lanceiros Negros, ou a entrevista que fiz com dois geógrafos, Natália Bellentani e Eduardo Carlini, envolvidos com as lutas

2 Disponível em: <http://www.sul21.com.br/editoria/colunas/nelson-rego/>

por demarcações de terras e pelo direito de indígenas viverem como indígenas, ou, ainda, uma matéria sobre atividade que assisti numa escola de ensino fundamental relacionada a pessoas com deficiências e que foi o acontecimento mais bonito que já vivi na educação. As colunas para as quais preciso entrevistar pessoas são as que mais gosto, mas também são as mais demoradas para serem concluídas porque cresce a responsabilidade quanto ao modo de trabalhar as informações e também porque preciso sintonizar meu tempo ao tempo que as pessoas têm disponível. Por isso, são poucas as colunas nessa vertente.

Quando passei a me voltar mais para os comentários sobre acontecimentos atuais, começou a predominar minha formação em Geografia na escrita dos textos. Mas quando o principal eram os minitextos, vários tinham também uma conotação evidentemente geográfica. Estes três, por exemplo:

> Objeto não-voador identificado: veículo fumacento movido a combustível fóssil e falta de juízo.
>
> Milagre: todo mundo caminha sobre as águas, existem aquíferos sob a terra.
>
> A fronteira é um terceiro espaço, nem o do lado de cá, nem o do lado de lá. Não é meio-termo entre os dois nem a soma, nem ausência de ambos. Pensando bem, a fronteira não é um terceiro espaço, é outro.

Sobre as imagens presentes no sítio virtual Nelson Negro,3 elas são formas de narrativas, o que significa que se tornam uma extensão da literatura. Não sei fotografar nem filmar, então preciso de ajuda, o que é muito bom, assim se estabelece uma criação conjunta que é bem prazerosa de fazer. Concebo as imagens e então procuro amigas para ver se elas topam criar as imagens junto comigo. Outra coisa que eu gosto desde criança é de ver garotas nuas. Literatura e arte ligam o sexo à reinvenção da vida, aí está de novo a referência à felicidade e ao sublime. Assim, o tema geral das imagens são garotas, que algumas vezes estão nuas e outras vezes não estão. Há sempre uma ideia de beleza, mas não se trata de uma beleza segundo padrões estereotipados, pois se trata, afinal, de garotas reais e não de mulheres produzidas para se encaixar nos estereótipos. Algumas vezes já me perguntaram: por que só mulheres? O fundo da pergunta, óbvio, é a crescente luta e conquista do direito à diversidade de escolhas quanto a gênero e orientação sexual. Penso que, nessa luta, a conquista do direito à representação da diversidade é fundamental. E essa representação da diversidade necessita que sejam múltiplos os criadores de representações, sejam relacionadas ao erótico ou a outras dimensões interligadas da vida. Ninguém deveria se sentir obrigado a falar ou representar algo pelos outros, todos devem ter o direito a falar ou se representar por si mesmos. Essa luta é extremamente difícil e com avanços parciais, que, agora, o obscurantismo volta a atacar com força, como o movimento que tenta erradicar a educação de gênero e para as diferenças que civilizatoriamente e com muito esforço conseguiu se instalar um pouquinho nas escolas. Artistas LGBT estão conquistando

3 Disponível em: <www.nelsonrego.art.br>

espaço para manifestar as estéticas que lhes são próprias. A liberdade do outro é também a minha liberdade. Assim, sinto-me livre para conceber imagens envolvendo mulheres e, com amigas, reconceber as ideias, sermos felizes fazendo algo que gostamos de fazer.

As imagens no site variam de estilos. Gosto, por exemplo, de uma sequência de quadradinhos que alternam a ênfase entre olhar o olhar da jovem e olhar aquilo que antigamente as pessoas chamavam de "as vergonhas". Acho que as narrativas que mais gosto são as fotos da sequência denominada AE01, que poderia se chamar A Espera, e o vídeo AF01, no qual primeiro se olha uma jovem que chega de bicicleta e depois se olha o que ela ficou a olhar. Na verdade, não sei se gosto mais de algumas do que de outras, gosto de todas. Gosto muito da sequência que é um *looping* infinito de fotos de um rosto, do humor do vídeo sonorizado AJ01 e do enigma presente na foto única de um grupo tirada no interior de uma livraria. Talvez essa do enigma seja a que mais gosto. Enfim, é isso, gosto de todas. Há várias imagens que estão prontas, mas ainda estão para serem colocadas no site.

Entre-Lugar — Reservamos este espaço para suas considerações finais e para comentar qualquer outro tema que porventura não foi contemplado em nossa entrevista.

Nelson Rego: As perguntas da *Entre-Lugar* articularam temas complexos e relacionados entre si. Agradeço pela oportunidade de responder a questões interligadas, como a reforma do ensino médio, a Geografia e a AGB, entre outros temas. Responder às perguntas foi mais difícil e extenso do que me pareceu que seria num primeiro momento, e gostei muito disso. Sou leitor da Entre-Lugar, parabenizo a equipe que concebe e produz a revista e lhes desejo felicidades em suas trajetórias.



UNIVERSIDADE FEDERAL
DA GRANDE DOURADOS



UNIVERSIDADE FEDERAL
DA GRANDE DOURADOS
Coordenadoria Editorial